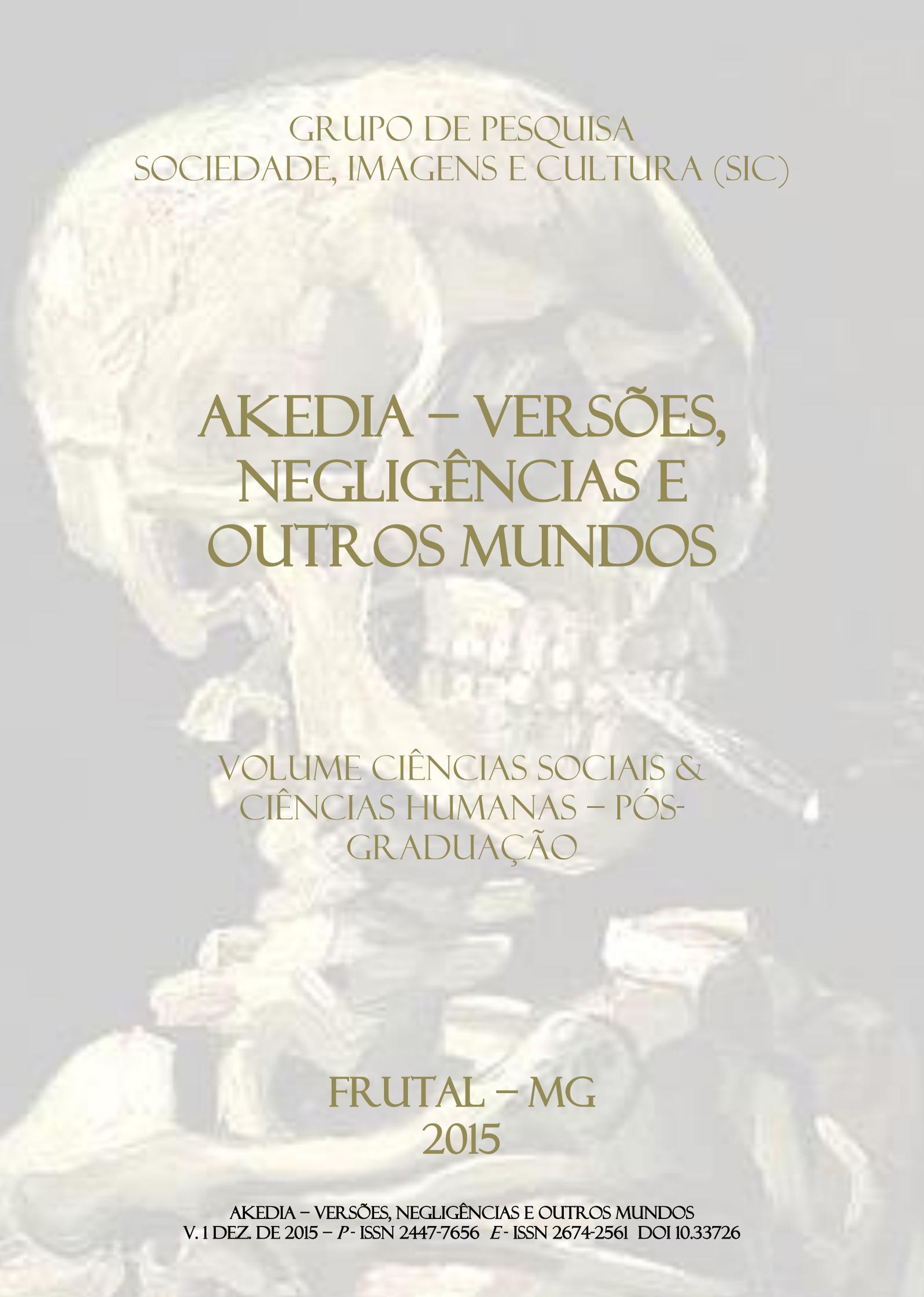


AKEDIA

VERSÕES NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS

p-ISSN: 2447-7656
e-ISSN 2674-2561
v. 1, nº 1, ano 1,
dezembro, 2015





GRUPO DE PESQUISA
SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC)

AKEDIA – VERSÕES,
NEGLIGÊNCIAS E
OUTROS MUNDOS

VOLUME CIÊNCIAS SOCIAIS &
CIÊNCIAS HUMANAS – PÓS-
GRADUAÇÃO

FRUTAL – MG
2015

AKEDIA – VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS
V. 1 DEZ. DE 2015 – P- ISSN 2447-7656 E- ISSN 2674-2561 DOI 10.33726

Revisão Textual

Dr. Marcelo Pessoa

Diagramação e Arte

Yago Patranis - Assistente Editorial

Capa

Vincent Van Gogh

Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/imagem/go000054.jpg>,
Acesso em 10/12/2015.

Impressão e Hospedagem do Volume

Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal

Editor Corporativo

Grupo de Pesquisas Sociedade, Imagens e Cultura (SIC)
MPEducacional

Editor-Chefe

Prof. Dr. Marcelo Pessoa

Conselho Editorial

Dr. Dionísio Vila Maior (UAL, Lisboa)
Dr. Rodrigo Ney Millan (UEMG, Frutal)
Dr. Allynon Takehiro Fujita (UEMG, Frutal)
Dra. Cintia Camargo Vianna (UFU, Uberlândia)
Dr. Marcelo Pessoa (UEMG, Frutal)
Dr. Jorge Pedro Sousa (Universidade do Porto, Portugal)
Dra. Daniela Soares Portela (UEMG, Frutal)
Dra. Jociene Carla Bianchini Ferreira (UFMT, Mato Grosso)
Dr. André Vinicius Martinez Gonçalves (IFG, Goiás)
Dra. Cristiane Pimentel Neder (UEMG, Frutal)

P475p Pessoa, Marcelo
Grupo de Pesquisa Sociedade, Imagens e Cultura (SIC). /
Marcelo Pessoa (org.) -- Frutal, 2015.
124 f.: il., (vol. da Pós-Graduação).

p- ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-25761 DOI 10.33726

1. Produção científica. 2. Homem. 3. Cultura. 4. Sociedade
I. Pessoa, Marcelo. II. Universidade do Estado de Minas Gerais. III.
Título.

CDU 008

EDITORIAL

É COM GRANDE SATISFAÇÃO QUE, NESTE MÊS DE DEZEMBRO DE 2015, LANÇAMOS O PRIMEIRO NÚMERO DA “REVISTA AKEDIA: VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS”.

CENTRADA NAS PREOCUPAÇÕES ASSOCIADAS ÀS CIÊNCIAS HUMANAS, ESTA REVISTA, APESAR DESTE NORTE, NÃO SE ATÉM OBRIGATORIAMENTE À TRADIÇÃO CONCEITUAL QUE SE EVOCA PARA ESTA OU AQUELA ÁREA DO CONHECIMENTO, AO MESMO TEMPO EM QUE NÃO SE PROPÕE INTERDISCIPLINAR. ISTO É UM PARADOXO, MAS OCORRE DE MANEIRA SIMPLES, POIS, O QUE ORIENTARÁ NOSSO CORPO EDITORIAL É O DESEJO DE REUNIR EM NOSSAS PUBLICAÇÕES TEXTOS QUE TRATEM DOS ASPECTOS CONTRADITÓRIOS HUMANOS, SOCIAIS E CULTURAIS QUE CONSTITUAM NOSSA CIVILIZAÇÃO, ACENANDO PARA UM TERRITÓRIO DE REFLEXÕES DE FRONTEIRAS VISÍVEIS, PORÉM MÓVEIS. NESTA REVISTA CABEM, PORTANTO, TUDO A PARTIR DO QUE SE CONCEBA UM MUNDO COMO UM TODO ORGÂNICO, POLÍTICO, CULTURAL, MICROSCÓPICO, MACROSCÓPICO, E SOCIAL. EM SUMA:

A natureza complexa de tais problemas pede diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de áreas diferentes, bem como entre saberes disciplinares e saberes não disciplinares da sociedade e das culturas, dependendo do nível de complexidade do fenômeno a ser tratado. Daí, a relevância, no mundo contemporâneo, de novas formas de produção do conhecimento que tomam como objeto fenômenos que se colocam entre fronteiras disciplinares, quando a complexidade do problema requer diálogo entre e além das disciplinas. Diante disso, desafios teóricos e metodológicos colocam-se para diferentes campos da ciência e da tecnologia (CAPES, Documento de Área 2009. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/INTER03ago10.pdf>, acesso em 06/05/2015).

ESTE ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, CRIADO PELA LIDERANÇA DO GRUPO DE PESQUISA SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA – SIC, ESTÁ VOLTADO PARA A EXPOSIÇÃO CIENTÍFICA DE SEUS INTEGRANTES. DESSE MODO, A PRODUÇÃO DOCENTE, A PUBLICAÇÃO DISCENTE E DOS SERVIDORES DA UEMG – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE FRUTAL, NOS SÃO OBJETOS PREFERENCIAIS, DESDE QUE SEJAM FRUTOS DE PESQUISAS, NO MÍNIMO, EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO (*LATO* OU *STRICTO SENSU*) QUE SE CONECTEM COM A LINHA DE PENSAMENTO DE NOSSO CORPO EDITORIAL E TAMBÉM AOS

DITAMES ALUDIDOS ANTERIORMENTE PELA COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR – CAPES.

ESTA É UMA PUBLICAÇÃO IMPRESSA, MAS QUE, APESAR DO FORMATO, TAMBÉM INTEGRA A COLEÇÃO HUMANIDADES, SELO ESTE EMBARCADO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO *SITE* DA UEMG – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE FRUTAL. VALE DIZER, QUE O PRESENTE VOLUME TRAZ, PREDOMINANTEMENTE, PRODUTOS DOS TRABALHOS DE PESQUISA, DE ENSINO, DE EXTENSÃO E DE ORIENTAÇÃO REALIZADOS POR PESQUISADORES E INTEGRANTES DO GRUPO DE PESQUISA SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA – SIC.

COM PERIODICIDADE SEMESTRAL, O FLUXO EDITORIAL DA “REVISTA AKEDIA”, NESTE INÍCIO, SERÁ GERENCIADO PELO EDITOR RESPONSÁVEL, QUE É O LÍDER DO GRUPO DE PESQUISAS – O SIC. CONTUDO, SE PREVÊ POSTERIORMENTE A MIGRAÇÃO DESTA MODELO INICIAL DE GESTÃO PARA A PLATAFORMA SEER – SISTEMA ELETRÔNICO DE EDITORAÇÃO DE REVISTAS, FERRAMENTA OPERACIONAL A PARTIR DA QUAL SE PERMITE A COMPLETA AUTOMATIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROCESSO DE PUBLICAÇÃO DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS ELETRÔNICOS.

UM DOS PRIMEIROS CUIDADOS TOMADOS NESTA ABERTURA DOS TRAMITES E REGISTROS, TEM RECAÍDO SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CORPO EDITORIAL, QUE JÁ CONTA COM A PARTICIPAÇÃO DE PROFESSORES DE OUTRAS INSTITUIÇÕES E DE OUTROS PAÍSES, OS QUAIS ATUARÃO COMO CONSULTORES *AD HOC*.

EM SUMA, SALIENTAMOS QUE NOSSA PRÓXIMA META, NUM SEGUNDO NÚMERO DA PUBLICAÇÃO, SERÁ A DE MELHORAR AS NORMAS DE PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS. E, NESTE SENTIDO, AO FECHARMOS OS TRABALHOS DESTA PRIMEIRO NÚMERO, LOGO INICIAMOS OS ESFORÇOS DESSA NOVA JORNADA.

MARCELO PESSOA (EDITOR RESPONSÁVEL E LÍDER DO GRUPO SIC)

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO

O PRIMEIRO VOLUME DA “REVISTA AKEDIA: VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS”, NASCE, COM A MOTIVAÇÃO DE ATENDER A UMA DEMANDA ESPECÍFICA: DAR VAZÃO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE UM GRUPO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UEMG (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS), QUE CURSARAM A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* INTITULADA “ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA”, OFERECIDO PELA UNIDADE UEMGUIANA FAPP – FACULDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS TANCREDO NEVES, COM SEDE EM BELO HORIZONTE.

ASSIM, ESCLARECESSE QUE OS DOIS PRIMEIROS VOLUMES SERÃO PUBLICADOS COM ESTE VIÉS, ISTO É, O DE DAR AMPARO À DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DE UM GRUPO DE PÓS-GRADUANDOS EM PARTICULAR, OS QUAIS FORAM MEUS ORIENTANDOS E NÃO TIVERAM SEUS TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO PUBLICADOS, FATO QUE SE CONSTITUI CONDIÇÃO *SINE QUA NON* PARA A CONTINUIDADE DE SUAS VIDAS ACADÊMICAS.

DEPOIS DE ATENDIDA ESTA PAUTA, A “AKEDIA” RETOMARÁ SEU CURSO EVOLUTIVO, PROPONDO, NO TERCEIRO VOLUME, A PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS DOS MEMBROS DE NOSSO CONSELHO EDITORIAL E, A PARTIR DO QUARTO VOLUME, ENTÃO, O PROJETO AKEDIANO TOMARÁ CONSCIÊNCIA DE SEU PRÓPRIO CORPO.

ESTE CORPO TERÁ A MISSÃO DE AGIR NA SOCIEDADE E NO SEIO DA CULTURA COM A CONTUNDÊNCIA PRECISA E SUAVE DE UMA ESPADA SAMURAI: É ASSIM QUE DEVERÃO SER ESBOÇADOS OS TEXTOS CIENTÍFICOS PUBLICÁVEIS NA AKEDIA.

RESUMIDAMENTE, ESTE SERÁ UM ESPAÇO PARA A EXPOSIÇÃO DO PENSAMENTO ACADÊMICO QUE SE PRETENDA DESALINHADO, EM FACE DO QUE SE RECONHECE COMO TRADIÇÃO CIENTÍFICA. FORA DO ESQUADRO, SEGUNDO O PRINCÍPIO DE NÃO ACATAR ESTE OU AQUELE “PADRÃO CIENTÍFICO”. APÓCRIFO, NO SENTIDO DE QUE OS AKEDIANOS, A PARTIR DE UM DADO MOMENTO, DEVERÃO SER RECONHECIDOS POR MEIO DE SUAS PRÁTICAS CIENTÍFICAS POUCO ORTODOXAS.

A RAZÃO DISTO É A DE QUE, SE NÃO GOSTAMOS DA FILOSOFIA REPETITIVA, REPRODUTIVA E POUCO INOVADORA QUE PERMEIA A PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA, TALVEZ DEVAMOS ACEITAR O FATO DE QUE É CHEGADA A HORA DE MUDARMOS OS FILÓSOFOS - NÓS.

MARCELO PESSOA (EDITOR RESPONSÁVEL)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO (TEXTO DE SEGUNDA CAPA)

EDITORIAL, 03

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO., 05

SEÇÃO – ARTIGOS

1. MARCELO PESSOA; JULIANA CAVALCANTI FIGUEIRÊDO

CANÇÃO, CRÔNICA E IMAGENS
SOCIOCULTURAIS.....07

2. DEYVISON BRITO MONTEIRO; MARCELO PESSOA

GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA: ANÁLISE DE COMPETÊNCIAS
GERENCIAIS NOS CARGOS GESTÃO EM SEGURANÇA
PÚBLICA.....19

3. ARIANNA CALDERÓN; MARCELO PESSOA

IMPORTÂNCIA E POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM
REDE, VISANDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE
TERRITÓRIOS.....36

4. ELENICE SALES FELICIANO MENEZES; MARCELO PESSOA

PERSPECTIVAS DA DESTINAÇÃO DO LIXO SOB O PONTO DE VISTA DA
GESTÃO PÚBLICA DE
RESÍDUOS.....56

5. CLEIDE FRANCISCA DE SOUZA TANO; MARCELO PESSOA

PROCESSOS DE FORMAÇÃO HUMANA: DESAFIOS DIANTE DAS RÁPIDAS
TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS.....76

6. ÁLVARO DE SOUZA VIEIRA; MARCELO PESSOA

SOCIALIZAR PARA RESSOCIALIZAR – POR UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS NO SISTEMA
PRISIONAL MINEIRO.....98

CANÇÃO, CRÔNICA E IMAGENS SOCIOCULTURAIS

Prof. Dr. Marcelo Pessoa¹
Juliana Cavalcanti Figueirêdo

RESUMO: O presente trabalho está centrado nos estudos jornalísticos e literários, os quais acompanham os pressupostos dos Estudos Culturais e da Análise do Discurso. O objetivo da pesquisa proposta é delimitar e interpretar o modo como são realizadas as investigações dos poemas-canções de Chico Buarque, na obra *A Imagem do Som de Chico Buarque*. Tal livro apresenta uma transposição de poemas para imagens, com o que chamaremos em nossa pesquisa de crônicas-imagens. O poeta-compositor em foco, no cenário da MPB – Música Popular Brasileira –, se nos apresenta como artista *sui generis*, ao conjugar em sua obra poético-musical, tanto elementos próprios da produção textual em prosa, quanto dos expedientes típicos da música, reafirmando-se, assim, como um dos maiores representantes da literatura e da música nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Canção, Chico Buarque, Crônica, Imagem, Cultura Brasileira.

ABSTRACT: The present work is centred on the journalistic and literary studies, which follow the assumptions of cultural studies and the analysis of the speech. The objective of this research proposal is to delimit and interpret the way investigations are conducted of the poems-songs of Chico Buarque in the Sound image of Chico Buarque. This book presents a transposition of poems to images, with which we will call in our research of Chronicles-images. The poet-composer in focus, the scenario of MPB – Brazilian Popular Music – if we presented as *sui generis* artist uniting in his poetic-musical, both elements of textual production in prose, as typical of the files of music, reaffirming, as one of the greatest representatives of literature and national music.

KEYWORDS: Song, Chico Buarque, Chronicle, Image, Brazilian Culture.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil de 2015 nos deixa na memória uma herança sociocultural de dissensos que dialoga com um passado igual monta e que não está exatamente muito distante na mente dos brasileiros. Isto é, se de um lado temos, hoje, como contexto um Brasil repleto de ressalvas políticas, restrições econômicas e indignação pelas ruas, por outro lado, como no passado, poderíamos buscar na classe artística um pouco de alento.

¹ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

Contudo, convivemos com o *funk*, com o sertanejo universitário, com a sofrência, e assim parece que, de certo modo, estamos órfãos. Numa espécie de contrassentido disfórico, temos um cantor e compositor, Chico Buarque, que ostentava e ainda tem um perfil poético-musical ora engajado, ora romântico, ora lúcido, ora encantado, ora real, ora absurdo, caminhando meio que à revelia de todos os rótulos daquela e desta época e, por isso, sempre lido como dentro e fora da moda: “Dança teu funk, o rock Forró, pagode, reggae Teu hip-hop / Fala na língua do rap / Desbanca a outra / A tal que abusa / De ser tão maravilhosa” (Chico Buarque, “Subúrbio”, 2006).

Talvez por isso também, o lirismo de Chico Buarque, em diversos momentos abalou o regime ditatorial brasileiro da década de 1960, de vários e “péssimos” modos – aos olhos de alguns ele pareceu panfletário, aos olhos de outros, reacionário, mas, de qualquer modo, ele era mesmo “um perigo para a manutenção do *status quo* do sistema” –, e, por isso, era necessária a intervenção da censura para silenciá-lo. Assim, não posso deixar de pensar se, diante de situações como a corrupção da Petrobrás, o comprometimento dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e os inúmeros desvios de dinheiro público, uma canção como “Ode aos Ratos”, não seria igualmente compatível com o passado e com o presente, apesar de ter sido composta no ano de 2001: “À chacina e à lei do cão / Saqueador / Da metrópole / Tenaz roedor / De toda esperança / Estuporador da ilusão / Ó meu semelhante / Filho de Deus, meu irmão”.

A partir desse recorte, que mostra um fragmento que flerta com o realismo absurdo brasileiro de todos os tempos, é que neste *paper* acreditamos que, o que predominantemente ocorre nos textos de Chico Buarque é, ao lado da aparente denúncia, uma dissensão dual de certos processos de denunciamento retórico, do modo como aparece na “Ode aos Ratos”, mas que até certo ponto é bastante comum na poética latino-americana e também na poesia cantada do próprio Chico Buarque – e que sustenta a ambiguidade atribuída ao poeta compositor.

Essa pseudo-denúncia é, antes de ser falsa, verdadeira, por que era mais ou menos o que desejava a esquerda intelectual dos anos sessenta ao depositarem sobre os artistas da época todo o peso de fazerem as revoluções acontecer. Ao lado disso, sabemos que se desejava deles, e não só de Chico

Buarque, uma simultânea e absurda manipulação estética da linguagem (à moda de Caetano Veloso, dos tropicalistas e dos adeptos da Antropofagia oswaldiana, por exemplo) (TATIT, 2001).

Para compreender um pouco desse desconcerto retórico, elegemos como centro das nossas investigações o livro *A Imagem do Som, de Chico Buarque*, que traz um texto e uma diagramação produzidos pelo “Projeto Imagem do Som”, sendo uma concepção e curadoria de Felipe Taborda.

Na obra supra, encontramos 80 (oitenta) canções de Chico Buarque e 80 (oitenta) artistas contemporâneos que releem atemporalmente os seus poemas-canções por meio de imagens, para explicitar que: “A união da criatividade notória da música brasileira com imagens trabalhadas por alguns dos nossos melhores artistas visuais.” (1999, p. 11) pode trazer à tona o inusitado, isto é, podem reposicionar nos anos 2015 as discussões sobre os fatos ocorridos nos anos vividos sob a ditadura militar no Brasil dos anos 60, 70 e 80.

Vale dizer, que em nossa pesquisa tal releitura é denominada como crônica-imagem ou crônica visual, face à semelhança que a imagética cantada de Chico Buarque aparenta ter ao fazer dos cronistas em prosa (PESSOA, 2013).

Assim, partindo de Pessoa (2013) acreditamos igualmente que Chico Buarque teria, em algumas de suas letras, deixado transparecer, de algum modo, elementos retidos em sua poesia relacionados às efervescências socioculturais de sua época, matizes os quais os artistas que o revisitaram nos revelaram na obra *A Imagem do Som de Chico Buarque*, em forma de imagens.

Percebemos que, no caso de Chico Buarque, o que pode ter ocorrido em seu processo criativo é que, ao lado de sua preocupação linguística e sonora, pode existir subentendido o fazer subjetivo próprio aos registros fotográficos. Portanto, além de podermos analisar as composições de Chico Buarque como se fossem fotos-crônicas socioculturais, dando destaque ao seu engajamento político e social (e aqui, abrimos mão de investigar se falsa ou verdadeira a semântica combativa de seu discurso), sua representação do feminino e a sua expressão sentimental com a poesia da mais alta qualidade, será possível

perceber como se constrói musical e imagetivamente, um verdadeiro retrato do psicossocial brasileiro (SÁ, 2008).

Permite-se ainda, com essa abordagem, ajudar na conformação de um repertório crítico, a partir do qual se possam aplicar os presentes estudos à área da Comunicação Social, ao se realizarem aqui análises críticas de imagens e textos publicitários, destacando-se neles a importância que as imagens causam na sociedade contemporânea devido à constante iconografia observada nos meios publicitários.

Em suma, ao investigarmos as imagens de Taborda (1999), é preciso compreender o contexto no qual a letra da música fora composta, o que, por si só, requisita um volume muito maior de estudos, pois em diversas vezes Chico Buarque não quer apelar para o seu conteúdo de entretenimento, mas, sim, para estratégias de linguagem a fim de construir significados alegóricos. É possível, neste sentido, notar que cada artista-plástico que trabalha os poemas-canções no livro de Felipe Taborda, transpõe com suas particularidades a sua representação imagética. Alguns são literais, outros subjetivos, mas todos socioculturalmente instigantes.

2. DE-‘LIMITAÇÕES’

O livro *A Imagem do Som de Chico Buarque*, como foi mencionado, possui 80 (oitenta) poemas-canções com representações de crônicas visuais diferentes. No presente trabalho foram analisadas 38 imagens ou crônicas-imagens.

Abaixo, segue o *corpus* analisado (WERNECK, 2006):

- 1) **Pedro Pedreiro** – Chico Buarque (1965)
- 2) **A Rita** – Chico Buarque (1965)
- 3) **Sonho de Um Carnaval** – Chico Buarque (1965)
- 4) **A Banda** – Chico Buarque (1966)
- 5) **Com Açúcar, Com Afeto** – Chico Buarque (1966)
- 6) **Noite dos Mascarados** – Chico Buarque (1966)
- 7) **Carolina** – Chico Buarque (1967)
- 8) **Roda Viva** – Chico Buarque (1967)
- 9) **Ela Desatinou** – Chico Buarque (1968)
- 10) **Retrato em Branco e Preto** – Chico Buarque/ Antônio Carlos Jobim (1968)
- 11) **Sabiá**- Chico Buarque/ Antônio Carlos Jobim (1968)

- 12) **Apesar de Você** – Chico Buarque (1970)
- 13) **Cotidiano** – Chico Buarque (1971)
- 14) **Bom Conselho** – Chico Buarque (1972)
- 15) **Partido Alto** – Chico Buarque (1972)
- 16) **Quando o Carnaval Chegar** – Chico Buarque (1972)
- 17) **Soneto** – Chico Buarque (1972)
- 18) **Cálice** – Chico Buarque/ Gilberto Gil (1973)
- 19) **Basta Um Dia** – Chico Buarque (1975)
- 20) **Gota d'Água** – Chico Buarque (1975)
- 21) **Meu caro amigo** – Chico Buarque/ Francis Hime (1976)
- 22) **Olhos Nos Olhos** – Chico Buarque (1976)
- 23) **O Que Será (À Flor da Terra)** – Chico Buarque (1976)
- 24) **O Cio da Terra** – Chico Buarque /Milton Nascimento (1976)
- 25) **Folhetim** – Chico Buarque (1977-1978)
- 26) **Homenagem ao Malandro** – Chico Buarque (1977-1978)
- 27) **O Meu Amor** – Chico Buarque (1977-1978)
- 28) **Viver do Amor** – Chico Buarque (1977- 1978)
- 29) **Pivete** – Chico Buarque/ Francis Hime (1978)
- 30) **Tanto Mar** – Chico Buarque (1978)* segunda versão
- 31) **Não Sonho Mais** – Chico Buarque (1979)
- 32) **Morena de Angola** – Chico Buarque (1980)
- 33) **O Meu Guri** – Chico Buarque (1981)
- 34) **Vai Passar** – Chico Buarque/ Francis Hime (1984)
- 35) **O Futebol** – Chico Buarque (1989)
- 36) **Paratodos** – Chico Buarque (1993)
- 37) **Carioca** – Chico Buarque (1998)
- 38) **Iracema Voou** – Chico Buarque (1998)

É possível observar que o *corpus* estudado possui canções com um intervalo de tempo considerável, em que seus respectivos contextos socioeconômicos tiveram mudanças e interferências relevantes. Entretanto, músicas como “Partido Alto”, de 1972, tornam-se atemporais, devido à referência que Chico Buarque realiza ao descrever a penúria brasileira: “Na barriga da miséria, eu nasci brasileiro” (“Partido Alto”, 1972). Atemporal, também, porque se faz representar em outra canção: “Bambeia / Cambaleia / É dura na queda / Custa a cair em si / Largou família / Bebeu veneno / E vai morrer de rir / Vagueia / Devaneia / Já apanhou à beça / Mas para quem sabe olhar / A flor também é / Ferida aberta / E não se vê chorar” (Chico Buarque, “Dura na Queda”, 2000).

Sob o viés sociocultural, é interessante frisar ainda, que Chico Buarque é um compositor constantemente preocupado em atualizar-se. Em seu CD nominado *Chico* (2011), ele nos apresenta a música “Nina”. Nesta canção Chico comenta a influência da internet:

Na canção “Nina”, que ele (*Chico*) define como uma valsa russa, a letra descreve um homem no Brasil que mantém uma relação via computador com uma mulher na Rússia. Mulher que ele pode até espiar, claro, pelo Google Maps. Aos poucos Chico vai descobrindo mais novidades no admirável mundo novo da internet (ZAPPA, 2011, p. 414).

Neste sentido, o discurso de Chico Buarque é um discurso da práxis. É construído todo por meio de encadeamentos simbólicos cujas metáforas reificam nossa sociedade, demonstrando por meio de uma série de ramificações alegóricas a própria natureza do objeto artístico – na literatura, na música, na imagem.

No presente cotejamento foi possível identificar as particularidades com que cada artista plástico releu Chico Buarque, no trabalho publicado em Taborda (1999). Vimos que alguns foram literais, outros, subjetivos, mas todos retrataram com fidelidade as temáticas encantadas nos poemas-canções de Chico Buarque.

3. FACES BUARQUEANAS E O TRÂNSITO SEMIÓTICO DE TABORDA (1999)

Chico Buarque possui várias faces, e algumas delas são exibidas no *corpus* em destaque. Em nossas apresentações sobre o nosso trabalho de pesquisa em eventos acadêmicos e científicos, mas, principalmente em escolas de ensino fundamental e médio, apresentamos aos alunos as três particularidades mais expressivas deste poeta-compositor: o Chico Buarque político, o Chico Buarque romântico e o discurso feminino que Chico se faz portador em suas canções (JUNIOR, 2008; e LABRIOLA, 2009).

Imagem 01:



O poema-canção representado acima, na imagem 01 (Luiz Zerbini, In: TABORDA, 1999), trata da música “Folhetim” (Chico Buarque /1977-1978). A representação imagética que o artista plástico Luiz Zerbini nos apresenta é a de um buquê de rosas vermelhas, acompanhadas de um bilhete.

Em “Folhetim” pode ser observada uma das faces ou vozes mais eloquentes de Chico: o seu lado feminino. Isto é, sua indiscutível sensibilidade ao se fazer passar e sentir os humores femininos. “Folhetim” trata de uma mulher da boemia, que deixa claro aos seus amantes que o seu amor dura apenas uma noite. Entretanto, essa mesma personagem revela sua felicidade caso recebesse algum presente de seus amores passageiros.

Luiz Zerbini, então, a presenteia com um buquê de rosas simples, mas repleto de significados. Primeiramente, as rosas, assim como o amor dos amantes da música são passageiras, no outro dia ficam feias, perdem o encanto e acabam morrendo.

Posteriormente, observamos a cor vermelha, que nos indica ao mesmo tempo uma paixão avassaladora e também a feminilidade da mulher amada.

Zerbini ainda nos oferta ao olhar um cartão com os seguintes dizeres: “Por todas as coisas lindas que você sussurrou no meu ouvido, principalmente

as mentiras. Luiz”, frisando ainda mais os ‘desen’cantos destes amores, ditos, por isso, temporários.



Imagem 02

Acima, na imagem 02, temos representada a canção “Tanto Mar” (Chico Buarque / 1978), numa crônica-imagem em que o artista Arnaldo Pappalardo (In: TABORDA, 1999) dá à música ares de ligação direta com o contexto no qual a mesma foi escrita. Ao fazer “Tanto Mar”, Chico inspirou-se na “Revolução dos Cravos” (Portugal, 1974), revolta que derrubou o regime salazarista em Portugal. Para comemorar o fim da ditadura a população distribuiu cravos, a flor nacional portuguesa, aos soldados e à população, em forma de agradecimento e comemoração:

Artistas e intelectuais progressistas no Brasil se apressaram para saudar a queda do regime salazarista e apoiar a revolta militar que, com a adesão em massa da população, foi levada a cabo sem que houvesse quase nenhuma resistência. Quando Chico compôs “Tanto Mar”, uma homenagem aos revolucionários portugueses, sua canção foi proibida pela censura no Brasil. Acabou sendo gravada em um compacto em Portugal (ZAPPA, 2011, p. 316).

Neste caso-exemplo, observamos o viés do Chico Buarque engajado, pois nessa releitura se expõe o poeta preocupado com a situação política. Pappalardo, então, apresenta-nos um cravo na representação imagética da música. Observa-se que o cravo está feio, perdeu seu viço e sua exuberância, isso pode ser explicado devido ao fato de que a representação feita por Pappalardo fora da segunda versão da música “Tanto Mar”, visto que a primeira tivera sido censurada:

Quando, anos depois, a música foi liberada pela censura, a situação em Portugal já era outra. Embora todos reconhecessem que o dia 25 de Abril representara um grande salto no desenvolvimento político-social do país, participantes do movimento e observadores de esquerda acreditavam que, com os anos, a revolução havia se perdido. Muitos, inclusive no Brasil, acreditavam que a descolonização havia sido feita de forma errada e que muitas das conquistas da revolução foram se perdendo. Chico refez a letra. Dessa vez, a mensagem já não era tão otimista, mas guardava ainda a esperança (ZAPPA, 2011, p. 317).

Entre a primeira versão, composta em 1975, e a segunda, gravada em 1978, a situação política em Portugal havia sofrido transformações e, assim, muitos membros revolucionários e observadores alegavam que os ideais da “Revolução dos Cravos” acabaram se perdendo. Ao compor a segunda versão de “Tanto Mar”, Chico não é tão otimista quanto na primeira versão, mas, ainda assim, é possível observar na letra da canção certa expectativa sociocultural.



Imagem 03

Na imagem 03 faz-se uma releitura da canção “A Rita” (1965). Nela, o artista-plástico Alexandre Sant’Anna (In: TABORDA, 1999) foi impactante ao representar em seu texto a música que revela o lado romântico de Chico Buarque. Neste poema cantado se nos mostra um homem abandonado por sua mulher. Ao partir, a amada levou os seus planos, seus pobres enganos, os seus vinte anos, e o coração do amante e, mesmo assim, ainda não satisfeita, o deixou mudo, pois levou consigo a inspiração do amado, ou seja, ela mesma. Em suma, levou-se a vida do eu-lírico.

Sant’Anna, neste sentido, foi tão perspicaz quanto literal em sua representação, pois nos apresenta o amante da canção deitado numa mesa cirúrgica, talhado com um corte, levando-nos a crer que este está ferido, machucado.



Imagem 04

Na crônica-imagem 04 se vê representada a música “Carolina” (1967). Nesta canção, Chico Buarque refere-se a uma mulher que não vê o que a vida tem de belo. Carolina é uma mulher que vive para si mesma, sem olhos para o mundo, parece meio que refletir o momento em que o eu-lírico dá-lhe vida na letra da canção:

“Carolina” foi feita às pressas, para aplacar a ira da TV Globo, depois que Chico abandonou as gravações do programa *Shell em show maior*, em que era o apresentador. Para não ser processado, Chico acatou a exigência de Walter Clark, então diretor da emissora, de inscrever uma música no Festival Internacional da Canção, que era coordenado e transmitido pela TV Globo. O que não teria deixado Chico nada feliz, daí sua implicância com a música (ZAPPA, 2011, p. 187).

Ao representar “Carolina”, o artista-plástico Jarbas Lopes, em Taborda (1999), tentou transmitir uma imagem misteriosa da mulher da canção e nos apresenta uma incógnita: Carolina, na imagem é emblemática, híbrida, visto que possui as mãos femininas e os quadris e pernas masculinos. Carolina, na canção, é entidade complexa, assim como se lê na imagem. Trata-se de uma pessoa de difícil identificação.

Desse modo, observa-se que nesta crônica-imagem, o artista não mostrou os olhos de Carolina, pois os mesmos, em nossa sociedade, são altamente simbólicos e tidos como sinônimos de sinceridade e lealdade, fato que, na releitura de Jarbas Lopes, foram intencionalmente reformulados para nos remeter ao universo da ambiguidade poética buarqueana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As releituras que foram feitas de canções de Chico Buarque são apenas exemplos de como o tempo presente revisita o tempo passado, tentando encontrar por lá um poucos de suas legitimações. O cancionista buarqueanos talvez seja um dos que mais se prestem a este tipo de serviço, tendo em vista que a linguagem poética de Chico Buarque, por ser poética, transcende os limites da teoria, ao mesmo tempo em que enfrenta as barreiras do tempo.

Assim, em nosso trabalho, tivemos a felicidade de re(conhecer) a obra de Taborda (1999), e constatar que nela o encontro entre os tempos e a disjunção dos espaços acontecem balizados pela sutileza da linguagem genial e poética de Chico Buarque, emolduradas pela criatividade de grandes artistas que se dispuseram transformar o verbo em imagem, compondo mais um capítulo na crônica de nossa história social, política, emocional e cultural.

BIBLIOGRAFIA

JUNIOR, Atilio B. Voltas em torno de algumas personagens femininas em canções de Chico Buarque. *Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas*, Ano 2008.

LABRIOLA, Isabel F.R. As mulheres em Chico ou As mulheres do Chico. *Artigo*. Ano 2009.

PESSOA, Marcelo. *A Crônica-canção de Chico Buarque*. Curitiba: Appris, 2013.

SÁ, Jorge de. *A Crônica*. São Paulo: Ática, 2008.

TABORDA, Felipe. *A imagem do som de Chico Buarque*, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.

TATIT, Luiz. *Análise Semiótica Através das Letras*, São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

WERNECK, Humberto. *Tantas palavras*, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ZAPPA, Regina. *Para seguir minha jornada*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

GESTÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA: análise de competências gerenciais nos cargos de gestão em Segurança Pública

Deyvison Brito Monteiro²
Prof. Dr. Marcelo Pessoa³

RESUMO: Sabemos que Segurança Pública é uma política bastante debatida no cenário da Governança Estatal, seja em nosso país ou em outros locais do mundo. Nesse viés, a aplicação de políticas públicas de segurança, permeia-se sobre a prestação de serviços sempre com um grau elevado de eficiência. Assim, a prática de segurança pública requer competências técnicas e comportamentais específicas de seus profissionais, principalmente para os tomadores de decisões ou gestores. A capacitação e treinamento dos gestores públicos, ora encarregados pela implementação, coordenação e controle dessas políticas, que em tese deixam a sociedade mais segura, sem sombra de dúvida, não deixa de ser uma excelente estratégia para o alcance de um ambiente cada vez mais seguro em nossa sociedade. Desse modo, acreditamos que essa pesquisa teve, com fim à realização de análise sobre quais são as competências gerenciais primordiais na seara da administração da Segurança Pública. Para tanto, afastou-se do campo das atuações genéricas, das boas doutrinas administrativas gerenciais, procurando sempre competências profissionais mais específicas, devido ao garbo que essa seara possui. Nesse trabalho, foi utilizado o método hipotético-dedutivo, pois a partir das teorias de base, documentos hodiernos dos órgãos de segurança pública e bibliografia existente, foi possível traçar um perfil profissiográfico. No almejo de tentar desvendar as principais competências gerenciais dos profissionais de segurança pública, buscou-se nas fontes abertas, as competências gerenciais desejadas dos gestores de segurança pública, configurando-se assim mais um instrumento de contribuição e reflexão para a elaboração de políticas públicas voltadas para a promoção de uma atuação cada vez mais qualificada. Diante de tal perspectiva, esse trabalho visa ainda contribuir para o mapeamento de competências gerenciais dos gestores de atividades de segurança pública, de modo a traçar um perfil que conduza ao caminho da Excelência Profissional por parte desses profissionais. Pretende-se com esse estudo, contribuir não apenas para o desenvolvimento e sustentabilidade das organizações públicas de segurança, mas, sobretudo, a promoção de mudanças de comportamento que demonstrem maior eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados ao cidadão.

PALAVRAS-CHAVES: Competência, Gestão, Gestores e Segurança Pública.

ABSTRACT: We know that Public Safety is a policy widely discussed in the scenario of the State Governance, either in our country or elsewhere in the world. In this bias, the implementation of public security policies, permeates on

² Especialista em Gestão Pública pela FaPP – Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, Unidade da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

³ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

the service always with a high degree of efficiency. Thus, the public security practice requires specific technical and behavioral skills of its professionals, especially for decision-makers or managers. Capacity building and training of public officials, now responsible for the implementation, coordination and control of these policies, which in theory leave the safer society, without a doubt, it is still an excellent strategy for achieving an increasingly safe environment in our society. Thus, we believe that this research was, with order to carry out analysis of what are the primary managerial skills in harvest management of Public Security. Therefore, departed from the field of generic actions, good managerial administrative doctrines, always looking for more specific professional skills, due to elegant that this harvest has. In this work, we used the hypothetical-deductive method, as from the base of theories, modern-day documents of the public security organs and existing literature, it was possible to trace a professional profile. In crave to try to unravel the main managerial skills of public safety professionals, we sought in open sources, the desired managerial skills of public safety managers, and has thus another tool and reflection contribution to the development of public policies to promote an increasingly qualified action. At this perspective, this work aims to contribute to the mapping of managerial skills of managers of public security activities in order to draw a profile that leads to the path of Professional Excellence by these professionals. The aim of this study contribute not only to the development and sustainability of public security organizations, but, above all, the promotion of behavior change that demonstrates the efficiency, efficacy and effectiveness of services provided to citizens.

KEY WORDS: Skill, Management, Managers and Public Safety.

1. COMPETÊNCIAS GERÊNCIAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A demanda social por qualidade nos serviços prestados ao cidadão tem crescido bastante. Fenômenos de comunicação de massa, visíveis por meio das redes sociais que funcionam pela internet, pela onipresença da imprensa televisiva, pela pulverização do acesso a recursos tecnológicos, ou também a partir de equipamentos como *tablets*, aparelhos celulares e congêneres, têm dado ao cidadão maior capacidade de vigilância e de cobrança junto aos gestores da coisa pública.

Isso, de um lado, é elemento positivo, na medida em que impõe aos interlocutores uma dinâmica de interação supostamente mais democrática, contudo, por outro lado, também acentua ainda mais, devido ao quesito transparência dos atos públicos, o teor de gravidade que se atribui aos deslizes praticados na gestão dos itens elementares das relações do Estado com o contribuinte.

A Segurança Pública é um dentre os setores sensíveis desta relação, o qual se alinha direta ou indiretamente com as questões da Saúde Pública, da Educação, dos Transportes etc. Desse modo, buscando compreender o eixo norteador destas relações, julgamos válido recorrer ao pensamento sintético Cordeiro (2010), quando este nos diz que “Os investimentos em ações que promovam o conhecimento crítico, capacidades e competências para atividade profissional, é um fator primordial para o alcance dos objetivos das organizações públicas e privadas”.

O constante desejo por soluções mais eficientes e céleres tem impulsionado a iniciativa pública a investir na qualidade. Igualmente, na busca contínua pela excelência, é possível vislumbrar a necessidade de se atender e superar as expectativas do “cliente – o cidadão” faz do planejamento estratégico governamental uma excelente estratégia que direciona as ações gerenciais com maior racionalidade, transparência e *accountability*⁴ (MINAS, 2014).

Como já se é sabido, o maior capital de qualquer instituição, são as pessoas. “Sem elas não se gera produtos nem serviços, não se constroem valores nem se fortalecem culturas” (BRASIL, 2012). De igual forma, mas não tão semelhante, o serviço de Segurança Pública, também tem como foco principal as relações humanas em sociedade. Contudo, devido à natureza restritiva de alguns direitos dos cidadãos por parte do Estado, o perfil desses profissionais deve ser pautado pela oferta de um perfil diferenciado, justamente por lidar com circunstâncias que exigem medidas extremas de cerceamento de liberdades e direitos (BRASIL, 2012).

Nesse mister, é importante salientar que, para os cargos públicos no setor da segurança, mais especificamente os gerenciais, pela alta gama de responsabilidade com o público e com os servidores públicos que realizam esse serviço, faz-se necessário um mapeamento específico do perfil profissional.

Desse modo, o trabalho em tela, pretende elencar de forma rasteira, nem por isso simplória, a feitura de uma análise de um padrão de perfil profissional para os gestores de Segurança Pública, já que esses profissionais

⁴ *Accountability* – remete para dimensões como prestação de contas, responsabilidade social, verificação da qualidade de serviço prestado, escrutínio público etc.

são os principais atores no cenário de transformação de insegurança em segurança. E, mais que isso, também são aqueles que possuem a responsabilidade pela qualidade de vida dos cidadãos que estão sob sua circunscrição geográfica.

Nesse sentido, conforme explana Ruas (2004, p. 08), “competência gerencial é a capacidade de mobilizar, integrar e colocar em ação, conhecimentos, habilidades e formas de atuar (recursos de competência) a fim de atingir/superar desempenhos configurados na missão da empresa e da área”. Desse modo, tanto no setor público quanto no privado, esse conceito se impõe como verdade.

A seu turno, as competências gerenciais de Segurança Pública, para a pesquisa em voga, carecem ser delimitadas no universo amostral das forças estaduais, devido ao grande leque de órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública em nosso país, conforme Artigo 144, da “Constituição Federal”. Assim, temos como órgãos da Segurança Pública:

1. Polícia federal;
2. Polícia rodoviária federal
3. Polícia ferroviária federal
4. Polícias civis;
5. Polícias militares e corpos de bombeiros militares (Vide Artigo 144 da “Constituição da República Federativa do Brasil”)

Nesse trabalho, então, vemos que o espaço amostral ficou delimitado pela área de atuação das forças públicas estaduais de competência das polícias Civis e Militares, juntamente com o corpo de Bombeiros, tendo em vista aporte do referencial teórico do trabalho publicado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), por meio de seus documentos da Matriz Curricular Nacional e estudo profissiográfico e mapeamento de competências⁵ dos cargos das instituições estaduais de Segurança Pública.

1.1 Da qualificação às competências, uma abordagem histórica

⁵ É a identificação do conjunto de competências técnicas e comportamentais essenciais para o sucesso da pessoa no cargo e, conseqüentemente, da organização.

No final da Idade Média, o termo *competência*, era usado basicamente em jargões jurídicos. Significava faculdade atribuída a alguém ou a uma instituição para apreciar e julgar certas questões. Com o passar do tempo, esse conceito passou a caracterizar a capacidade de alguém pronunciar-se sobre determinado assunto (CARBONE *et al*, 2009).

O conceito de competência somente evoluiu para o contexto organizacional nos primórdios da Revolução Industrial. As teorias gerenciais em modelos como o do Taylorismo caracterizavam a expressão como sendo a capacidade da pessoa desempenhar eficientemente o papel na Organização (RUAS, 2004).

Assim, o modelo apresentado por Taylor (2010), voltado às empresas privadas, teve como meta a busca pela eficiência e eficácia dos resultados empresariais a partir de uma racionalização do trabalho: os métodos de produção, sob esta ótica, sempre estiveram voltados à busca do rendimento máximo em relação à produção. Essa técnica ou filosofia tem muito em comum com a definição de competências que as organizações utilizam hodiernamente.

Haja vista conferir significado próprio a partir deste modo de organizar e gerir a capacidade produtiva da empresa determinado por uma modalidade peculiar de divisão social e técnica do trabalho, o modelo de Taylor pretendia fundamentar a “parcelarização” do trabalho e a visão em busca dos melhores homens, ou seja, os “competentes” (CARBONE *et al*, 2009).

No contexto Taylorista, a competência assume o significado de um saber-fazer, o qual antes era derivado da experiência vivida, mas agora tem como base o conhecimento científico, nas formas do fazer (RUAS, 2004).

Conforme vemos em Lima (2006), com o declínio do sistema capitalista na década de 20, do século XX, iniciou-se o momento em que o modelo taylorista de produção teve maior vigor, fato que se manteve durante quase todo o século XX na indústria, mas que posteriormente também entrou em declínio nesse segmento do mercado. Esse modelo, contudo, é considerado um marco na Administração Empresarial, graças ao enfoque na divisão de tarefas e no objetivo de aumento da eficiência no nível operacional. Por isso o taylorismo é considerado um grande clássico da Administração, tendo ainda como sustentáculo o sistema capitalista, atingindo seu ápice no início do século XX.

Uma das condições determinantes para a derrocada deu-se a partir do fato de que não se conseguiu garantir a reprodução do capital e enfrentar as oposições dos trabalhadores quanto ao trabalho muitas das vezes extremamente repetitivo, rígido e fragmentado. Outros fatores também contribuíram para a crise do capitalismo da década de 20, fatores que também afetaram os modelos de produção em massa (LE BOTERF, 2003).

Com este cenário, surgem novos contornos no modo de produção do sistema capitalista, também incertos nas exigências de qualificação do trabalhador, os quais passaram a ser reestabelecidos. O desenvolvimento de capacidades intelectuais que auxiliavam o trabalhador a conhecer diferentes etapas da produção, além da dimensão técnica obtida por meio de um conhecimento mais amplo acarretou, por conseguinte, um aumento no nível de escolaridade do trabalhador (LIMA, 2006).

A formação educacional naquela época passou a ter a necessidade de contemplar não só os conhecimentos operativos, os quais eram subordinados ao “saber-fazer”, mas também ao “saber-ser”. As metodologias de ensino profissional adotadas pelo sistema taylorista baseavam-se na passagem de conhecimentos ordenados e sistemáticos, o que gerou questionamentos por causa da pouca correspondência com as demandas de qualificação do trabalhador (DELUIZ, 2004).

Nesse diapasão, várias responsabilidades e poderes foram demandados e canalizados em um líder, o que a administração norte-americana denominou como *empowerment*⁶. Nesse modelo, os operários eram responsáveis pela qualidade, possuíam autonomia para a correção de defeitos, dentre outros. Esses aspectos geraram um aumento significativo na qualidade e produtividade dos serviços das empresas graças a esse a maior autonomia e poder dos funcionários (DELUIZ, 2004).

Este novo perfil fez com que o trabalhador fosse exigido para uma formação profissional pautada em novas visões, as quais vislumbraram a organização e a gestão do trabalho com uma derivação sociocultural mais

⁶ Filosofia de gestão empresarial que defende a necessidade de se dar mais autonomia responsável às pessoas que executam a tarefa, para resolução de problemas próprios de sua esfera de ação, ao contrário do que propõe a lógica taylorista e a lógica da burocracia.

genérica que promovesse o ensino de novas habilidades e competências, nas condições em que o mundo produtivo demanda (ZARIFIAN, 2012).

O caminho histórico acima retrata um contexto em que o desenvolvimento de competências por parte dos trabalhadores passou a ser mais valorizado do que a habilidade na mera execução de tarefas. Isso foi extremamente necessário para o soerguimento do sistema capitalista, que na década de vinte teve sua pior crise. Desde então, o tema das competências vem despertando interesses no meio acadêmico e na área gerencial de empresas e, desse modo, compõe o ambiente de motivações norteadoras de nossa pesquisa.

1.2 Conceito de competência segundo a corrente francesa

Dutra (2010) nos elenca que existem duas correntes que ajudam na conceituação da palavra *competência*: uma norte-americana e outra francesa. Assim, vemos que, para a corrente norte-americana, o termo *competência* é entendido como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes do indivíduo, que possibilita o credenciamento para a execução de determinado trabalho, de determinada função dentro da empresa. Esta corrente é defendida por autores como Boyatzis (1982) e McClelland (1973).

Já, para a corrente francesa, a competência não está relacionada a um conjunto de qualificações do indivíduo, mas àquilo que ele consegue produzir ou realizar no trabalho. Logo, para essa corrente, competência é uma resultante da combinação de múltiplos saberes: saber-fazer, saber agir, saber-ser, de forma a dar as respostas efetivas aos desafios atuais do mundo dos negócios. Esta corrente é defendida por autores como Le Bortef (2003), Zarifian (2012) e Perrenoud (2007).

Este trabalho coaduna mais com a corrente francesa, haja vista a intenção de mapeamento de competências estruturais gerenciais na área de Segurança Pública, de forma a se estabelecer uma sinergia entre as aptidões, ações e resultados que os Gestores Públicos de segurança poderão produzir, caso ocorra esse desenvolvimento de competências nas fases de capacitação ou até mesmo, no arcabouço de suas vivências pessoais.

Atualmente, existe uma tendência conciliadora em relação ao conceito de competência. Nela, procura-se alinhar elementos das escolas francesa e americana (HELAL, *et al*, 2009). Carbone, *et al* (2009, p. 43), integrou o pensamento das duas correntes e definiu competência:

Não como o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários para exercer determinada atividade, mas também como o desempenho expresso pela pessoa em um dado contexto, em termos de comportamentos e realizações decorrentes da mobilização e aplicação de conhecimentos, habilidades e atitudes no trabalho.

Assim, de forma sintética, temos uma derivante conceitual do aludido tema como emerge como sendo a combinação sinérgica de conhecimentos, habilidades e atitudes, expressas pelo desempenho profissional dentro de determinado contexto organizacional. Contudo, vale dizer que isso só terá validade, desde que fortaleça não apenas as organizações, mas, também, as pessoas e, sobretudo, contribua para a construção da capacidade de realização do serviço prestado por estes integrantes (CARBONE, *et al*, 2009; LE BOTERF, 2003; ZARIFIAN, 2012). As competências gerenciais para os gestores de Segurança Pública devem ser desenvolvidas para o bom funcionamento do serviço público.

1.3 O discurso sobre competências gerenciais na Administração Pública

A administração Pública, como qualquer administração, acompanha os anseios da sociedade. As transformações sociais e culturais decorrentes do processo de uma economia globalizada reforçam o contexto político e social que tem como pilar o desenvolvimento do conhecimento, configurando-se, assim, em fator de interferência direta nas instituições, conforme (PICARELLI, 2002).

De acordo ainda com Picarelli (2002), devido às mudanças globais, as empresas passaram a buscar flexibilidade em suas operações, com o intuito de fortalecer sua competitividade, aumentando o gerenciamento dos riscos e as ameaças do mercado. Desse modo, o profissional que está sempre capacitado a traduzir, interpretar, decodificar cenários e demandas, de acordo com o

aporte logístico e humano disponível, pode visar à implementação de políticas públicas com mais eficiência (DAGNITO, 2012).

A Escola da Administração Pública, para muitos, foi derivada da Escola da Administração Geral. Para aquela, a premissa de separação entre o político e o administrativo, muitas das vezes, se faz como uma dicotomia forte e latente, difícil de dissociar.

Para o poder público mineiro, um gestor público é um ocupante de cargo de direção e de chefia da alta administração, das estruturas básica e intermediária na administração direta, fundacional e autárquica do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, conforme estudo de perfil de Competências dos Gestores Públicos (MINAS, 2007).

Hodiernamente, temos também a expressão “a nova Gestão Pública”, sendo entendida como uma gestão envolvida com parcerias, tanto públicas quanto privadas, trazendo consigo aspectos que envolvem o Terceiro Setor⁷, responsabilidades sociais e empresariais (DAGNITO, 2012).

Segundo Dias (2008), “a nova Gestão Pública”, instituída na década de 90, considera que a eficiência⁸ da máquina pública é buscada na competência para a obtenção de resultados para o cidadão e na qualificação do funcionalismo público. Dessa feita, os resultados positivos podem ser obtidos partindo da responsabilização de competências administrativas e pela implementação de uma gestão⁹ pública orientada pela assunção de resultados.

Corroborando este contexto, Guimarães (2000) explicita que o gerenciamento por competência é uma forma de aplicar as mudanças e as inovações necessárias na administração pública para otimização de seus desempenhos, contribuindo para agregação de valor à instituição. Desse modo, podemos inferir que uma gestão eficiente baseada nos principais norteadores de competências gerenciais, sem sombra de dúvida, pode estimular o

⁷ O terceiro setor constitui-se na esfera de atuação pública não-estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Incluem-se organizações não governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos.

⁸ Pode ser entendida como a capacidade de minimizar o uso de recursos para alcançar as metas definidas, ou seja, é a capacidade de otimizar o uso dos recursos, e seria medida pela relação entre recursos aplicados e o produto final obtido (LACOMBE, 2004).

⁹ Para fins da presente pesquisa, o termo *gestão* é lido como sinônimo de *administração* e, assim, significa um conjunto de princípios, de normas e de funções que têm por fim ordenar os fatores de produção e controlar a sua produtividade e a sua eficiência, para obter determinado resultado.

alinhamento, a integração, o compartilhamento e o direcionamento ao sucesso de toda a organização, apontando, assim, para o caminho da excelência¹⁰ em sua esfera de atuação, o que pode gerar não só valor à organização, mas, também resultados em todas as partes do cenário.

Na dimensão de competências gerenciais macro, demonstra Boyatzis (*apud* LIMA, 2007), que a definição de seis categorias de competências interligadas ao “saber-ser”, são importantes para a construção de um perfil com padrão de excelência para um gestor:

- a) **metas e gestão pela ação:** orientação eficiente, produtividade, diagnóstico e uso de conceitos, preocupação com impacto (pró-atividade).
- b) **liderança:** autoconfiança usa de apresentações orais, pensamento lógico, conceitualização.
- c) **recursos humanos:** uso de poder socializado, otimismo, gestão de grupo, autoavaliação e senso crítico.
- d) **direção de subordinados:** desenvolvimento de outras pessoas, uso de poder unilateral e espontaneidade.
- e) **foco em outros clusters:** autocontrole, objetividade perceptual, adaptabilidade, preocupação com relacionamentos próximos.
- f) **conhecimento especializado:** memória e conhecimento especializado.

Desse modo, podemos também salientar que o governo de Minas Gerais, no ano de 2007, elaborou um estudo de perfis de competências dos gestores públicos do Poder Executivo, tendo como eixos articuladores as competências macro: Visão Sistêmica, Compartilhamento de Informações e Conhecimentos, Liderança de Equipes, Capacidade Inovadora, Gestão de Pessoas, Competência Técnica e Orientação para Resultados.

Competências essas que muito se aproximam do modelo de competência da corrente Francesa, principalmente pela preocupação quanto à mobilização de saberes, atitudes em prol dos resultados organizacionais.

¹⁰ “A excelência é um horizonte, uma busca contínua. Não há como permanecer no ponto em que pensamos tê-la alcançado.” Autor Desconhecido.

1.4 Competências gerenciais, segundo Doutrina Nacional da Secretaria Nacional de Segurança Pública

No mapa de competências dos profissionais de segurança pública elaborado pela SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública), em 2003, identificaram-se três dimensões de competências: as cognitivas, as atitudinais e as operativas, as quais também estão interligadas ao “saber-ser”, “saber-fazer” e ao “saber”.

Essas dimensões estão dispostas no seguinte sentido:

a) Saber (competências cognitivas): competências que requerem o desenvolvimento do pensamento superior reflexivo por meio da investigação e da organização do conhecimento. São os conhecimentos gerais ou especializados que deve possuir. Aprende-se através da compreensão de conteúdos.

b) Saber-fazer (competências operativas): competências que preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente. É o domínio de instrumentos e métodos cuja utilização é necessária para um bom desempenho profissional.

c) Saber-ser (competências atitudinais): competências que visam estimular a percepção da realidade, por meio do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais. São as atitudes relacionadas a julgamentos pessoais sobre: conveniência ou não de agir, qualidade do trabalho, ética comportamental, participação, solidariedade, criatividade, iniciativa, proatividade, dentre outros atributos humanos. Enseja modificação de atitudes e a formação, normalmente, é eficaz em longo prazo (BRASIL, 2013).

De forma mais específica, tendo como base o estudo do perfil profissiográfico do Mapeamento de Competências das Forças Públicas Estaduais, elaborado pelo Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal – DEPAID, da Secretária de Segurança Pública, temos como norte, o seguinte direcionamento de competências cognitivas para os gestores¹¹ de segurança pública:

a) **Capacidade de visão sistêmica** (ter compreensão do todo em uma determinada situação; ser capaz de combinar partes coordenadas entre si e que formam um conjunto).

b) **Capacidade de raciocínio espacial** (visualizar a posição, organização e modificação de um objeto no espaço).

¹¹ Para efeito desse estudo consideram-se gerentes, gestores e diretores como sinônimos.

- c) **Capacidade de raciocínio abstrato** (estabelecer relações em situações novas para as quais se possui pouco conhecimento previamente aprendido).
- d) **Capacidade de raciocínio numérico** (compreender e manejar sistemas numéricos, realizando operações matemáticas com exatidão)
- e) **Capacidade de raciocínio mecânico** (compreender princípios de funcionamento de mecanismos simples ou complexos e para manipular ou consertar estes mecanismos)
- f) **Capacidade de raciocínio lógico** (saber resolver problemas com objetividade, coerência e rapidez)
- g) **Capacidade de raciocínio verbal** (expressar-se com facilidade, ter fluência verbal e escrita)
- h) **Ter raciocínio dedutivo** (saber raciocinar por dedução)
- i) **Capacidade de atenção concentrada** (manter a atenção focada apenas em uma atividade, não permitindo que algo externo interfira)
- j) **Capacidade de atenção difusa** (manter a concentração em uma dada atividade, ao mesmo tempo em que está atento ao que está acontecendo em sua volta)
- k) **Capacidade de memória visual, fisionômica e/ou auditiva** (recordar informações, dados, fatos, conhecimentos percebidos e fisionomia de pessoas, mantendo a lembrança de qualquer coisa ou de alguém)
- l) **Capacidade de observação** (reparar ou perceber características ou aspectos que ocorrem com as pessoas, situações, fatos, objetos ou local/ambiente)
- m) **Capacidade de objetividade** (saber-ser direto e preciso; manter o foco na tarefa, ser conciso)
- n) **Capacidade de agir com rapidez de raciocínio**
- o) **Capacidade de agir com celeridade** (agir com rapidez e perspicácia)
- p) **Acuidade visual** (boa visão, diferenciar detalhes)
- q) **Capacidade de análise e síntese**
- r) **Capacidade de persuasão e argumentação** (poder de convencimento, capacidade de argumentar e contra argumentar)
- s) **Capacidade de adaptação a imprevistos**

2. MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

2.1 Competências gerenciais de Segurança Pública: uma abordagem analítica

O mapeamento de competências delimita quais as competências técnicas (conhecimentos e habilidades) e competências comportamentais (atitudes) são necessárias ao cargo analisado para que se tenha maior eficácia para a organização, como entende Carbone (2009).

O mapeamento de competências, segundo Carbone (2009), tem como finalidade identificar lacunas entre as competências necessárias para concretizar a estratégia da organização, mescladas com as competências profissionais por meio de pessoas “chaves”, como especialistas, membros de diretorias etc. Serve ainda para identificar as habilidades, conhecimentos e atitudes que dispõem os diversos profissionais, os quais as utilizam para realizar determinada tarefa.

A redução ou eliminação destas eventuais lacunas de competências está condicionada ao mapeamento das competências necessárias à consecução da estratégia organizacional, para que a instituição produza competitivamente em seu mercado.

Tendo como base o documento “Mapeamento de Competência: perfil desejado para o profissional de segurança pública”, elaborado pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, no ano de 2003, o qual teve como uma de suas finalidades a identificação das principais competências na área de Segurança Pública, podemos depreender o conceito de *competências estruturais*, as quais são atinentes ao “saber-ser” (aptidões e traços de personalidade) que são difíceis de mudar através de ações de qualificação e treinamento por se tratarem de traços da personalidade (MINAS, 2003).

Assim, o estudo mineiro mencionado acima, nos traz uma definição de Competência Estrutural que particularmente nos interessa para as reflexões aqui realizadas:

São aspectos cujo desenvolvimento depende mais da história de vida de cada um (vivência e experiência pessoal) do que propriamente do processo de ensino e aprendizagem formal. Contudo, são fundamentais para subsidiar o processo seletivo e de acompanhamento de pessoal (incluindo a avaliação de desempenho) na medida em que, uma vez existentes, favorecem o processo de formação e aperfeiçoamento.

Dessa feita, os fatores que concorrem para uma boa gestão, deixam-se notar por meio do princípio de um bom mapeamento de competências estruturais, as quais podem interligar a relação dos conhecimentos, habilidades e atitudes, juntamente com os traços de personalidade que devem ser desenvolvidos para o bom funcionamento do serviço público na área de Segurança Pública, ou seja, a identificação de competências inatas ao gerente

de segurança, identificada desde o processo de seleção, aperfeiçoamento ou capacitação, pode auxiliar em melhores resultados organizacionais, o que, de forma direta, também beneficia o público local.

Logicamente, gestão pela ação, liderança, gestão de recursos humanos, foco em outros *clusters* e conhecimento especializado são competências macro de quaisquer cargos gerenciais. Todavia, são competências *sine qua non*¹² para os cargos gerenciais de segurança pública, de forma que esses profissionais as adquiram e as executem de perenemente.

As qualidades ou habilidades elencadas para os gestores de Segurança Pública, do mapeamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública, se não forem colocadas à disposição dos propósitos institucionais, não gerarão resultados e, desse modo, em apartado, esses conhecimentos, habilidades e atitudes não estarão em sinergia, de forma que não serão competências por não gerarem resultados.

As capacidades de visão sistêmica, raciocínio espacial, raciocínio abstrato, raciocínio numérico, raciocínio mecânico, raciocínio lógico, raciocínio verbal, raciocínio dedutivo, atenção concentrada, atenção difusa, memória visual, fisionômica e/ou auditiva, observação, objetividade, agir com rapidez de raciocínio, agir com celeridade, acuidade visual, capacidade de análise e síntese, capacidade de persuasão/ argumentação e capacidade de adaptação a imprevistos, são competências primordiais e específicas aos cargos de gestão de Segurança Pública, segundo a Doutrina da Secretária Nacional de Segurança Pública.

Essas competências podem e devem ser estimuladas, através dos processos e procedimentos já preestabelecidos na gestão de pessoas e projetos, e também instituído na filosofia institucional ou na identidade organizacional.

Podemos inferir, que apesar de serem mais delineadas para os gestores da área de Segurança Pública, não deixam de derivar de grandes eixos articuladores de perfis de competências dos gestores públicos, como ocorre no Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

¹² Expressão latina que pode ser traduzida como “sem ao qual não pode ser”

3. CONCLUSÃO

Evidentemente, este trabalho não teve a finalidade de esgotar o tema, pois o mesmo é complexo. Entretanto, possibilitou levantar informações que podem apoiar a implantação ou aperfeiçoamento de algumas competências gerenciais dos profissionais de Segurança Pública.

As competências individuais dos gestores de Segurança Pública também se permeiam na mesma direção dos objetivos estratégicos de suas organizações, auxiliando na efetivação dos resultados a serem alcançados.

Os principais conhecimentos, habilidades e atitudes que podem gerar resultados, através dos gestores de Segurança Pública, são excelentes ferramentas ao redirecionamento dos recursos humanos e logísticos, os quais serão capazes de influenciar pessoas ao caminho do sucesso da organização.

O trabalho em tela buscou demonstrar um mapeamento profissional dessas pessoas, a partir das principais características, perfis, compromissos e resultados almejados, inatas dos órgãos de Segurança Pública.

Dessa feita, esse esboço das principais competências dos profissionais gerenciais de Segurança Pública foi exposta, de modo sugerir que nestas características existem espaços para melhorar as lacunas existentes quanto às competências necessárias à consecução dos objetivos estratégicos das organizações de Segurança Pública em nossos ambientes sociais.

Essa análise, por sua vez, pode subsidiar as decisões e investimentos na captação e desenvolvimento de profissionais que ainda carecem de competências específicas de determinados cargos ou ainda, ajudar no processo de formação daqueles que ainda precisam apresentá-las. Com esse intuito, acreditamos que podemos tornar o nosso ambiente cada vez mais seguro, partindo de ações mais especializadas, competentes e profissionais.

Evidentemente, conforme demonstrado, mesmo os estudos científicos mais precisos, vindouros da Secretária Nacional de Segurança Pública, ainda não possuímos como precisão, um mapeamento de competências gerenciais para os gestores de Segurança Pública. O que de certa forma não está errado, uma vez que podemos concluir que ainda muito precisa ser feito, para que se alcance a excelência.

Por fim, procuramos trazer à tona para o conhecimento dos gestores de Segurança Pública, um pequeno delineamento sobre competência, além de despertar e instigar o hábito de capacitação contínua por parte desses profissionais. Neste sentido, após a análise do conteúdo, é possível inferir que os estores de Segurança Pública possuem grande parte das competências aqui elencadas, necessitando apenas, em alguns casos, aperfeiçoá-las.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. *Desenvolvimento de competências profissionais: as incoerências de um discurso*. (Tese de Doutorado). Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2001.

BOYATZIS, R. E. *The competent manager: A model for effective performance*. New York: John Wiley & Sons, 1982.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública/Senasp Ministério da Justiça Secretaria Nacional de Segurança Pública/Senasp. *Matriz curricular nacional para a formação em segurança pública*. Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública. Coordenação-geral de ensino. Brasília: SENASP. 2003.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Perfil dos cargos das instituições estaduais de segurança pública: estudo profissiográfico e mapeamento de competências / Secretaria Nacional de Segurança Pública – Programa Nacional de Desenvolvimento para as Nações Unidas (PNUD) – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2012.*

CARBONE, Pedro Paulo *et al.* *Gestão por Competências e Gestão do Conhecimento*. 3ª ed. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2009.

CORDEIRO, B. M. P.; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. *Mapeando competências rumo à aprendizagem continuada em segurança pública*. Artigo Científico, Brasília, 2010.

DAGNINO, Renato Peixoto. *Planejamento estratégico*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

DELUIZ, Neize. *O Modelo das Competências profissionais no Mundo do trabalho e na Educação: implicações para o currículo*. Boletim técnico do SENAC. V. 27, n. 15-25, p.1, Set./dez.2001.

DIAS, Marcos Antônio. *Desafios para a implementação de uma plataforma de gerenciamento de projetos: O caso da Polícia Militar de Minas Gerais*. 2008. 208 f. Monografia (Curso de Especialização em Segurança Pública). Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte. 2008.

DUTRA, Joel Souza. *Gestão por Competência*. São Paulo: Gente, 2001

FLEURY, Afonso. FLEURY, Maria Tereza Leme. Construindo o conceito de competências. *Revista de Administração Contemporânea (RAC)*, v. 5, p.183-196, 2001.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino. A Nova Administração Pública e a abordagem da Competência. *Anais do 24º Encontro da ANPAD*. Florianópolis, set. 2000.

LIMA, Hellen Soares. *A administração no sistema prisional: um estudo das competências gerenciais*. Belo Horizonte: FUMEC / Faculdade de Ciências Empresariais, 2007.

_____. Polícia Militar. *Mapeamento de competências*. Academia de Polícia Militar, 2002b

LE BOTERF, Guy. *Desenvolvendo a competência dos Profissionais*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MCCLELLAND, D. C. (1973). *Testing for Competence Rather Than for "Intelligence"*. *American Psychologist*, 28(1), 1-14.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Academia de Polícia Militar. Centro de Ensino Técnico. *Mapeamento de competências: perfil desejado para o profissional de segurança pública*. Belo Horizonte, 2003.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Superintendência Central de Política de Recursos Humanos. *Projeto Estruturador: Ampliação da Profissionalização dos Gestores Públicos*. Belo Horizonte, 2007.

PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre, Artes Médicas, 2000.

PICARELLI, Vicente. *Gestão por competências*. Manual de Gestão de Pessoas e Equipes: estratégias e tendências. São Paulo: Editora Gente, 2002.

PIRES, Alexandre Kalil *et al.* *Gestão por Competências em Organizações do Governo*. Brasília: ENAP, 2005.

RUAS, Roberto. Desenvolvimento de competências gerenciais e contribuição da aprendizagem organizacional. In: FLEURY, Maria Tereza Leme; OLIVEIRA, Moacir de Miranda Jr (orgs.). *Gestão estratégica do conhecimento: integrando aprendizagem, conhecimento e competências*. São Paulo: Atlas, 2004. p. 8.

TAYLOR, Frederick Winslow. *Princípios de Administração Científica*. São Paulo: Atlas, 2010.

ZARIFIAN, P. *Objetivo Competência*. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. *A Gestão pela Competência*. Centro Internacional para a Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia. Rio de Janeiro, 1996.

_____. Polícia Militar. *Mapeamento de competências*. Academia de Polícia Militar, 2002b

_____. *A Gestão pela Competência*. Centro Internacional para a Educação, Trabalho e Transferência de Tecnologia. Rio de Janeiro, 1996.

IMPORTÂNCIA E POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM REDE, VISANDO O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE TERRITÓRIOS

Arianna Calderón¹³
Prof. Dr. Marcelo Pessoa¹⁴

RESUMO: A formação de redes no contexto econômico-social atual é imprescindível para a sustentação dos desenvolvimentos econômicos e sociais, tanto nas esferas internacionais como locais. Neste artigo trataremos da formação de redes no contexto local com a finalidade de promover o desenvolvimento social. A aplicação de recursos em rede exige a promoção do diálogo entre os gestores de políticas públicas em todos seus níveis, o investimento social privado e as iniciativas de desenvolvimento promovidas por entidades sem fins lucrativos, lideranças comunitárias, e outros atores. É fundamental articular os esforços dos diversos setores da sociedade, evitando o isolamento e a duplicidade de ações. Visamos também neste trabalho discutir o aumento da eficiência na mobilização e alocação dos recursos políticos, financeiros, organizacionais e humanos.

PALAVRAS CHAVES: Desenvolvimento territorial, Formação de Redes, Articulação de Atores.

ABSTRACT: The formation of networks in the social and economic context, today, is essential for the social and economic developments to maintain themselves, in the international and local spheres. In this article, the subject of network formation in the local context with the objective of promoting social development will be discussed. The application of resources in a network requires dialogue between public policies directors in all of the levels, the private social investment and the development initiatives promoted by non-profit organizations, local leaders, and others. It is fundamental that effort in diverse sections of society is properly articulated so as to avoid isolation and duplicated actions. We also aim for an increase in the efficiency of allocating, and mobilizing public resources, finances, organizations and people.

KEYWORDS: territorial development, formation of networks, articulation of actors.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do Estado de bem-estar, como tentativa de resposta à desigualdade social, levou os governos a assumirem uma posição relevante

¹³ Especialista em Gestão Pública pela FaPP – Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, Unidade da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

¹⁴ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

no desenvolvimento das políticas públicas. Porém, a administração pública atual, caracterizada pela excessiva verticalização, burocratização, e concentração de poder no âmbito central, está perdendo sua capacidade de prover serviços públicos.

A não resposta às demandas sociais da definição setorial das políticas tem promovido o surgimento de modelos emergentes baseados na intersetorialidade. Estes surgem como uma estratégia de gestão para a produção de políticas públicas mais adequadas de enfrentamento de problemas multidimensionais como o desenvolvimento social.

Para analisar a pluralidade no poder público, bem como a dinâmica das relações interorganizacionais e as novas formas de cogestão, a ciência política parte da ideia de “redes”, apontada como uma alternativa para tornar os processos de decisão mais visíveis e controláveis pelos cidadãos, aproximando o Estado das necessidades e reivindicações da sociedade. O trabalho em rede tornou-se peça chave nas discussões sobre a construção de uma gestão pública focada tanto na eficiência de processos como na eficácia e na garantia dos direitos dos cidadãos.

Inspirados nestes fatos, visamos desenvolver um mecanismo inovador de trabalho em rede onde o Estado passe a compartilhar poder, responsabilidades, riscos e recompensas com outros atores.

Dentre as questões levantadas destaca-se a necessidade de (re)considerar o espaço e o território como palco e motor das transformações sociais, lembrando que a intervenção pública será mais efetiva quanto menos desintegrada esteja do contexto sócio-territorial sobre o qual ela incidirá.

Pretendemos também resgatar aqueles pontos que não foram debatidos durante a reforma do Estado dos anos oitenta e noventa, chamando a atenção para a questão da intersetorialidade. Posteriormente nos adentramos na teoria sobre o trabalho em rede, passando pelas suas características e dificuldades. Para, finalmente, apresentar nossa proposta de mecanismo de cogestão e aplicação de recursos em rede visando o desenvolvimento social de territórios.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE, TERRITÓRIO, ESTADO E REDES

A sociedade é formada por todos os seres humanos que ocupam um determinado espaço num determinado tempo. A história não se escreve fora do espaço, porém, o papel do mesmo em relação à sociedade há sido minimizado a “teatro das ações humanas” ou “simples tela de fundo inerte e neutra”. Santos (1982) propõe uma nova interpretação do espaço que supere a dimensão físico-concreta e que envolva a problemática social. Não podemos separar estas realidades, tanto a noção de sociedade como a noção de espaço são inerentes à formação social.

Ao analisar a obra do pensador Milton Santos, os autores Saquet e Silva (2008) concluem que definir espaço e território é uma tarefa árdua, pois não estamos falando de objetos fixos e imutáveis e sim de conceitos historicamente definidos. Então, temos que *espaço* pode ser considerado como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente. Constitui ainda um verdadeiro campo de forças, cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares (SAQUET & SILVA, 2008).

O espaço, então, é considerado por Santos como uma instância da sociedade ao ser um fato social e não somente um reflexo social. Por sua parte, o *território* antecede o espaço. Imutável em seus limites a utilização do território pelo povo cria o espaço.

O território é delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores. Território é o conteúdo da relação e a relação em si mesma, e a territorialidade refere-se às relações ou interações políticas, econômicas, sociais, e simbólico-culturais entre o Estado e a sociedade civil organizada.

O território também pode ser considerado como palco onde o capitalismo internacional prolifera enquanto o Estado empobrece, perdendo sua capacidade para criar serviços sociais (SAQUET & SILVA, 2008). O desenvolvimento do Estado de bem-estar, como tentativa de resposta à desigualdade social, desemprego, pobreza, delinquência, escassez e degradação dos recursos naturais, levou os governos locais a assumirem uma

posição relevante no desenvolvimento das políticas públicas (NAVARRO, 1997).

Porém, a atual administração pública mundial, caracterizada pela sucessão de crises fiscais e pela perda da capacidade do Estado de ser o provedor único do bem-estar social, se há visto obrigada a sofrer transformações estruturais e funcionais (KNOPP, 2011). Para que o Estado possa enfrentar os desafios da sociedade moderna faz-se necessário que repense sua maneira de existir e de operar.

O território é uma importante dimensão que, por anos, foi negligenciada no debate sobre governança social e desenvolvimento. Knopp (2001) explica que o território e sua dinâmica (territorialidade) não são pautados, muitas vezes, em programas e projetos com uma visão restrita e meramente economicista, ou seja, considerando-o como um espaço geográfico sem sujeitos históricos ou os sujeitos sem território.

O território têm sido palco e motor das transformações sociais. As cidades representam a forma típica de enraizamento da comunidade e é nelas que surgem, de forma acentuada, a maioria dos problemas que as sociedades contemporâneas enfrentam. Os laços de relações sociais e seu forte conteúdo de ajuda mútua costumam articular-se mediante fatores de carácter territorial. Diversos estudos empíricos comprovam que a identificação territorial dos indivíduos é principalmente local (NAVARRO, 1997). Sendo assim, faz-se necessário sublinhar que o âmbito local é o ponto de arranque mais adequado quando falamos de reformular as políticas públicas para o desenvolvimento social e, conseqüentemente, o Estado de bem-estar.

Segundo Knopp (2011) a intervenção pública será mais efetiva quanto menos desintegrada seja do contexto sócio territorial sobre o qual ela incidirá. O conceito território deve ganhar um novo olhar onde o desenvolvimento deixe de ser um processo descontextualizado do lugar onde ele se processa.

Entende-se que uma política, programa ou projeto público torna-se mais efetivo se ele se territorializar – no sentido de ser apropriado e incorporado ao cotidiano de seus destinatários – e ter por base, para sua concepção e implementação, a territorialidade do *lócus* de ação. Para isso, torna-se fundamental que cidadãos e/ou organizações daquela localidade sejam agentes desse processo (KNOPP, 2011, p. 15).

Resulta essencial fortalecer novas formas de governança, baseadas na realidade e na dinâmica dos territórios sobre os quais elas incidem, assim como na cooperação entre os atores públicos e privados. Concordamos com Knopp (2011) ao propor a institucionalização de mecanismos inovadores de atuação democrática para o atendimento das demandas sociais, desde que aproveitem a habilidade que possui uma sociedade para organizar seu processo de desenvolvimento com base na sua realidade sócio territorial.

Estamos frente à manifestação da potencialidade do *local* ou *localização* como processo paralelo e oposto à globalização: “À medida que a ciência social se debruça sobre processos de carácter global, manifesta-se a especificidade e potencialidade do âmbito local nos processos de reestruturação política, económica e social” (NAVARRO, 1997).

Os sistemas de governo estão sendo desafiados a dar conta dessa nova realidade. Os cidadãos querem ser ouvidos e querem respostas às suas exigências, têm se conscientizado em relação ao seu poder político e participado ativamente na produção de conhecimento, conectando-se diretamente com outras pessoas para resolver seus problemas. Faz-se necessário não só exigir mais do Estado, do sistema político e das instituições que o conformam, resulta imperante “colocar a mão na massa e engajar-se com outros na construção de uma boa vida para si, sua família, suas comunidades, sua cidade” (SCHOMMER, 2013).

Estes mecanismos inovadores exigem que o Estado passe a compartilhar responsabilidades, riscos, recompensas e poder com outros atores (poder público, mercado, sociedade civil e cidadãos). Nesse cenário o Estado é apenas parte constituinte, o mesmo vale para o mercado, para o terceiro setor e para os cidadãos.

Parte do avanço proposto envolve o entendimento do privado como agente político e conseqüentemente como parte da esfera pública, o que significa assumir a permeabilidade entre o público e o privado, redefinindo os papéis das diferentes organizações e instituições e estabelecendo novas formas de articulação entre elas. A institucionalização de diversas modalidades de arranjos relacionais que explorem a potencialidade de investimento social do setor privado com fins lucrativos e a prestação de serviços de interesse público do setor privado sem fins lucrativos.

Segundo Navarro (1988), o Estado tradicionalmente centrado na ação pública direta sobre a cidadania cria abertura para que agentes privados, com ou sem objetivos lucrativos, participem na provisão de serviços de bem-estar. Esta gestão privada de interesses públicos está a definir um Estado de bem-estar misto ou pluralista, no qual participam tanto o Estado como empresas e entidades da sociedade civil, para encontrar, assim, uma maior eficácia na solução dos problemas que as comunidades locais apresentam.

Estas novas formas de arranjos organizacionais aumentaram a confiança no Estado, pois será possível oferecer novas oportunidades aos cidadãos para participarem no esboço do seu futuro coletivo a partir do contexto local (NAVARRO, 1997).

O Estado vem sendo cada vez mais questionado, e deslegitimado pelos cidadãos, ao falhar no seu dever de procurar o aumento do bem estar social através da garantia das necessidades indivisíveis como segurança, saúde, educação, etc. Depois da crise de 2008, estamos vivenciando um processo de redução do Estado de bem estar e aprofundamento dos Estados neoliberais.

O aumento do bem-estar em países europeus foi modelo durante o período pós-guerra, porém, hoje, o gasto público está sendo insustentável, evidenciando a dificuldade de se encontrar um ponto de equilíbrio. O Estado tem boa capacidade redistributiva, mas é ineficiente para ofertar bens e serviços, ficando claro que o Governo deve dividir esta responsabilidade.

3. NECESSIDADE DE EMPREENDER UMA NOVA REFORMA DO ESTADO

Migueletto (2001) explica que a estrutura organizacional do Estado se caracteriza pela excessiva verticalização, burocratização, e concentração de poder no âmbito central, tornando os processos de decisão pouco visíveis e controláveis pelos cidadãos, mantendo o Estado distante das necessidades e reivindicações da sociedade.

Segundo Schommer (2013), há extrema concentração de recursos financeiros e técnicos no governo federal, sendo que, a partir de 1988, os municípios assumiram mais atribuições. Ao mesmo tempo em que os municípios são mais pressionados por resultados, dependem muito de recursos do governo federal, o que gera baixo grau de capacidade institucional. Como

consequência, surge a necessidade de tornar o Estado mais ágil e menos oneroso por meio de uma nova reforma, que vise não só o aumento da eficiência, mas, também, a promoção de benefícios sociais relevantes.

A reforma do Estado dos anos oitenta focava seus esforços na busca do equilíbrio fiscal, o que foi determinante para a melhoria do funcionamento da burocracia, para a redução das despesas e para a institucionalização de certos mecanismos de controle, porém, falhou em atender às demandas e garantir os direitos da população. Ser eficaz e eficiente não é suficiente para promover o desenvolvimento (COSTA, 2008).

Costa (2008) lembra que, dentre os ganhos da reforma no Brasil, no final do século XX, destacam-se;

- A ideia de eficiência afiançou-se como uma prioridade;
- A questão da participação ganhou importância, observou-se o início da participação da população na gestão e no controle social de políticas públicas;
- Emergiram no debate público organizações não governamentais;
- Houve uma tendência positiva em relação à transparência na gestão pública, sobretudo, na aplicação dos recursos públicos;
- Em contraposição, o autor chama a fazer uma reflexão em relação aos temas que não puderam ser ou não quiseram que fossem discutidos nos anos oitenta e noventa, os quais lista;
- (Re)politizar a administração pública, pois, nos anos oitenta, houve uma tendência de despolitizar o Estado em função da crença de que os problemas públicos são consequência da má gestão. Sendo que não basta possuir gestores eficientes. O Estado lida com problemas gerenciais, mas principalmente o Estado lida com problemas de natureza política, sobretudo quando se trata de políticas públicas de caráter distributivo;
- A reforma do Estado deve contribuir para a garantia dos direitos de cidadania;
- A terceira questão, e que mais nos interessa, tem a ver com o foco no desenvolvimento. O foco dos processos de reforma do final do século XX estava no ajuste fiscal, na estabilidade financeira e na eficiência do gasto, esquecendo a consolidação da ordem democrática e a construção de sociedades mais justas onde fosse possível o desenvolvimento pleno da cidadania;
- Assim, sempre que se planejar uma intervenção no aparelho do Estado, é necessário refletir sobre seus propósitos últimos, sobre sua contribuição para a realização de objetivos sociais relevantes, sobre sua

utilidade e importância para o desenvolvimento da nação (COSTA, 2008, p. 07);

- Em quarto lugar, o autor chama a atenção da intersectorialidade, base da aplicação de recursos em rede, e fundamento da nossa proposta, o que será detalhado mais adiante. A reforma política em questão deve priorizar a busca de mecanismos para a integração das ações multissetoriais e multiorganizacionais;
- O último elemento, destacado por Costa (2008), consiste na questão da *accountability* como novas formas de controle social sobre as políticas públicas.

A atual e imprescindível reforma do Estado deve contribuir para a autonomia e flexibilidade dos organismos públicos, visando fugir dos controles burocráticos da administração pública. Deve alavancar a participação de organizações não governamentais, não apenas no debate público, como na execução de políticas públicas em conjunto com o poder público e com a empresa privada. Falamos da sociedade civil organizada executando e ajudando o Estado a chegar aonde não consegue.

Neste contexto, têm surgido inovações administrativas orientadas para uma configuração organizacional descentralizada e intersectorial, assim como transformações das estruturas organizacionais verticais e monolíticas, em modelos de articulação organizacional que privilegiam a diversidade e horizontalidade em busca de maior distribuição do poder (MIGUELETTI, 2001).

Para analisar a pluralidade no poder público, bem como a dinâmica das relações interorganizacionais e as novas formas de cogestão, a ciência política parte da ideia de “redes”, apontada como uma alternativa na reconstrução das relações entre o Estado e a sociedade.

A abordagem de redes, como expressão dos novos arranjos interorganizacionais indica o incremento dos processos de interdependência entre atores e organizações e, particularmente, entre agentes públicos e privados. Ao mesmo tempo, identifica-se nessa emergência certo esgotamento da capacidade de integração e de coesão social das instituições representativas tradicionais e da eficácia das organizações burocráticas e do modelo de planejamento global e centralizado (MOURA, 1998, p. 02).

4. INTERSETORIALIDADE E TRABALHO EM REDES

Compreendidas as transformações que têm acontecido no âmbito da gestão pública, a intersectorialidade surge como uma estratégia de gestão para a produção de políticas públicas mais adequadas de enfrentamento de problemas multidimensionais, tais como o desenvolvimento social.

A definição setorial das políticas já não está respondendo de forma adequada aos desafios. Assim, modelos emergentes baseados na intersectorialidade marcam a fragilização de estilos monopolizadores e hierárquicos de prestação de serviços e se dispõem a aumentar a capacidade das políticas de serem responsivas aos problemas sociais.

Bronzo (2007) afirma que, dentre os fatos que dão força ao surgimento do debate quanto à necessidade de intersectorialidade, destacam-se: a concepção de “gobierno de proximidad” que acentua o peso dos governos locais na provisão de bens e serviços; a emergência da governança no contraponto às bases dos governos tradicionais, monopolistas, autossuficientes, hierárquicos; e, por último, a perda no monopólio da gestão pelo Estado, ampliando as parcerias público-privadas e a crescente presença das ONGs na provisão de serviços.

A intersectorialidade é um meio de gestão que permite obter uma visão mais global dos problemas que podem ser pautados através de critérios territoriais, assim como uma atuação mais eficaz e eficiente para resolver problemas sociais, uma vez que integra os diversos setores das políticas públicas, envolvendo o compartilhamento de recursos e complementação das diferenças entre os diversos setores.

A estratégia da intersectorialidade pode permitir resultados mais significativos em relação ao impacto e à sustentabilidade das políticas, evitando sobreposições de ações e garantindo maior organicidade às mesmas.

Não obstante, a lógica da setorialidade ainda está muito enraizada, o que significa que conseguir a articulação necessária para implantar políticas transversais demanda muito tempo, forte adesão política e esforço para a construção de estruturas e práticas adequadas.

Dentre as soluções propostas por Bronzo (2007), se distingue a criação de diversos instrumentos de gestão, como comissões interdepartamentais,

unidade de integração, mesas intersetoriais, grupos de trabalho, sessões de trabalho, entre outros. O importante é que se implantem instrumentos intraorganizacionais e interorganizacionais que vinculem a organização com seu entorno, concedendo maior importância à participação cidadã.

Também devem ser implantados processos de reorganização administrativa, porém, o mais importante a se fazer é conseguir viabilidade política. Um processo que envolve partilha de recursos normalmente envolverá conflitos, variáveis que podem ser minimizadas através da identificação dos objetivos comuns.

A legitimação da perspectiva intersetorial vai ser alcançada na medida em que haja espaços de deliberação a partir da noção de redes multi níveis, permitindo a elaboração conjunta de diagnósticos e planos comuns. Os novos mecanismos de gestão pública para o desenvolvimento devem ser estabelecidos ampliando-se a perspectiva das redes horizontais e remetidos à articulação entre atores de um mesmo nível e de diferentes níveis de governo.

Contudo, a noção de intersectorialidade não se esgota no âmbito governamental, pois implica a relação entre organizações públicas e privadas para lidar com a complexidade dos problemas sociais. Neste sentido, a noção de trabalho em rede é valorizada, estabelecendo-se novas relações entre o Estado, a sociedade civil e as empresas privadas, ao se reconhecer o poder político real destas duas.

A rede é um arranjo organizacional (sistema organizacional) formado por um grupo de atores, que se articulam – ou são articulados por uma autoridade – com a finalidade de realizar objetivos complexos e inalcançáveis de forma isolada. A rede é caracterizada pela condição de autonomia das organizações e pelas relações de interdependência que estabelecem entre si. É um espaço no qual se produz uma visão compartilhada da realidade, se articulam diferentes tipos de recursos e se conduzem ações de forma cooperada. O poder é fragmentado e o conflito é inexorável, por isso, se necessita de uma coordenação orientada ao fortalecimento dos vínculos de confiança e ao impedimento da dominação (MALMEGRIN, 2012, p. 14).

Por meio de estrutura de rede, ocorrem relações de interdependência horizontal e vertical, simultaneamente, de múltiplos atores que integram seus

saberes viabilizando a otimização dos recursos e como consequência dos resultados de suas ações.

Dentre as variáveis que devem ser consideradas ao analisar uma rede, Migueletto (2001) enumera a compatibilidade dos membros ou nível de concordância sobre os objetivos, o ambiente em que se dá a mobilização de recursos e o ambiente social e político em que opera.

No trabalho em rede predominam as relações de cooperação sobre a competição, não obstante, o caráter de conflito estará sempre presente, pois cada ator atua segundo valores próprios e, ao mesmo tempo, visa alcançar um objetivo em comum. A cooperação (operação conjunta), a cogestão (gestão conjunta) e a corresponsabilidade (responsabilidade conjunta e solidária) são desafios que exigem dos membros da rede habilidades de mediação e negociação como fundamento do sucesso.

Dois características do trabalho em rede que devem ser ressaltadas são: 1) o formato horizontal-democrático; e, 2) o papel da liderança. Migueletto (2001) explica que o formato das relações entre os membros da rede se caracteriza pela não centralidade organizacional e não hierarquização do poder, tendentes à horizontalidade. Entretanto, embora a ideia de horizontalidade seja utilizada como referência à geometria do modelo de redes, continua sendo fundamental o papel de uma liderança para a organização e coordenação dos trabalhos. A liderança de um ator na rede deve restringir-se à função de articuladora, condutora e integradora, com autoridade mais moral do que legal.

Embora a rede seja coordenada por um centro político, não há um relacionamento hierárquico entre os atores, uma vez que a figura da autoridade assume novo significado, mais condizente com um polo de articulação do que um polo de poder (MIGUELETO, 2001, p. 36).

Contar com um ator que assuma o papel e liderança na rede é fundamental para fomentar a motivação, incentivar o crescimento e preservar a harmonia dos diversos atores envolvidos, no entanto, as decisões no panorama das redes não podem ser tomadas unilateralmente ou de forma hierárquica. As decisões devem ser realizadas após o consentimento de todos os componentes da rede.

Finalmente, resulta fundamental chamar a atenção para a questão da financiabilidade como elemento estratégico no sucesso do trabalho em rede. Bortolaso *et al* (2010) ressaltam a importância de que para se ter sucesso a rede deve ter capacidade de gerar recursos para a subsistência, ou seja, deve ter competência para captar recursos de terceiros para a execução de projetos em prol da rede.

Outra característica distintiva a despontar no estudo da literatura sobre o tema em cena é a existência de uma estrutura física e financeira para subsidiar a gestão da rede. A estrutura é compreendida como condição necessária para o funcionamento da administração da rede e para a disponibilidade de um escritório com infraestrutura, profissionais contratados com a tarefa de gerenciar as questões operacionais da rede e a financiabilidade (BORTOLASO *et al*, 2010, p. 03).

5. TRABALHO EM REDES FOCADO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Na literatura sobre redes, observamos certa focalização no desenvolvimento das mesmas para alcançar o crescimento econômico. Em tempos de globalização, não é coincidência o incremento de publicações sobre aumento de vantagens competitivas localizadas, cooperação entre empresas etc. Para isto, organismos internacionais têm investido em projetos de desenvolvimento de arranjos produtivos locais ou *clusters*, termo cuja origem se situa no início dos anos noventa. Michael Porter define *clusters* como concentrações geográficas de companhias e empresas num setor específico, interconectadas para a aplicação da competitividade empresarial oferecendo, assim, um grande potencial para a criação de vantagens competitivas.

Por outra parte, na literatura sobre economia e administração, também encontramos a expressão “Arranjo Produtivo Local” – (APL), conceituado como “um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem” (CARDOSO, 2014).

Através dos APLs as empresas buscam se concentrar nas suas competências essenciais e se articular com outras organizações, seja para suprirem necessidades secundárias, como no caso das terceirizações, seja para obterem sinergia, através de parcerias e alianças estratégicas, com empresas concorrentes, fornecedores, entre outros.

Segundo Cassiolato e Lastres (2003) o aproveitamento das sinergias coletivas geradas pela participação em aglomerações produtivas locais efetivamente fortalece as chances de sobrevivência e crescimento, constituindo-se em importante fonte geradora de vantagens competitivas duradouras.

A partir dos *clusters* e dos APLs, o desenvolvimento social é visto sob a ótica econômica, porém, a concepção do que seja desenvolvimento vai além do crescimento econômico. Knopp entende que:

Desenvolvimento não é o mesmo que crescimento econômico (e que o crescimento econômico não garante o desenvolvimento), mas consiste na melhoria das condições de vida de uma dada sociedade e no enriquecimento de seu capital social, humano e cultural; de que projetos de desenvolvimento devem estar assentados nas especificidades econômicas, socioculturais, estruturais e físico-naturais dos territórios (KNOPP, 2008, p. 14).

Os APLs, em suma, têm sido considerados como uma oportunidade para o crescimento e fortalecimento da economia na busca do desenvolvimento equilibrado dos territórios, da melhor distribuição de renda e de soluções aos problemas enfrentados pelas localidades, considerando, assim, o desenvolvimento social como consequência do desenvolvimento produtivo dos territórios.

6. ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE TERRITÓRIOS

Amoretti *et al* e Velten (2011) expandem o enfoque dado aos APLs para além da produtividade do mercado e da economia, apresentando os conceitos de “Arranjos Sociais Locais” – (ASLs) e “Arranjos Culturais Locais” – (ACLs) adaptados às demandas da educação profissional e tecnológica.

Arranjos Sociais Locais “se referem a uma rede de grupos sociais e atividades características de um território que, integrados aos índices sociais da região, revelam sobre o contexto, o ambiente, as formas de organização e associação, as carências e o desenvolvimento de uma determinada região” (VELTEN, 2011).

Por outra parte, no mesmo artigo, estes autores definem Arranjos Culturais Locais como “processos constitutivos da memória cultural de uma comunidade, dizem respeito a: aglomerados de unidades de patrimônio histórico material e imaterial, localizadas num mesmo território, criando demandas específicas de mão de obra” (VELTEN, 2011).

Os conceitos de ASLs e ACLs constituem um avanço na conceituação de redes sociais, porém, não consideram a possibilidade da aplicação inteligente de recursos provenientes do setor público e do setor privado para alcançar o desenvolvimento social.

Hermeto Didonet (Ex-Coordenador Geral do Plano Diretor de Macaé – RJ, no ano 2006) entende o capital social como algo que se refere às redes e às normas destinadas a facilitarem ações coletivas e impulsoras do relacionamento entre o ambiente político, o ambiente empresarial e o ambiente social. O entendimento de Didonet é afirmado também por Schommer (2013), que expõe a recente revalorização das comunidades, da proximidade e das conexões entre as pessoas, reforçando-se a percepção do capital social e das redes como elementos de desenvolvimento.

Didonet (2009) desenvolve o conceito de Capital Social, ao configurar-se um Arranjo Social Local como algo que se refere às redes e às normas destinadas a facilitarem ações coletivas entre o ambiente político, empresarial e social. Pressupõe-se, então, um entendimento amplo de que a sustentabilidade precisa não só do equilíbrio entre o âmbito econômico e o ambiental, mas, também, deve considerar os valores sociais e culturais, essenciais ao desenvolvimento desejado.

O conceito de Capital Social coincide com a concepção dos ASLs, na medida em que estes são como mecanismos de promoção do desenvolvimento local através do trabalho cooperativo entre os diversos atores, e ao mesmo tempo, cogita a possibilidade de articular e direcionar os investimentos sociais

empresariais e os investimentos públicos em prol da superação das carências de uma determinada região.

O conceito que buscamos desenvolver nesta pesquisa se aproxima ao apresentado por Didonet, ao caracterizar o Capital Social como propulsor do desenvolvimento local. Procuramos também expor que:

É possível produzir desenvolvimento e bem comum a partir dos processos endógenos e dos potenciais locais; que é possível engajar cidadãos, famílias, governos, empresas, organizações da sociedade civil e muitos outros em torno de interesses e projetos compartilhados; que a variável democrática é essencial em processos de desenvolvimento – se não for feito pelas pessoas, a partir das pessoas, sequer faz sentido falar em desenvolvimento (SCHOMMER, 2013, p. 24).

Trata-se de um novo contexto relacional, no qual as formas de articulação entre Estado e sociedade passam a buscar a sinergia por meio da convergência de ações no âmbito das políticas públicas, configurando uma relação complicada de esforços governamentais, empresariais e civis, alterando significativamente as fronteiras que tradicionalmente separavam esses setores (MIGUELETTO, 2001).

7. ARRANJO SOCIAL LOCAL – MECANISMO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE TERRITÓRIOS

Como resultado da busca de ideias inovadoras que originem mudanças sociais em grande escala, a partir do trabalho em rede e frente à possibilidade de aproveitar o comprometimento das empresas com sua responsabilidade social e a capacidade operacional instalada nos territórios por intermédio de iniciativas da sociedade civil organizada, propomos o fomento e institucionalização de Arranjos Sociais Locais, entendidos como novos mecanismos para consolidar o desenvolvimento local. Inspiramo-nos em conceitos como o de “Arranjo Produtivo Local”, “Arranjo Social Local” e “Arranjo Cultural Local” (trabalhados por Amoretti *et al*) e pelo conceito de “Capital Social”, acunhado por Didonet.

Desde nossa perspectiva, um Arranjo Social Local consiste numa rede articulada e estruturante das ações entre diversos atores que visa à promoção

coletiva do desenvolvimento social de um território determinado, por meio da articulação de esforços governamentais, empresariais e civis alterando as fronteiras tradicionais que separavam essas esferas.

Os Arranjos Sociais Locais podem ser articulados em qualquer território onde seja possível promover a integração entre as demandas regionais, os empreendedores sociais, as políticas públicas e os investidores privados. Logo, não há uma medida ou dimensionamento exato a partir do qual o ASL possa ser articulado.

As relações entre os atores devem acontecer num formato democrático e participativo, caracterizadas pela não centralidade organizacional e a não hierarquização do poder. Contudo, o ASL deve ser mediado e organizado, por meio de um agente de mobilização que assumirá uma responsabilidade mais de articulação do que de poder, buscando a conexão, a comunicação e a colaboração entre os atores.

Propomos a articulação, desenvolvimento, e fortalecimentos de ASLs a partir da mobilização das lideranças públicas, privadas e comunitárias que possam colaborar com o desenvolvimento do território.

A sustentabilidade do Arranjo Social Local depende de entre outras coisas, da capacidade de captar recursos de terceiros para a execução de projetos constituídos pela comunidade em função das suas necessidades em integração com as políticas públicas oferecidas pela autoridade governamental.

A realização de projetos e o alcance de metas depende tanto dos recursos financeiros para sua implementação, como da inovação, de aspectos culturais e de relações presentes no tecido social, que podem condicionar a realização dos projetos (BRITO & BORGES, 2013, p. 09).

A constituição de um ASL passa pela resposta às seguintes perguntas:

- Quais são as ações em curso promovidas pelo poder público e por organizações da sociedade civil num determinado território?
- Quais são as demandas sociais do território e como se organizam em ordem de prioridade?
- Quais ações podem ser executadas conforme a capacidade de execução e de financiamento instalada na região?
- Quais são as debilidades operativas e de gestão das iniciativas da sociedade civil organizada? Algum ator da rede pode oferecer

capacitações e formações para a superação destas debilidades? As empresas podem dar uma contribuição significativa em dois campos de atuação: formação e capacitação de lideranças comunitárias, e o desenvolvimento da capacidade institucional das organizações de desenvolvimento comunitário (BRITO e BORGES, 2013, p. 18).

- Quais indicadores de monitoramento dos avanços do Arranjo Social Local podem ser desenvolvidos?

Finalmente, podemos dizer que a promoção e institucionalização de ASLs é uma ideia inovadora e pouco desenvolvida, tanto teórica como pragmaticamente, e que cogita a possibilidade de articular e direcionar os investimentos sociais empresariais e os investimentos públicos alterando as fronteiras que tradicionalmente separam essas esferas em prol da superação das carências de uma determinada região.

CONCLUSÃO

A sociedade moderna e as novas formas políticas de representação demandam um processo de reforma do Estado que entenda como prioritária a descentralização das ações executadas pelo poder público. Para alavancar as relações entre diversos atores de diversas naturezas, parte-se da ideia da formação de redes. Entendemos o trabalho em rede como uma alternativa para reconstruir as relações entre o governo e a sociedade à medida que permite ao Estado chegar aonde atualmente não consegue.

A formação de redes no contexto econômico-social atual é imprescindível também para a sustentação dos desenvolvimentos econômicos e sociais, tanto nas esferas internacionais como locais. Neste artigo, tratamos sobre a formação de redes no contexto local com a finalidade de promover o desenvolvimento, ideia que conceituamos como Arranjo Social Local (ASL), inspirados nos conceitos desenvolvidos por Amoretti *et al* e Didonet.

O desenvolvimento de um ASL consiste na promoção do diálogo entre o poder público, o investimento social privado e as iniciativas de desenvolvimento pretendidas por entidades sem fins lucrativos, lideranças comunitárias, e outros atores da sociedade civil organizada.

Propomos criar um mecanismo de articulação dos esforços dos diversos setores da sociedade, evitando o isolamento e a duplicidade de ações. Acreditamos que, por meio destes mecanismos, seja possível aumentar a eficiência na mobilização e alocação dos recursos políticos, financeiros, organizacionais e humanos.

Observamos também que, em tempos de globalização, não é coincidência o incremento de publicações sobre desenvolvimento econômico local e aumento de vantagens competitivas, por meio da formação de redes de cooperação entre empresas. Para isto, organismos internacionais têm investido em projetos de desenvolvimento de *clusters* ou Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Os APLs são estruturas em que diversos atores trabalham em estreita cooperação e interação para o aproveitamento das sinergias coletivas, o que aumenta as possibilidades de sobrevivência e crescimento. Os APLs têm sido apresentados como geradores do crescimento econômico e conseqüentemente promovedores do desenvolvimento social local, ao fortalecer a competitividade entre os diversos segmentos da economia. Não obstante, o desenvolvimento vai além do crescimento econômico, uma vez que vários autores afirmam que o crescimento econômico por si só não gera diminuição da desigualdade social.

Baseados na possibilidade de aproveitar o comprometimento das empresas com sua responsabilidade social e a capacidade operacional instalada nos territórios, por intermédio de iniciativas da sociedade civil organizada, o conceito de ASL inspira-se na concepção de APL como mecanismos de promoção do desenvolvimento local, através do trabalho cooperativo entre diversos atores.

REFERÊNCIAS

AQUINO, André Luis de; BRESCIANI, Luis Paulo. *Arranjos produtivos locais: uma abordagem conceitual Clusters: a conceptual framework*. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/download/22003>>. Acesso em 11 nov. 2014.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento*. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Ar

quivos/conhecimento/seminario/apl.pdfwww.spell.org.br/documentos/download/22003>. Acesso em 14 jul. 2014.

BORTOLASO, Ingridi Vargas *et al.* *Práticas de Gestão de Redes de Cooperação Horizontais: O desenvolvimento de um modelo e análise.* Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/eor2559.pdf>>. Acesso em 14 set. 2014.

BRITO, Felipe; BORGES, Zilma. *Ecossistema do desenvolvimento local no Brasil: Diálogos sobre a relação e o papel do governo, da iniciativa privada e da sociedade civil.* Disponível em: <http://www.ice.org.br/adm/images/arquivos/2014_publica%C3%A7%C3%A3o_desenvolvimento_local_final_28.11.2014.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2015.

BRONZO, Carla. *Intersectorialidade como princípio e prática nas políticas públicas: reflexões a partir do tema do enfrentamento da pobreza.* Disponível em: <<http://siare.clad.org/fulltext/0056806.pdf>>. Acesso em 07 abr. 2014.

CARDOSO, Univaldo Coelho. *APL: arranjo produtivo local.* Disponível em: <http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/guias_cartilhas/empreendimentos_coletivos_apl.pdf>. Acesso em 14 set. 2014.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena. *O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas.* Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/P3/NTF2/Cassiolato%20e%20Lastres.pdf>>. Acesso em 08 set. 2014.

COELHO, Ricardo Corrêa. *O público e o privado na gestão pública.* Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2009.78p.

COSTA, Frederico Lustosa da. *Reforma do Estado em Novas Perspectivas – Lições da Experiência Brasileira.* Disponível em: <<http://revistappp.uemg.br/pdf/ponto1ppp1.pdf>>. Acesso em 28 fev. 2015.

DIDONET, Hermeto. *Capital Social.* Disponível em: <http://www.visaosocioambiental.com.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid=84>. Acesos em 14 set. 2014.

KNOPP, Glauco. *Governança Social, Território e Desenvolvimento.* Disponível em: <http://revistappp.uemg.br/pdf/ppp8/Gov_PPP8.pdf>. Acesso em 28 fev. 2015.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. *Redes públicas de cooperação em ambientes federativos.* Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

MIGUELETTO, Danielle Costa Reis. *Organizações em Rede.* Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3566/DanielleMiguelletto.pdf?sequence=1>>. Acesso em 14 set. 2014.

MOURA, Suzana. *A construção de redes públicas na gestão local: algumas tendências recentes.* Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14156555199800010005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 set. 2014.

NAVARRO, Clemente. *Globalização e localismo: novas oportunidades para o desenvolvimento.* Disponível em:

<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218793929W6dNP1ar6Pd92RN4.pdf>>. Acesso em 03 mar. 2015.

SANTOS, Milton. *Sociedade e Espaço: Formação Espacial como Teoria e como Método*. Disponível em: <<http://ricardoantasjr.org/wp-content/uploads/2013/05/forma%C3%A7%C3%A3o-socioespacial-como-teoria-e-como-m%C3%A9todo.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio; SILVA, Sueli Santos da. *Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território*. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/1389/1179>>. Acesso em 21 mar. 2015.

VELTEN, Maria Janete. *Gestão de demandas e de ofertas de cursos técnicos a distância: desafios postos pelo sistema e-Tec ao regime de colaboração e às estratégias de desenvolvimento local*. Disponível em: <<http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2010/06/Dissertacao-Maria-Janete-Velten.pdf>>. Acesso em 14 set. 2014.

PERSPECTIVAS DA DESTINAÇÃO DO LIXO SOB O PONTO DE VISTA DA GESTÃO PÚBLICA DE RESÍDUOS

Elenice Sales Feliciano Menezes¹⁵
Prof. Dr. Marcelo Pessoa¹⁶

RESUMO: É sabido que o principal objetivo da coleta regular do lixo produzido pela comunidade é evitar a proliferação de vetores causadores de doenças. Diante da importância da coleta do lixo urbano, esse trabalho tem como objetivo esboçar considerações sobre a importância da limpeza urbana, o transporte do lixo e o seu destino final. Nossa pesquisa se justifica, na medida em que este é um serviço de competência do poder público, no sentido da responsabilidade pela limpeza urbana, bem como da destinação do lixo em um local seguro, livre de contaminação ao meio ambiente e isento de riscos à saúde da população. Para isso, utilizamos como metodologia o estudo sistemático das literaturas e dos sites específicos disponíveis na internet, que deram base para a realização da temática apresentada. Como primeiros resultados, verificamos que é necessário, que se incentive a implementação de políticas públicas específicas de acordo com propostas apresentadas para a criação de mecanismos mais eficazes.

PALAVRAS-CHAVE: Lixo Urbano, Coleta, Responsabilidade Pública.

ABSTRACT: It is known that the main objective of regular collection of garbage produced by the community is to avoid the proliferation of causing disease vectors. Given the importance of collection of urban waste, this paper aims to sketch considerations about the importance of urban cleaning, waste transport and their final destination. Our research is justified to the extent that this is a public authority within the jurisdiction of service in the sense of responsibility for urban sanitation, as well as the disposal of waste in a safe place, free of contamination to the environment and free from health risks of the population. We utilize methodology as the systematic study of literature and the specific sites available on the internet which provided the basis for the realization of the theme presented. As first results, we find it necessary, encouraging the implementation of public policies in accordance with proposals to create more effective mechanisms.

KEYWORDS: Urban Trash, Collection, Public Responsibility.

1. INTRODUÇÃO

É argumento que nos remete a certo consenso, o fato de que o lixo urbano precisa de tratamento adequado. Neste sentido, um texto que repense

¹⁵ Especialista em Gestão Pública pela FaPP – Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, Unidade da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

¹⁶ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

a questão dos resíduos sólidos se faz relevante, na medida em que estes resíduos se tornam cada vez mais volumosos e inconvenientes, devido à presença de vetores. Diante desse contexto apresentado, perguntamo-nos se seria viável investigarmos se os órgãos responsáveis pela prática da coleta de lixo urbano dos municípios desenvolvem um Plano Diretor eficaz para a minimização do problema.

Para responder essas e outras questões, este estudo analisará o gerenciamento da coleta dos resíduos sólidos urbanos, o que envolve estudos dos processos da logística para a coleta de lixo urbano, do descarte final do lixo urbano de maneira correta, além de sugerir propostas, no intuito de contribuir com o planejamento de um Plano Diretor, implantando métodos e tratamentos para a disposição final.

A abordagem do tema justifica-se em função de que diariamente é produzida uma quantidade significativa de lixo urbano, composto por restos de alimentos, produtos de higiene pessoal, de árvores, papel, papelão, embalagens, materiais plásticos, óleo de cozinha, entre outros. Sabe-se que o lixo urbano está relacionado diretamente com a redundância de consumo e atividades sociais, econômicas e culturais de nossos tempos. Por não existir atividade humana isenta da geração de resíduos, tanto na preparação como no término da vida útil do que é produzido, fabricado, processado e consumido, gera-se um volume expressivo de lixo, o que requer cuidados voltados para a segurança da saúde pública.

Por um lado, coletar o lixo implica em saber recolhê-lo e destiná-lo mediante transporte adequado a um eventual tratamento. Por isso, o lixo deve ser depositado em locais apropriados, a fim de que não cause transtornos, incômodos e comprometimento com a saúde pública, bem como para o meio ambiente. Por outro lado, convém lembrar que a responsabilidade do serviço de coleta cabe à Administração Pública, bem como o compromisso pela programação e coleta do lixo urbano, que normalmente deve ser realizada em todos os bairros residenciais, estabelecimentos comerciais, praças e vias públicas e, por fim, encaminhados ao destino final.

Paralelamente à precaução com a saúde da comunidade, surge a execução das práticas de coleta de lixo com alguns entraves como: disposição final do lixo, alto custo na implantação do aterro sanitário, dificuldade

operacional, escolha do local apropriado, manutenção sobre as operações de coleta e responsabilidade pública. Temas estes que serão abordados no decorrer do trabalho.

Vale dizer, que neste trabalho a metodologia adotada para explicar a importância da coleta do lixo e seu destino final, foi desenvolvida por meio de estudos de literatura citadas no decorrer do trabalho, bem como dos estudos que se encontram disponíveis nos endereços eletrônicos, de onde os selecionamos o melhor conteúdo de cada repositório e os distribuimos ao longo do texto para melhor entendimento da temática, no intuito de analisar o gerenciamento do lixo de resíduos sólidos oriundos das residências e comércio.

Finalmente, vale dizer que, ao delinear este tema, não se pretende estabelecer um relato técnico ou crítico sobre a limpeza urbana, mas, sim, trazer subsídios sobre uma questão que os moradores dos grandes centros urbanos estão enfrentando, salientando que o problema é constante e que atinge a saúde pública.

2. A HISTORICIDADE DO LIXO

Há registros de que a origem da responsabilização sobre o lixo começaria já na época das cavernas. Na Idade da Pedra, o ser humano produzia lixo numa quantidade insignificante, e sua reciclagem ocorria de forma natural. O lixo vinha basicamente de restos de alimento, carcaças e apetrechos improvisados de pedra, argila, metal, pontas de flecha e cacos de vasos de cerâmica (GRASEL, 2010).

Atualmente, os arqueólogos dão uma atenção especial ao lixo encontrado nos entulhos de antigas cidades ou povoados. Os restos e objetos encontrados, quando estudados, revelam grandes segredos, tais como os hábitos e costumes dos povos antigos. A geração de lixo começou a aumentar com o aparecimento das cidades e, conseqüentemente, com o aumento da população.

Com a fixação do homem nas cidades, o acúmulo de lixo passou a ser um problema para todos. Um dos primeiros registros em relação ao controle do

lixo ocorreu na Grécia, há 500 a. C. Com o acúmulo de lixo formado por resto de alimentos e tecidos das vestimentas nos arredores da cidade de Atenas, começou a surgir vetores e, com isso, a solução foi jogar terra sobre o lixo. Com o passar do tempo, os gregos inventaram o aterro sanitário (GRASEL, 2010).

Diz-nos ainda o autor que, na Idade Média europeia, o destino do lixo era de responsabilidade de cada um dos cidadãos. O lixo era constituído de restos de comida, excrementos de animais e humanos. Não havia saneamento básico, nem vasos sanitários e sistema de esgoto. Os excrementos eram expostos nas ruas das cidades, onde eram submergidos pela água das chuvas. Com isso, a Idade Média foi um marco das epidemias de doenças sérias, como a Peste Bubônica ou a Peste Negra, o que gerou um grande incômodo para toda a população, tais como doenças infecciosas que estavam relacionados diretamente com o lixo. Razão que tornou os animais como os ratos e as pulgas, vetores alimentados pelo lixo (GRASEL, 2010).

Outro ponto relevante deu-se com a Revolução Industrial. No século XVIII, com o surgimento das indústrias os maquinários eram movidos a vapor e, com isso, intensificou-se o problema da poluição, questão que se deve ao fato de que, na época, não havia preocupação e nem controle sobre o lixo. O homem ainda não atinava para os recursos naturais, achava que nunca iriam se exaurir. Os resíduos das indústrias eram lançados no solo, nas águas e no ar sem nenhum tratamento. Com a demanda por produtos e mercadorias aumentando (latas, conserva, borracha, plástico etc.), consumo cada vez maior e desperdício sem controle, conseqüentemente o lixo também foi aumentando em quantidade e eram lançados em qualquer lugar, conclui Grasel (2010).

Diante desse cenário a população se viu obrigada a buscar alternativas para o destino final do lixo, bem como criar algumas modificações nos hábitos com relação à higiene, tanto pessoal quando residencial.

No Brasil, de acordo com Monteiro *et al* (2001, p. 12) o serviço oficial de limpeza urbana iniciou-se nos anos de 1880, no município de São Sebastião do Rio de Janeiro, a então capital do Império. O Decreto nº 3024, assinado por D. Pedro I, passou a ser executado por Aleixo Gary, o que deu origem à expressão *gari*, palavra que passou a identificar e denominar os profissionais da limpeza urbana.

Assim, os garis passaram a limpar as vias públicas, e os condutores sanitários instituíram novas tecnologias para amortizar custos e volume do lixo. O exemplo dessas alternativas foi o início do controle com os óleos e gorduras, recuperando-os para serem reutilizados na fabricação de sabão e velas.

Para maior clareza das inovações ocorridas no final do século XIX e, principalmente, no século XX, no que se refere ao modelo de limpeza, Eigenheer (2009, p. 75) contribui com a informação de que a Alemanha é referência como país padrão, juntamente com a Suíça e a Holanda, nas soluções inovadoras, tanto antes como depois da Segunda Grande Guerra. Atualmente esses países ainda são destaques no que se refere à gestão de resíduos sólidos em relação aos outros países desenvolvidos, incluindo propostas de limpeza urbana para a União Europeia.

Pode-se dizer, que os avanços sucedidos na Alemanha possuem destaque pela tradição na cobrança de taxas municipais para a coleta de lixo. Os alemães são acostumados a pagar pelos serviços de saneamento e utilizam vasilhames padronizados para o acondicionamento do lixo, donde a regulamentação de aterros resultou num organizado sistema de coleta.

2.1. Estado da arte da coleta de lixo

Para melhor entendermos alguns fatos sobre o lixo domiciliar, recorreremos ao pensamento de Ximenes (2000, p. 587), que nos diz que lixo é "tudo o que se joga fora após limpeza e/ou varredura de uma casa, rua etc.; entulho; coisas inúteis, sem valor; sujeira, imundice". Neste trabalho, também entendemos por lixo "todo e qualquer resíduo proveniente das atividades humanas ou geradas pela natureza em aglomerações urbanas" (SEAC – SP – Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo, 2011).

De acordo, então, com o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo (SEAC), é lixo domiciliar urbano, aquele constituído pelo resíduo das residências, praças de alimentação, restaurantes, repartições públicas, supermercados, feiras e o comércio. Normalmente, este lixo é composto por embalagens, papelões, vidros, sobras de alimentos, entre outros, como plásticos (SEAC – SP, 2011).

A partir da assimilação dos conceitos de lixo domiciliar, pode-se entender sinteticamente que lixo são todas as sujeiras ou coisas inúteis ou sem nenhum valor, as quais são descartadas pelas atividades humanas, originadas da vida diária.

Quanto à limpeza urbana, entendemos como sendo o saneamento e o controle de todos os fatores do meio físico onde o homem habita, os quais exercem ou podem exercer efeitos prejudiciais ao seu bem-estar físico, mental ou social.

A coleta e o transporte do lixo urbano que são produzidos em residências, comércio e estabelecimentos públicos, são efetuados pelo setor público encarregado da limpeza urbana, podendo ser utilizados por meio de recursos próprios do município ou de empresas arrematadas por contratos temporários.

Em relação aos grandes geradores de lixo (estabelecimentos que geram mais de cento e vinte quilos/dia), é válido lembrarmos que neles o lixo deve ser coletado por empresas particulares, em que as mesmas devem estar cadastradas e autorizadas pela prefeitura (MONTEIRO, *et al* 2001, p. 61).

Os produtos mais antigos eram fabricados para durar muito tempo, atualmente, a vida útil dos produtos é passageira. Ao invés de restaurar, as pessoas jogam fora e adquirem um modelo novo. Segundo Pena (2013), esse fenômeno está atrelado à "obsolescência programada" ou "planejada". Isso ocorre quando "um produto lançado no mercado se torna inutilizável ou obsoleto em um período de tempo relativamente curto de forma proposital, ou seja, quando empresas lançam mercadorias para que sejam rapidamente descartadas e estimulam o consumidor a comprar novamente".

Além da obsolescência programada, Brito (2012) enfatiza mais duas categorias. A primeira é a "obsolescência percebida", que é aquela em que o consumidor sente a necessidade de adquirir um novo produto, mesmo que este esteja em pleno funcionamento. É o caso dos *smartphones* que são fabricados com pouca inovação e a mídia reinventa a roda. A segunda é a "obsolescência funcional", que pode ser reinventada ou induzida. É o caso dos computadores que evoluem de maneira tal que as peças não são compatíveis com as antigas, fazendo com que o consumidor tenha que adquirir um novo computador.

Especialistas do meio têm buscado um consenso entre fabricantes e o mercado consumidor, no intuito de combater a obsolescência programada, isso porque o resultado pode acarretar sérios riscos ao meio ambiente, em função de que mais consumo gera mais lixo, agredindo, assim, o meio natural, acrescenta Pena (2013).

Nesse acordo, algumas medidas estão sendo tomadas para amenizar a situação como as apontadas por Fonseca (2009), quando enaltece três importantes medidas como o monitoramento às práticas das maiores empresas de eletrônicos, bem como a extensão da vida útil dos eletrônicos, através do reuso e, por último, a redução dos danos do lixo eletrônico na busca por um descarte responsável. Diante desse cenário, pode-se afirmar que a obsolescência é uma das grandes estratégias industriais para que os produtos se tornem ultrapassados, motivando o consumidor adquirir novos produtos.

Na onda do consumismo, o descartar e jogar no lixo tornou-se um hábito comum entre as pessoas, fato que está trazendo sérios problemas. Entre esses problemas, estão o lixo eletrônico, como aparelhos eletrônicos, baterias usadas, peças de computador, celulares velhos, pilhas, eletrodomésticos estragados, entre tanto outros.

De acordo com informações do Reviverde (2013) "até os anos 80, os hábitos de consumo da sociedade não causavam grande impacto na hora de descartar o lixo." A evolução do lixo também foi marcada pelas sacolas de supermercado que, até então, eram de papel. Outro hábito observado pelo documento diz respeito aos sapatos, os quais eram reformados, aos eletrodomésticos que, em sua maioria eram consertados, ao leite, que era comercializado em garrafas retornáveis e posteriormente em saquinhos: as garrafas de vidro eram retornáveis, até inventarem a garrafa PET (Poli Tereftalato de Etileno).

Com o invento da garrafa PET, o mundo aderiu à era do descartável. Com toda a inovação, as embalagens ainda vão levar certo tempo para se decomporem, principalmente quando as mesmas são descartadas junto com o lixo comum (REVIVERDE, 2013).

Com isso, são vários os tipos de lixo descartados. São rejeitados produtos químicos pesados que prejudicam a saúde e o meio ambiente, a exemplo do mercúrio e do chumbo existentes nas baterias e nas pilhas que,

uma vez abandonados de maneira incorreta, contaminam os lençóis freáticos (fontes subterrâneas de água).

Observa-se que qualquer que seja a época, inúmeros fatores contribuem com as características do lixo e sobre sua forma como: região, hábitos, costumes e destino final do lixo, além da realização do serviço de coleta.

Outro ponto relevante é o da tecnologia utilizada no tratamento e processo do lixo, apesar de ser um processo de desenvolvimento, o problema com o lixo ainda requer mudança no comportamento do ser humano, além das mudanças nos hábitos que viabiliza auxiliar na diminuição da geração do lixo.

2.2. A importância da coleta de lixo urbano

Preservar o meio ambiente e, especificamente, o destino do lixo coletado nos centros urbanos, é um dos pontos críticos na atualidade. Devido à consequência do volume e descarte do lixo, gera-se uma problemática para os administradores públicos, que é a busca por logradouros limpos, o que daria início à criação de uma cidade mais cuidada para a saúde da população, principalmente para uma qualidade de vida.

Coletar o lixo significa "recolher o lixo acondicionado por quem o produz para encaminhá-lo, mediante transporte adequado, a uma possível estação de transferência, a um eventual tratamento e à disposição final" (MONTEIRO *et al* 2001, p. 61). Seguindo os ensinamentos oferecidos por Brasileiro e Lacerda (2002, *apud* AMAECING, 2008, p. 07) "a operação de coleta de resíduos sólidos domiciliares deve ter o envolvimento dos cidadãos, os quais devem acondicioná-lo adequadamente e apresentá-los em dias, locais e horários pré-estabelecidos".

Para alcançar esses resultados apresentados pelos autores, é aconselhável que haja um trabalho voltado para a conscientização humana, a fim de todos passem a participar e a separar de forma correta todo o material que poderá ser reciclado. Para isso, é necessário que ocorram algumas mudanças nos hábitos diários de cada cidadão, além da coleta seletiva.

São inúmeras as consequências à saúde pública oriundas dos resíduos sólidos quando não coletados e transportados ao destino final. Os vetores como insetos, ratos e diversos animais são atraídos e, por sua vez, podem

transmitir sérias doenças ao ser humano. Diante desse prisma, é viável que a proteção à saúde pública e o bem estar de todos estejam protegidos e, para isso, os serviços de limpeza pública devem ser realizados com segurança, higiene e eficiência (BRETAS, 2000 *apud* AMAECING, 2008, p. 07).

O lixo, quando disposto de forma inadequada nas vias públicas, compromete a estética da cidade e a saúde da população. Assim, tornar mínimos esses impactos evita a proliferação de vetores, cabendo à administração do município prover os serviços de forma segura e regular.

O lixo abandonado e mal destinado pode atingir o dia a dia de toda a sociedade em vários aspectos, como:

1) Aspecto Sanitário: o lixo pode provocar efeitos maléficos através de:

a) Agentes físicos: lixo acumulado às margens de cursos d'água ou de canais de drenagem e em encostas, acabando por provocar o seu assoreamento e o deslizamento dos taludes, respectivamente; b) Agentes químicos: a poluição atmosférica causada pela queima de lixo a céu aberto e a contaminação de lençóis d'água por substâncias químicas presentes na massa de resíduos são exemplos típicos desta ação sobre a saúde das pessoas e o meio ambiente; c) Agentes biológicos: o lixo mal acondicionado ou depositado a céu aberto constitui-se em foco de proliferação de vetores transmissores de doenças (ratos, baratas, moscas etc.);

2) Aspecto Estético e Bem-estar: a exposição indevida do lixo gera incômodos à população, tanto pelo seu mau odor quanto pela poluição visual e degradação do espaço onde é lançado;

3) Aspecto Econômico-financeiro: o lixo, uma vez aproveitado, pode ter reduzidos os custos com a sua coleta e disposição final. Seu aproveitamento se faz por meio de reciclagem de materiais recuperáveis (papel, plástico, metal, vidro etc.), com a fabricação de composto orgânico ou, ainda, pelo aproveitamento do gás metano produzido durante a sua decomposição na ausência de oxigênio;

4) Aspecto Social: é comum a existência, nos vazadouros de lixo e até mesmo nas ruas, de todo um contingente de pessoas que buscam na separação e comercialização de materiais recicláveis uma alternativa para o seu sustento e de sua família. Isto se dá em condições subumanas. É possível,

entretanto, manter esta atividade econômica, mas em adequadas condições de trabalho. É o caso das unidades de beneficiamento de lixo e dos programas de coleta seletiva (BAHIA, *et al* 2005, p. 05-06).

Quanto à responsabilidade do serviço de coleta, cabe à Administração Pública o compromisso pela programação e coleta do lixo urbano, os quais normalmente são compostos por embalagens, vidros, papéis, sobras de alimento, entre outros, devendo ser realizadas em todos os bairros residenciais, nos estabelecimentos comerciais, praças e vias públicas e, por fim, encaminhados ao destino final.

Assim, o serviço de limpeza nas vias públicas tem por objetivo impedir problemas sanitários para a comunidade, interferências perigosas no trânsito de veículos, inundações das ruas pelo entupimento dos bueiros, riscos de acidentes para pedestres, prejuízos ao turismo, além de assegurar a qualidade da saúde pública.

Diante desses fatores apresentados, tais como a precaução à comunidade, surge paralelamente à execução das práticas, alguns entraves como: disposição final do lixo, alto custo na implantação do aterro sanitário, dificuldade operacional, escolha do local apropriado e manutenção sobre as operações de coleta.

2.3. Origem e características do lixo

A origem do lixo é um elemento fundamental para a classificação dos resíduos sólidos. Os diferentes tipos de lixo podem ser agrupados, conforme descritos abaixo:

- 1) Lixo residencial: resíduos sólidos gerados nas atividades diárias em casas, apartamentos etc.;
- 2) Lixo comercial: é aquele produzido em estabelecimentos comerciais, cujas características dependem da atividade ali desenvolvida;
- 3) Lixo público: são os resíduos da varrição, capina, raspagem etc., provenientes dos logradouros públicos (ruas e praças, por exemplo), bem como móveis velhos, galhos grandes, aparelhos de cerâmica, entulho de obras e

outros materiais inservíveis deixados pela população, indevidamente, nas ruas ou retirados das residências através de serviço de remoção especial;

4) Lixo de fontes especiais: é aquele que, em função de determinadas características peculiares que apresenta, passa a merecer cuidados especiais em seu acondicionamento, manipulação e disposição final, como por exemplo o lixo industrial, hospitalar e radioativo (BAHIA *et al*, 2005, p. 08-09).

As características do lixo produzido possuem suas variações, conforme os fatores e atividades do município, tais como: indústria, comércio, turismo, hábitos e alimentação da população, entre outros que denominam o destino do lixo. As características apresentadas pela Cartilha de Limpeza Urbana são:

1) Características físicas: a) composição gravimétrica: traduz o percentual de cada componente em relação ao peso total do lixo; b) peso específico: é o peso dos resíduos em função do volume por eles ocupados, fundamental para calcular as dimensões de equipamentos e instalações; c) teor de umidade: esta característica tem influência decisiva, principalmente nos processos de tratamento e destinação do lixo. Varia muito em função das estações do ano e da incidência de chuvas [...]; d) geração per capita: relaciona quantidade do lixo gerado diariamente e o número de habitantes de determinada região. Muitos técnicos consideram de 0,5 a 0,8 kg/habitante/dia como a faixa de variação média para o Brasil.

2) Características químicas: a) poder calorífico: indica a capacidade potencial de um material desprender determinada quantidade de calor quando submetido à queima; b) potencial de hidrogênio (pH): indica o teor de acidez ou alcalinidade do material; c) teores de cinzas, matéria orgânica, carbono, nitrogênio, potássio, cálcio, fósforo, resíduo mineral total, resíduo mineral solúvel e gorduras: importante conhecer, principalmente quando se estudam processos de tratamento aplicáveis ao lixo; d) relação C/N ou relação carbono/nitrogênio: indica o grau de decomposição da matéria orgânica do lixo nos processos de tratamento/disposição final.

3) Características biológicas: o estudo da população microbiana e dos agentes patogênicos presentes no lixo urbano, ao lado das suas características químicas, permite que sejam discriminados os métodos de tratamento e

disposição mais adequados. Nessa área são necessários procedimentos de pesquisa (BAHIA *et al*, 2005, p. 10-11).

Observa-se que o lixo, possui variação de acordo com a sua composição, umidade, hábitos populacionais, teor de acidez, disposição final, métodos de tratamento, entre outros fatores que dão características ao lixo.

2.4. Tipos de desperdício

No trabalho realizado por Magalhães (2002), já se apontava como parte do contingente do desperdício, as frutas, as verduras, as hortaliças e os grãos como um dos maiores índices de desperdícios. A autora acrescenta ainda que o desperdício inicia-se, neste caso, no plantio, na coleta, na estocagem, comercialização e finaliza na cozinha de cada cidadão.

De acordo com os dados fornecidos por Terra (2013), no Brasil, são sete milhões de toneladas de frutas, e seis milhões de toneladas de hortaliças, que se perdem anualmente entre o campo e o consumidor final, essas informações são fornecidas pelo setor de Agroindústria de Alimentos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e refletem um problema de escala planetária.

A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias) registra números alarmantes quando contabiliza uma percentagem de 10% das frutas e das hortaliças desperdiçadas durante o transporte, fator responsável por essa percentagem. Durante o transporte, o alimento sofre alguns estragos, e por conta desses estragos, os alimentos são descartados no lixo. No Brasil, 58% do lixo são provenientes de comida. "Se metade do que é perdido deixasse de ser, teríamos o dobro de alimento nas gôndolas e o preço cairia. E mais pessoas teriam acesso" (MATTAR *apud* STRINGUETO, 2013).

Diante desse cenário, Gianesi (*apud* TERRA, 2013) sugere "mais cuidado na hora da compra", uma vez que essa alternativa compõe uma das soluções imediatas para tudo que o brasileiro coloca na lixeira, afirma o vice-presidente da Associação Brasileira de Limpeza Pública (GIANESI, *apud* TERRA, 2013).

Magalhães (2002) sugere que "parte desse desperdício, poderia ser evitado com o uso de embalagens adequadas e melhor manuseio". Outros desperdícios também são realçados pela autora, como aquele que acontece com os recursos naturais e com os energéticos.

"Reduzir em 30% o desperdício significa ainda diminuir em 30% o uso de terra, de fertilizantes, de agrotóxicos e de sementes" (ABRAMOVAY *apud* STRINGUETO, 2013). Assim, pode-se concluir que, se cada cidadão controlar o consumo, rever os costumes e os hábitos alimentares, inserir uma educação voltada ao meio ambiente na busca conjunta de rever os problemas do lixo urbano, certamente não teríamos um número tão significativo de pessoas que dormem com fome (STRINGUETO, 2013).

Quanto ao consumo consciente, cabe um ato de reflexão, e para isso é viável a prática dos 3Rs: Reduzir, Reutilizar e Reciclar. Reduzir significa economizar de todas as formas possíveis; Reutilizar é uma forma de evitar que vá para o lixo aquilo que não é lixo e Reciclar, se não deu para reduzir nem reutilizar, a melhor solução é enviar as embalagens pós-consumo para a reciclagem (REVIVERDE, 2012).

2.5. Destino final do lixo urbano

Para definir um local adequado, "é necessário levar em conta as restrições orçamentárias, a escassez de máquinas e os equipamentos próprios e necessários para essa operação, além das dificuldades citadas anteriormente, que teria por resultado, a proliferação dos lixões a céu aberto" (ARAUJO; LIMA, 2008, p. 26).

Para tanto, a localização do aterro sanitário como destino final do lixo deve levar em consideração vários fatores, como os apresentados acima, embora, muitas vezes, esses locais são próximos às periferias das cidades, condição que pressupõe uma desigualdade social, uma vez que a disposição final do lixo geralmente é vista alocada em áreas ocupadas por população menos favorecida, onde convivem com os riscos à saúde, expondo-se aos perigos de acidentes com materiais perfuro-cortantes, além do contato com materiais infectantes.

De acordo com a NBR 8419, o aterro sanitário de resíduos, "é uma técnica de disposição de resíduos sólidos urbanos no solo, sem causar danos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais [...]". As orientações da NBR 8419 fixam as condições mínimas exigíveis para o destino final do lixo urbano, que devem ser despejados em locais especialmente projetados, tais como o aterro sanitário, que deve ser instalado pelo menos a 200 metros de cursos d'água, respeitar a distância de no mínimo 3,0 metros entre a superfície de destinação e a camada de lençol freático e estar em área livre de inundação.

Para as áreas residenciais isoladas recomenda-se uma distância mínima de 500 metros e para as áreas urbanizadas de 2000 metros, o que garante a isenção de poeira, odores, e insetos indesejáveis. Portanto, é de suma importância estruturar os aterros sanitários, especialmente quanto à localização e segurança coletiva.

A localização do descarte do lixo em aterro sanitário é de suma importância, uma vez que promete não somente proteger as pessoas que residem próximo ao local, como as nascentes, os percursos d' água, o solo, proteção natural e visual, e quando não realizado de forma segura, caracteriza problemas na saúde pública, sociais e ambientais.

3. POLÍTICA PÚBLICA X LIMPEZA URBANA X SOCIEDADE URBANA

Numa visão geral, entende-se por política pública, aquela que é elaborada prevendo resultados que garantam os direitos da coletividade, tendo como objetivo atender às necessidades propostas em relação ao município. Entre os interesses da coletividade como direito garantido, está o destino do lixo doméstico. Neste sentido, a redação da Constituição de 1988 visa ao amparo legal quanto à responsabilidade dos resíduos sólidos originados e o seu destino final, conforme o Art. 225 da CF/88, quando rege que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, e faz parte desse regimento o uso comum da coletividade pela qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988, p. 127).

O Art. 23, inciso VI, da Constituição, incumbe como responsabilidade comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios "proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas" (BRASIL, 1988, p. 31).

Outros regulamentos constitucionais também incumbem aos municípios legislar sob os serviços públicos, conforme redação do Art. 30, Inc. I e V, que instituiu aos municípios o comprometimento com os interesses locais, e com a organização e prestação destes sob regime de concessão ou permissão, o que inclui o transporte coletivo, que tem caráter essencial (BRASIL, 1988, p. 36).

A limpeza urbana, por meio da coleta de lixo das vias públicas, do comércio, dos hospitais, das indústrias e das residências condiz com o aspecto estético e com a saúde da população, nesse contexto inclui a coleta, a seleção, a remoção e o destino do lixo urbano, o qual deve ser tratado. A regulamentação dos processos compete ao Código de Postura e ao Código Tributário do Município. Segundo Braz (2006, p. 469), "a limpeza inscreve-se como serviço essencial à vida urbana, por ser o lixo causador de grande impacto ambiental. A coleta e seleção do lixo urbano são, por esta razão, de interesse predominantemente do Município".

O emissário do povo deve promover a criação de políticas públicas que protejam e assegurem a saúde pública. Também é necessária a realização de campanhas de conscientização da população sobre o descarte correto do lixo, assim como é imperativo realizar uma coleta de lixo sustentável, para que o mesmo não comprometa a saúde da população em geral. Uma vez que as políticas públicas são instrumentos de intervenção na preservação ambiental, por meio de medidas previstas na própria Constituição, o que requer um ajuste da ambição política, sustentabilidade e conscientização da sociedade.

A questão da sociedade urbana, de acordo com Lefebvre (1999, p. 15) "é o ponto de chegada dos conhecimentos adquiridos e como ponto de partida de um novo estudo e novos projetos". Diante desse entendimento, a tendência desses novos projetos, implica em atender as necessidades de um ambiente ecologicamente correto, isso se faz, por práticas e responsabilidades ambientais, a partir do desenvolvimento ambiental, circunstância em que a qualidade de vida urbana pode ocorrer por meio de planejamento na medida

em que a sociedade se desenvolve, impedindo assim, novos enfrentamentos com problemas ambientais.

Nesse contexto, observa-se que todos estão inseridos em uma tarefa única: a preservação do meio ambiente, ou seja, a preocupação com o meio ambiente passou a ser uma preocupação de todos.

3.1. Responsabilidade da educação ambiental e a atitude individual

Ciente de que a educação ambiental está prevista no Art. 1º, da Lei n. 9.795/99, com o entendimento de que são "os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (BRASIL, 1999).

A partir disto, Muller & Farias (2005 apud COSTA; SCHWANKE, 2010) entendem que a Educação Ambiental é um instrumento de suma importância que colabora para a formação crítica de cidadãos frente à sociedade, embora seja um processo longo e contínuo e requeira da sociedade, da família e da escola uma participação ativa e comprometida com o ambiente.

No item anterior, a responsabilidade ambiental deixa clara que é manifestada pelas políticas públicas a minimização dos impactos ambientais. Para Costa e Schwanke (2010), "a ação individual é extremamente importante e contribui para a formação de uma rede social onde é realizada a efetiva luta por melhores condições ambientais. Para tanto, faz-se necessário que a população entenda a gravidade da situação e a necessidade de mudá-la". Assim, o aspecto individual, mesmo que seja por meio de pequenas atitudes, pode estar inserido no dia a dia, e isso pode ocorrer por meio de mudanças nos hábitos cotidianos de cada cidadão. Portanto, cabe à sociedade assumir de maneira ativa a responsabilidade de uma nova atitude de explorar os bens naturais.

3.2. Propostas e sugestões como a implantação da reciclagem

O conteúdo teórico proporcionou melhor entendimento com a complexidade da temática apresentada. Após elaboração do trabalho justificam-se apresentar algumas propostas que pudessem ser analisadas alguns pontos como: utilizar da consciência de que todas as ações operacionais relacionadas à coleta de lixo são em prol da coletividade; realizar campanha de conscientização junto à população para a implantação da coleta seletiva; utilizar de tecnologia compatível para a resolutividade do problema (por exemplo, coleta subterrânea); garantir o descarte ambientalmente correto; estruturar o aterro sanitário, quanto a localização e segurança coletiva; garantir aos moradores que residem próximo ao aterro sanitário, quanto ao risco de contaminação; ter conhecimento da quantidade e a qualidade do lixo gerado no município; disponibilizar aos moradores dos Povoados e Distrito (zona rural) o serviço de coleta com total segurança e eficácia; realizar treinamento com os coletores de lixo e solicitar dos mesmos o uso dos EPIs, além de fazer cumprir os dias e horários de coleta do lixo, conforme programação que deve ser elaborada pelo responsável da coleta.

Essas foram algumas das propostas que poderão fazer parte de um plano diretor, no intuito de excluir ou minimizar alguns entraves sobre a importância de se ter uma coleta de lixo eficaz.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração do trabalho, observou-se que é aconselhável que haja, por parte da administração pública, melhor planejamento e manutenção nas operações que compõem a coleta de lixo, para que o plano possa perdurar de forma eficaz, uma vez que a população em geral carece do benefício. Com isso, a obrigatoriedade de coletar, transportar, destinar e depositar o lixo em local adequado (aterro sanitário) deve ser realizado por pessoal qualificado e devidamente licenciamento para tal, evitando danos tanto à coletividade como ao meio ambiente.

Em razão de o lixo ter descarte final de maneira inadequada, os resíduos sólidos urbanos tornam-se inconvenientes pela presença de vetores de

doenças e depreciação da paisagem, com isso, ocasionam certos transtornos na comunidade por não receberem destino final adequado, ou seja, os resíduos (lixo) podem levar o comprometimento da saúde humana, bem como da água, do ar e do solo, em função de não existir nenhum tratamento com efeito despoluidor.

Diante dos apontamentos, cabe concluir que o principal objetivo em gerenciar o lixo de forma integrada, consiste na realização da limpeza urbana, por meio da coleta, tratamento e disposição final do lixo, garantindo a qualidade de vida a todos os cidadãos.

Verificou-se que o lixo, uma vez não coletado e destinado ao local adequado, é um convite aos vetores na reprodução e infecção de doenças, colocando em risco a saúde da população.

Para definir um local adequado, é necessário levar em consideração a escassez de máquinas, as restrições orçamentárias e os equipamentos próprios para a execução da função e ausentar-se da proliferação dos lixões a céu aberto. O lixo, além de apresentar riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde do ser humano, contém, também, a presença de materiais químicos, radioativos, biológicos e perfuro-cortantes. Para tanto, carece de tratamentos e cuidados adequados para a prevenção de infecções, proporcionando, assim, segurança à população e principalmente com a equipe que exerce a atividade da coleta do lixo.

Foi observado que tanto a educação ambiental inserida num programa curricular e as práticas individuais de cada cidadão podem fazer parte de um ambiente sustentável, garantindo assim uma iniciativa seja ela individual ou coletiva.

Espera-se com esse estudo, que a administração pública possa atentar para as propostas inseridas no argumento de cunho pessoal, para que não haja entraves futuros respeitando as peculiaridades sociais da população, uma vez que são inseridas num contexto de direito legal.

Também, espera-se com esses resultados, que futuros universitários que tenham interesse pelo tema, possam realizar estudos de forma a poder contribuir com melhorias, uma vez que a inovação tecnológica é a grande aliada para novos processos.

REFERÊNCIAS

AMAECING, Maicyla Azzi Paes. *Serviços de coleta do lixo urbano na região central de Goiânia*: estudo de caso. Monografia do Curso de Engenharia Ambiental da Universidade Católica de Goiás. 2008. Goiânia/GO. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/206143615/SERVICOS-DE-COLETA-DO-LIXO-URBANO-NA-REGIAO-CENTRAL-DE-GOIANIA-ESTUDO-DE-CASO#scribd>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

ARAUJO, Antonio Carlos Brito de; LIMA, Weruska Maria C. Maciel de Araujo. *Políticas públicas: lixo e cidadania para um desenvolvimento sustentável*. Monografia do Curso de Pós Graduação em Gestão Pública e Legislativa. FACETEG. Recife, 2008. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/paginas/vermonografia.php?doc=Antonio+Carlos+Brito+de+Araujo.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2014.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. *NBR-8419*: Apresentação de projetos de aterros de resíduos industriais perigosos. Rio de Janeiro, 1983.9 p. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/61140879/NBR-8419-NB-843-Apresentacao-de-Projetos-de-Aterros-Sanitarios-de-Residuos-Solidos-Urbanos>>. Acesso em: 24 out. 2014.

BAHIA, Sergio Rodrigues. *et al. Cartilha de limpeza urbana*. Trabalho Realizado pelo CPU - Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas do IBAM em convênio com a Secretaria Nacional de Saneamento - SNS - do Ministério da Ação Social - MAS. [2005]. Disponível em: <www.resol.com.br/cartilha>. Acesso em: 5 nov. 2014.

BRASIL. [Constituição da República Federativa do Brasil - 1988](#). Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. *Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm> Acesso em: 10 dez. 2014.

BRITO, Diego. *Obsolescência Programada: por que você compra tanto?* 2012. Disponível em: <<http://diegobrito.com.br/obsolescencia-programada-saiba-o-que-e/>> Acesso em: 17 mar. 2015.

COSTA, Raquel; SCHWANKE, Cibele. *Atitudes relacionadas ao Meio Ambiente: uma responsabilidade da Educação Ambiental*. 2010. Disponível em: <<http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=942&class=02>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

DINAMO. *O que é limpeza urbana?* Disponível em: <<http://blog.grupodinamo.com.br/index.php/o-que-e-limpeza-urbana>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

EIGENHEER, Emílio Maciel. *Lixo: a limpeza urbana através dos tempos*. 2009. Porto Alegre/RS. Disponível em: <<http://www.lixoeeducacao.uerj.br/imagens/pdf/ahistoriadolixo.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2014.

FONSECA, Felipe. *Lixo eletrônico e a ilusão de obsolescência*. In: Campus Party. Para entender a internet. 2009. Disponível em: <<http://www.novae.inf.br/site/modules.php?name=Conteudo&pid=1238>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

GRASEL, Rafael. *História do lixo*. 2010. Disponível em: <<http://estudiorafelipe.blogspot.com.br/2010/06/historia-do-lixo.html>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MAGALHÃES, Ligia Maria. *Lixo e desperdício, perspectiva numa sociedade de consumo*. Monografia do Curso de Marketing Globalizado, da Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.avm.edu.br/monopdf/24/LIGIA%20MARIA%20MAGALHAES.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

MONTEIRO, José Henrique Penido *et al.* *Manual de gerenciamento integrado de resíduos Sólidos*. (coord.) ZVEIBIL, Victor Zular. Rio de Janeiro: IBAM, 2001, 200 p. Disponível em: <<http://www.resol.com.br/cartilha4/manual.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2014.

PENA, Rodolfo Alves. *Obsolescência programada*. 2013. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/obsolescencia-programada.htm>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

REVIVERDE. Instituto Ambientalista da Cidade do Rio de Janeiro. *O problema do lixo*. Disponível em: <http://www.reviverde.org.br/Prob_lixo.html>. Acesso em: 21 nov. 2014.

SEAC. Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo. *O que é lixo?* 2011. Disponível em: <<http://www.seac-sp.com.br/sustentavel/index.php/component/content/category/9-institucional>>. Acesso em 21 de out. 2014.

STRINGUETO, Kátia. Como e por que evitar o desperdício. In: Planeta sustentável. *Segurança alimentar*. 2013. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/lixo/como-evitar-desperdicio-seguranca-alimentar-bons-fluidos-752309.shtml>>. Acesso em: 27 out. 2014.

TERRA. *Sustentabilidade*. 2013. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/desperdicio-de-alimentos-agrava-problema-do-lixo-em-grandes-cidades,fee8c4179831f310VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>>. Acesso em: 27 out. 2014.

XIMENES, Sergio. *Minidicionário de Língua Portuguesa*. São Paulo: Ediouro. 2000.

PROCESSOS DE FORMAÇÃO HUMANA: DESAFIOS DIANTE DAS RÁPIDAS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

Cleide Francisca de Souza Tano¹⁷
Prof. Dr. Marcelo Pessoa¹⁸

RESUMO: Neste artigo propõe-se uma discussão e reflexão sobre o tema Educação, com foco no processo de formação humana dos alunos dos cursos técnico, tecnológico ou superior. Nesse sentido, o objetivo geral será o de discutir e refletir de modo geral sobre o processo de formação geral e profissionalizante diante das transformações sociais e das diversidades urbanas, territoriais e culturais. Já, nos objetivos específicos, serão discutidos de modo geral: 1) Políticas educacionais, educação e processo ensino-aprendizagem; 2) A educação profissionalizante: Política, intencionalidade, avanços e retrocessos; 3) Contextos atuais dos espaços urbanos, territórios e os desafios para a qualidade da formação. A pergunta problema é: Existe uma formação ideal diante das rápidas transformações em todos os espaços e de nosso processo histórico de educação frente a tendência ao imediatismo da atualidade? A justificativa desta pesquisa dá-se pela necessidade de instigar o debate e reflexões sobre os processos de formação humana, questões que são de grande importância, tanto para o campo acadêmico (docentes e discentes), quanto para os agentes das políticas públicas educacionais e para os cidadãos de modo geral, pois assim, nascem novas percepções, capazes de tornar os envolvidos mais críticos e com novos olhares e posturas sobre esta temática. Os instrumentos metodológicos utilizados foram as pesquisas bibliográficas e documental em artigos científicos, legislação, em dados estatísticos e ainda a articulação destes dados com os vídeos: Filme documentário: “Escolarizando o Mundo: O último fardo do homem branco”, dirigido e editado por Carol Back (2012) e do Documentário “O Mundo Global Visto do Lado de Cá” do cineasta Sílvia Tandler (2002). Nas considerações finais, aponta-se que os processos de formação humana são desafiadores, porém, não impossíveis e precisam ser construídos juntos.

PALAVRAS-CHAVES: Educação, Formação geral e profissionalizante, Desafios e tendências atuais.

ABSTRACT: In this article we propose a discussion and reflection on the education theme, focusing on the process of human training of students of technical courses, technological or higher. In this sense, the overall objective will be to discuss and reflect on the whole of the process of general and vocational training in the face of social change and urban, territorial and cultural diversity. Already, the specific objectives, will be discussed in general: 1) educational policies, education and teaching-learning process; 2) vocational

¹⁷ Especialista em Gestão Pública pela FaPP – Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, Unidade da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

¹⁸ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

education: Politics, intentionality, advances and retreats; 3) Current Contexts of urban spaces, territories and the challenges for the quality of training. The problem question is: Is there an ideal training before the rapid transformations in all areas and our political process forward education tend to the immediacy of today? The justification of this research gives up the need to provoke debate and reflection on the processes of human development, issues that are of great importance for both the academic field (teachers and students), and for the staff of public educational policies and citizens in general, as well, they find new insights, able to make the most critical and involved with new looks and attitudes on this issue. The methodological instruments used were bibliographical and documentary research in scientific articles, legislation, statistical data and even the articulation of these data with the videos: documentary film "Escolarizando the World: The last white man's burden", directed and edited by Carol Back (2012) and the documentary "The Global World Here Side of visa" the filmmaker Silvio Tendler (2002). In the final considerations, it indicates that the human formation processes are challenging, but not impossible and must be built together.

KEYWORDS: Education, General and vocational education, Current challenges and trends.

1. INTRODUÇÃO

Neste artigo propõe-se uma discussão e reflexão sobre o tema Educação, com foco no processo de formação de jovens e adultos, em nível técnico, tecnológico ou superior. Não estamos nos referindo à educação de jovens e adultos nas fases iniciais do ensino fundamental, entretanto, em alguns momentos, faz-se necessário voltar aos primeiros momentos da formação, pois o processo de desenvolvimento, em especial o de formação escolar é histórico.

O público jovem e adulto, foco das reflexões deste trabalho, carrega uma bagagem de aprendizagem do seu ensino fundamental, de suas vivências ao longo da vida, de suas relações pessoais, familiares e profissionais, que lhes trarão implicações no seu processo de escolarização nos demais níveis de ensino. Os acertos e falhas do processo ensino-aprendizagem na fase inicial refletirão nas fases seguintes e, por este motivo, não se pode pensar na política educacional para o ensino médio, técnico, tecnológico ou superior sem a discussão da política educacional da fase inicial que são apresentados em alguns trechos deste trabalho.

Num contexto político, econômico, social e educacional como o nosso, isto é, excludente para grande parte dos brasileiros, uma reflexão como a

nossa pode interessar. Assim, no campo da educação, várias são as questões e dilemas que têm fomentado os pesquisadores a focarem seus trabalhos para estudá-los, problematizá-los e buscar soluções.

Neste sentido, França e Scocuglia (2011, p. 17), apontam que no Brasil, grande parcela da população é de semiescolarizados, ou seja, alguns nem conseguiram ou conseguirão concluir o ensino fundamental e precisam ou precisarão trabalhar para ajudar a prover seus familiares. Para estes, não raramente e como única alternativa restará como opção de obtenção de qualificação profissional, o ingresso aos cursos técnicos, condição necessária para conseguir um certificado, que lhes dará acesso a melhores oportunidades no mercado de trabalho.

Nestes cursos, a prioridade é ensinar competências e técnicas, porém, com as constantes transformações e mudanças advindas dos avanços tecnológicos, estas competências podem, em pouco tempo, se tornarem ultrapassadas, uma vez que as máquinas e os equipamentos estão evoluindo tão ou mais rapidamente que o conhecimento que se consegue acumular sobre elas. Nisto, vê-se que há uma tendência de que estes equipamentos se tornem descartáveis e facilmente substituídos, conforme aponta França e Scocuglia (2011) em seu trabalho, “O Discurso e a Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico”.

Além das questões e dilemas que afetam o processo de formação, a população é estimulada à incorporação de novas (sub)culturas, em especial a subcultura voltada ao consumismo, atendendo ao interesse do sistema produtivo. Este sistema que, além de alienar o trabalhador, fazendo com que ele não se reconheça no seu trabalho, muitas vezes, utilizando-se da mídia, interfere também nos valores e atitudes das pessoas de forma quase que invisível, sem que as pessoas percebam.

É emblemático que, ao discutirmos os processos educativos, não podemos deixar de mencionar que o trabalho é o eixo basilar para compreensão destes processos, assim como aponta Marx (1985), dizendo que ao produzirem seus meios de subsistência, os homens atuam sobre a natureza e, ao modificá-la, eles modificam sua própria natureza.

Este autor também aponta para a ideia de que além da exploração da natureza, há a exploração do homem pelo homem. Portanto, é histórico este

sistema de exploração, e no campo da educação não é diferente, conforme aponta Gomes (2012), ao afirmar ser negado à classe trabalhadora o acesso a conhecimentos que extrapolassem as exigências imediatas do processo produtivo, o que, de certo modo, dialoga com o pensamento de Sobarzo (2009), quando nos diz que as oportunidades e possibilidades não são para todos.

Ao lado disso, percebe-se que a globalização veio de forma planetária demarcar territórios de domínios de grandes empresas, responsáveis pela circulação de mercadorias, dinheiro e serviços. No contexto atual, os acontecimentos mundiais, os movimentos sociais e as reivindicações de diversos movimentos apontam para a direção de um conjunto de estruturas que precisa ser revisto, tais como a visão estreita de mundo que alguns governantes ainda orgulhosamente exibem.

A escola para a formação cultural, científica e cidadania crítica, articulada com as diversidades social e cultural é defendida, dentre outros, pelo professor Libâneo (2012, p. 26). Enquanto isto não acontece, o diagnóstico das escolas não condiz com uma escola capaz de exercer esta função. Muitas das escolas são perfiladas como ineficazes, devido ao baixo nível dos resultados, além de apresentarem uma tendência maior ao acolhimento social do que voltadas às práticas educativas propriamente ditas. O ambiente escolar ainda tem de conviver com altos índices de violência, com a falta de interesse de alunos e da sociedade, com a falta de recursos dentre outros, dados estes que comprometem a educação.

A educação deveria ser um processo capaz de fazer com que o indivíduo extraísse o melhor de si, entretanto, serve à lógica do mercado, que é perversa, excludente e segregadora. Muitas são as pesquisas, publicações sobre educação, políticas educacionais, processo de formação, contudo, é questionável se existe um modelo de formação que seja capaz de encurtar a distância entre a riqueza produzida e o estado de pobreza em que muitos vivem.

Lombardi (2014, p. 54), embasado nas contribuições de Marx e Engels, ao tratar sobre a centralidade dialética do trabalho, enquanto princípio educativo, diz-nos que o processo de formação humana não deveria ser unilateral, deveria ser pleno, preparar o cidadão para a vida física,

espiritualmente, socialmente, profissionalmente e, assim, o homem se sentiria completo com a sociedade e com seu trabalho.

Sobre a educação, Frigotto (2001) lembra que após a Segunda Guerra Mundial, num contexto de crise e de desemprego estrutural e da configuração de uma divisão de incluídos, contrapostos aos precarizados e excluídos, a função que passa ter a escola é uma função econômica, diferente da função integradora original e, assim, passa a ter a função de formação para o mercado de trabalho:

[...] desloca-se a responsabilidade social do Estado para o plano do individual. Já não há política de emprego, nem perspectiva de uma carreira, mas indivíduos empregáveis ou não, requalificáveis. Para os não empregáveis resta-lhe um tempo infundo de procura por um emprego, um tempo, como caracterizou Viktor Frankel de existência provisória sem prazo. Trata-se, como mostra Neves (2000), da educação profissional adequada à nova divisão do trabalho (FRIGOTTO, 2001, p. 81-82).

Os problemas enfrentados pelo processo de formação de jovens e adultos, em níveis técnico, tecnológico e superior, são tão sérios quanto o fato de que muitos dos envolvidos com o ambiente escolar, alunos, professores, coordenadores, auxiliares, pais dentre outros, não têm clareza e nem são capazes de chegar a um consenso sobre os critérios da boa educação.

Libâneo (2012, p. 16) salienta o problema da dispersão em torno dos objetivos e formas de funcionamentos da escola, e ainda afirma que existe um grande impacto provocado pela internacionalização das políticas educacionais em países emergentes e pobres. A influência destes organismos transnacionais na política educacional brasileira afeta significativamente a aprendizagem em sala de aula, pois interferem em diversos campos: na pedagogia, na didática, nos currículos, na organização da escola dentre outros.

A questão das influências de organismos internacionais é afeta a todos os níveis da educação em diversos países. No Brasil, o ensino tecnológico e profissional passou por vários momentos. Entre avanços e retrocessos, percebe-se que a política adotada quanto ao ensino profissionalizante é uma política de expansão acelerada e crescente, perceptível pela expansão dos polos de ensino profissionalizante, entretanto, o modelo ainda carece de

estudos quanto às intencionalidades desta política, sobre os interesses de quem ela atende, bem como sobre a qualidade do ensino ofertado.

Percebe-se que, no Brasil, as políticas não focam realmente a qualidade da educação e, assim, os governos tendem a apenas incrementar medidas já existentes, ao invés de inovar e provocar mudanças radicais em certos sistemas, em especial no campo da educação. Rua (2012) reafirma este ponto de vista, afirmando que algumas das políticas públicas possuem caráter compensatório e visam a incrementar políticas educacionais vigentes ao invés de inovadoras. As considerações de Dourado (2005, p. 107) convergem com as emitidas pelos autores citados acima sobre as influências de organismos internacionais, na medida em que muitas das medidas adotadas pelo nosso governo como, por exemplo, a universalização do ensino fundamental, são adotadas com a intenção de atender às exigências de organismos internacionais.

Entretanto, percebe-se que, quando o Estado prioriza um segmento, outro será secundarizado. Isto ocorreu no Brasil com a universalização do ensino fundamental e com o ensino superior nos anos 1990, quando o governo intensificou o processo de privatização do ensino superior, tanto para a criação de instituições de ensino superior quanto para abertura de novos cursos, novas vagas. Um dos pontos cruciais deste processo é o fato de que muitas instituições privadas prioriza apenas o ensino em detrimento à pesquisa e à extensão, comprometendo, assim, todo o processo ensino-aprendizagem e a prática do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Propõem-se, assim, neste trabalho, também uma discussão e reflexão sobre o tema educação, com foco no processo de formação de jovens e adultos, em nível técnico, tecnológico ou superior. Neste sentido, no desenvolvimento deste trabalho serão discutidos os tópicos: 1) Processo de formação no ensino técnico, tecnológico e superior; 2) Políticas educacionais, educação e processo ensino-aprendizagem; 3) Educação profissionalizante: política, intencionalidade, avanços e retrocessos; 4) Contexto atual dos espaços urbanos, territórios e os desafios para qualidade da formação geral e profissional.

2. PROCESSO DE FORMAÇÃO NO ENSINO TÉCNICO, TECNOLÓGICO E SUPERIOR

O Artigo 205 da nossa Constituição destaca que a promoção da educação é dever do Estado, da família e deverá ser cumprido com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Tanto autores como França e Scocuglia (2011), em seu artigo publicado no livro “O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital”, quanto Cocco (2012), no livro “Trabalho e Cidadania: produção e Direitos na Crise do Capitalismo Global”, traçam considerações sobre trabalho e cidadania. Para estes, cidadania é o conjunto de direitos e deveres políticos que permitem às pessoas participar da democracia. Entretanto, deixam uma questão para reflexão: ter direitos ou ter condições? Tem-se o direito de acesso à escola, à educação, mas, não se tem, muitas vezes, condições de acessá-los, por diversos motivos: falha do Estado, questões socioeconômicas, culturais, estrutura familiar, dentre outros motivos.

Ainda segundo os autores citados, a efetivação destes direitos está diretamente relacionada com o trabalho, pois é pelo trabalho que as pessoas conseguem receber seu salário, o qual proporcionará que este direito se concretize em forma de acesso à alimentação, à habitação, à locomoção urbana, à educação, ao lazer dentre outros. Então, percebe-se que o trabalho é o eixo central em diversas relações, em questões relacionadas à cidadania e aos processos de formação também. É também histórico que os processos de formação atendam à lógica do mercado, ainda que nele não se permita que o processo de formação integral, capaz de extrair o melhor de cada indivíduo, aconteça.

No Brasil, o governo, atendendo a exigências internacionais, conforme vemos em Dourado (2005), exemplifica o fato de que o governo prioriza o ensino fundamental e secundariza o ensino superior. As políticas adotadas para o ensino superior são financiamentos, concessões de bolsas em escolas que, muitas vezes, privilegiam o ensino e as medidas assistencialistas que visam à correção de falhas históricas relacionadas ao acesso à educação e a questões socioeconômicas.

2.1. A tecnologização do ensino e outras técnicas

Os avanços no campo da tecnologia também têm contribuído para mudanças no campo da educação, percebe-se que o uso de tecnologia permite um acesso em massa à educação, entretanto, também vários são os questionamentos sobre a qualidade da Educação à Distância, assim como as condições de trabalho dos agentes envolvidos nesta modalidade de ensino. Percebe-se que este campo dentro da educação também carece de pesquisas e reflexões.

Srour (1998) compara a Revolução Industrial com a revolução digital. Para este autor, a Revolução Industrial esvaziou os campos ao mecanizar as lavouras enquanto a revolução digital esvaziou as fábricas ao robotizar e automatizar os processos produtivos. Esta automação leva ao desemprego e a uma busca constante por novas qualificações.

Percebe-se que, em pesquisas com discentes que trabalham ou com jovens desempregados, a ênfase é dada ao ensino profissional e que este valoriza uma formação que auxiliem a ganhar melhor colocação no mercado e poucos enfatizam a perspectiva cultural.

Os estudiosos sobre o tema Educação França e Scocuglia (2011, p. 28-29) questionam a educação profissionalizante de nível técnico e tecnológico, voltada para o mercado de trabalho, pois acreditam que este tipo de educação não visa à formação do indivíduo de forma integral, uma vez que se configuram como medidas assistencialistas e compensatórias, cuja premissa é suprir uma carência por serviço público necessário com o qual o Estado deveria prover seus cidadãos.

O Estado tem adotado políticas que mais pretendem atender às exigências do mercado, em detrimento da população. Assim, conforme Robson e Scocuglia (2011 p. 19), a política profissional brasileira está orientada na atualidade pelo conceito de empregabilidade, de formação profissionalizante do trabalhador para atuar no mercado de trabalho e não para uma formação humana, do indivíduo como um todo. Frigotto (2001), na mesma linha, diz que uma política que, além de torná-lo empregável, é capaz de possibilitar que este possa atuar em outro serviço, caso venha a ficar desempregado ou a gerir seu próprio negócio, pode ser muito nociva para o futuro sociocultural do indivíduo.

Pereira, Wassem e Caldas (2013) pesquisaram sobre processos de formação na percepção de discentes, dentre várias considerações, destacaram que poucos alunos têm pleno conhecimento do currículo do curso e não estão preocupados com as finalidades das disciplinas que compõem o currículo e de forma geral não reconhecem a importância da integração do saber, mas aceitam a organização fragmentada. Neste trabalho, os autores buscaram “conhecer a visão dos estudantes sobre o currículo de seus cursos e sobre quais ênfases curriculares seriam mais adequadas para prepará-los a viver em uma sociedade e mundo de trabalho caracterizado por rápidas transformações”.

A publicação deste trabalho destacou que 68,3% dos estudantes pesquisados valorizam um currículo que tenha ênfase na formação básica. 62,2 % valorizou o fato de que tenha ênfase também na formação geral, e 37% entendem ser importante a ênfase na formação profissional. Vale dizer, que a pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino público e bem conceituada, onde o acesso ao ensino superior à esta instituição é difícil e especialmente complicado para as classes mais pobres.

É vasto o aparato teórico, que chama a atenção para os problemas contemporâneos, em especial, os relacionados com os processos de formação brasileira, entretanto o Estado assume o pensamento neoliberal e ideológico da globalização, tratando a questão do desemprego como resultado de mudanças e inovações no setor produtivo, responsabilizando o trabalhador pela sua qualificação, como apontam os autores França e Scocuglia (2011).

Lucena *et al* (2014) destacam que é emergente e urgente um trabalho que coloque em evidência a educação de qualidade, diferentemente da moldada pela lógica de mercado que responsabiliza os indivíduos pelo alcance de melhor qualidade de vida:

[...] nossas análises apontam que a nova educação profissional brasileira e, particularmente, seu nível básico, orienta-se pelo conceito de empregabilidade. Como consequência, tem ocorrido um processo de individualização da formação do trabalhador, pelo qual se indica que um é responsável por buscar suas competências a serem alcançadas, segundo o discurso governamental, com o desenvolvimento das habilidades básicas, das habilidades específicas e das habilidades de gestão. Essas habilidades básicas seriam potencializadoras do empreendedorismo na economia “dada”. Entretanto, o que de fato

ocorre é, por outro, um processo ideológico naturalizador da exclusão social e, por outro, a tentativa de redução do processo educativo a um mecanismo instrumental e adaptativo voltado para a integração periférica ou informal no mercado de trabalho (LUCENA *et al*, 2014, p. 178).

Estes autores ressaltam que, no discurso do Estado, o mercado valoriza os mais qualificados e que, para muitos jovens brasileiros que são subescolarizados, a única alternativa de ingresso no mercado de trabalho é ingressar na formação técnica e profissionalizante.

3. POLÍTICAS EDUCACIONAIS, EDUCAÇÃO E PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A Lei Federal nº 9.394/96 (LDB), ao tratar sobre os princípios em que o ensino deverá ser ministrado, no artigo 3º, revela que a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola é fundamental. Diante da nossa realidade mostrada diariamente na mídia, é utópico pensar nesta igualdade, ainda mais se houver uma reflexão, visto que a mídia mostra apenas parte das assimetrias sociais, culturais e econômicas do Brasil, já que, muitas das vezes, não é de interesses de seus patrocinadores porem em destaque a realidade do país.

A desigualdade chega ao processo de formação escolar, desde o nível da educação básica, passa pelo ensino fundamental e, quanto mais se avança no processo de formação de jovens e adultos, ou mesmo no ensino técnico, tecnológico profissionalizante ou superior, a desigualdade sociocultural é gritante. Os fatos, então, mostram que este é um problema histórico da educação, consequência de políticas educacionais apenas assistencialistas implantadas ao longo do tempo.

Professor Libâneo (2012) questiona a política que está mudando a missão da escola, a missão social de acolhimento está sobressaindo à missão pedagógica. Este autor ainda chama atenção para a situação atual da formação de professores, com diferentes concepções de formação e diferentes formatos curriculares e aponta para a dicotomia desigualdade social x desigualdade educativa:

[...] o problema está na distorção dos objetivos da escola, ou seja, a função de socialização passa a ter apenas o sentido de convivência, de compartilhamento cultural, de práticas de valores sociais, em detrimento do acesso à cultura e à ciência acumuladas pela humanidade. Não por acaso, o termo igualdade (direitos iguais para todos) é substituído por equidade (direitos subordinados à diferença) (LIBÂNEO, 2012, p. 23).

Percebe-se que a educação formal, do modo como está, molda os indivíduos desde sua infância, sem levar em consideração as diversidades, sem proporcionar integração e sem muito menos considerar as realidades e, assim, fica comprometido todo o processo de formação cultural e científico.

A política de Educação Integral implantada no Brasil, em algumas escolas, desde 2008 – que, vale dizer, não é uma política de educação integral, mas sim educação de tempo integral – ainda está longe de atender estas demandas. Isto, devido ao projeto de educação integral, que deveria ser, na prática, aplicado ao que se diz nos documentos oficiais, impondo-se condições de igualdade para todos, ricos, pobres, que necessitem de atenção especial ou não, pois o convívio com as diversidades é extremamente enriquecedor durante a formação.

Este problema se agrava devido à postura dos muitos brasileiros que, diante de debates e de discussões sobre este tipo de política, é passiva e silenciosa. A sociedade se cala, está mais preocupada com questões imediatas, com outros espaços de socialização, como a mídia e as tecnologias que os encantam. Percebe-se nela um excesso de informação, mas pouco ela sabe sobre si mesma.

À baila disto tudo, vemos que poucos movimentos sociais resistem e que bem menos integrantes ainda conversam com seus membros sobre a realidade e lutam para preservar sua cultura. De certo modo, isto também alimenta uma concepção de educação não mais vista como o processo capaz de fazer com que a pessoa consiga extrair o melhor de si, mas, longe disto, compatível com a tendência do contexto atual, voltada ao imediatismo do sistema econômico capitalista, bastante motivada ao consumo, e que não valoriza as diversidades culturais, dando mais e melhores oportunidades.

O vídeo documentário, “Escolarizando o Mundo”, dirigido por Carol Back (2012), mostra que a educação formal pode possuir o lado bom e ruim.

Existe a possibilidade da educação formal ser mal utilizada. Back (2012) mostra o lado perverso da educação no documentário que editou. Segundo este documentário, a educação é mal utilizada no momento em que ela atende exclusivamente à lógica capitalista, no momento em que ela é alienadora e que também serve para extinguir culturas.

As tecnologias ajudam neste caminho, se de um lado reduzem distâncias, ajudam a melhorar as aulas e são também espaços constitutivos de aprendizagem, por outro lado, o modo como estas ferramentas são usadas deve ser criteriosamente estudado, pois, ao que parece, têm contribuído para o comprometimento do princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, uma vez que tem retirado alunos e professores das salas de aula – hoje, é bastante comum escolas sem alunos, aulas sem professores.

Paulo Freire (2011), ao discutir o papel do docente, considera que o professor não é um ser acabado, que sabe tudo, diz que ele também está em constante aprendizagem e ao optar por uma forma de atuar que valoriza o diálogo, problematizadora, abolindo a educação bancária, em que serve apenas para transmitir informações, ele consegue também aprender com seus alunos, instituindo um processo recíproco, ao mesmo tempo em que o professor ensina, ele também aprende e o mesmo ocorre com o aluno, que consegue aprender melhor, torna-se mais crítico e até mesmo mais autônomo. Estes ensinamentos não podem ser esquecidos com o deslumbre pelas tecnologias, nem pela busca por caminhos mais curtos.

4. A EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE: POLÍTICA, INTENCIONALIDADE, AVANÇOS E RETROCESSOS

A educação profissional no Brasil passou por vários avanços e retrocessos ao longo do tempo. Santos e França (2011), ao tratar sobre a reestruturação produtiva do mundo do trabalho e sobre a formação profissional tecnológica, dizem que a formação do trabalhador começou desde o período de colonização, tendo os índios e os escravos como os primeiros aprendizes de ofícios. Segundo estes autores, no ano de 1785, houve uma estagnação do desenvolvimento tecnológico brasileiro com a proibição da existência de

fábricas, por Portugal, sendo revogada esta proibição apenas em 1808, por D. João VI.

Depois disto, somente em 1906, com o advento do Decreto 787, de 11 de setembro de 1906, foram criadas as primeiras escolas profissionais na Unidade Federativa, visando à aprendizagem de ofícios e aprendizagem agrícola. Ainda segundo os autores acima, quando Nilo Peçanha assume a Presidência do Brasil, foram criadas mais dezenove escolas deste tipo em todo o território. Somente em 1942, começa um processo de vinculação do ensino industrial à estrutura de ensino no Brasil, no sentido dos alunos formados nos cursos técnicos ficarem autorizados a ingressar no ensino superior em áreas equivalentes a sua formação.

Percebe-se, no estudo dos autores acima, que somente em 1978, as três Escolas Técnicas Federais dos Estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro foram transformadas em CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica.

As Leis 9.394/96 e 11.741/2008 também tratam sobre a educação profissional e tecnológica brasileira e mais recentemente os Decretos 5.224 e 5225 de 2004 elevaram os CEFET's a Institutos Federais de Educação Superior, dando a estes Institutos a condição de Universidades Públicas e em 2007, foi criado um plano de expansão desta rede de ensino profissionalizante.

Em 2013, o programa “Todos pela Educação” divulgou no “Anuário Brasileiro da Educação Básica”, que era meta do PNE – Plano Nacional da Educação, triplicar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta a pelo menos 50% da expansão no setor público. Conforme este documento, o PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado em 2011, seria o principal programa do governo federal na área de educação profissional.

Esta política de expansão carece de diálogos, reflexões e atitudes positivas, visando melhorias, pois, assim, como os demais níveis da educação, também sofrem interferências dos organismos internacionais. Lima e Freitas (2013) reforçam este ponto de vista, pois ressaltam que, embora o país tenha progredido na universalização do ensino fundamental, muito pouco avançou

quanto à educação profissionalizante e a democratização da educação como um todo.

França e Scocuglia (2011 p. 23) reforçam esta percepção, pois afirmam que a educação profissionalizante brasileira está mais preocupada em ensinar competências e técnicas que transmitir conhecimentos, além disso, o discurso do Estado em relação ao processo de formação tem a intenção de transferir para o indivíduo a responsabilidade pela sua própria educação. Em muitos discursos prega-se que o mercado valoriza os mais capacitados, porém, sabe-se que em várias ofertas de emprego para certo nível escolar, pessoas bem mais escolarizadas concorrem, e assim aqueles com menor grau de instrução e até mesmo com grau de instrução compatível com o requisito para o cargo é excluído e responsabilizado pela exclusão, restando-lhe um sentimento de culpa e fracasso, sendo que, na realidade, o sistema é que é totalmente excludente.

Rua (2012, p. 21-33) caracteriza as políticas públicas brasileiras como assistencialistas e compensatórias, no sentido de adotarem medidas afirmativas que visam compensar injustiças passadas. Outros autores como Santos (2012, p. 82-87) e Coelho (2012, p. 101), ao tratarem dos problemas contemporâneos brasileiros e mais especificamente a partir de 1990, lembram que os governantes ainda possuem grandes desafios a serem enfrentados no sentido de solucionar estes problemas. Estes desafios são o de implementarem políticas que realmente atendam ao interesse da população, dos movimentos sociais, que reivindicam dos governantes ações no sentido de efetivar as correções de injustiças e ainda ações que façam com que o Estado passe a cumprir suas funções de Estado Necessário e não apenas funções reguladoras.

5. CONTEXTOS ATUAIS DOS ESPAÇOS URBANOS, TERRITÓRIOS E OS DESAFIOS PARA A QUALIDADE DA FORMAÇÃO

O contexto atual é composto por um mundo globalizado e, como consequência desta globalização, temos espaços urbanos e territórios que sofrem com problemas como falta de mobilidade urbana, violência, falta de

educação, falta de infraestruturas, falta de saneamento básico, dentre tantos outros.

Os dados do Censo Demográfico 2010 divulgam números impressionantes sobre os territórios classificados como subnormais, englobando assentamentos irregulares, favelas; invasões; grotas; baixadas; comunidades; vilas; ressacas; mocambos; palafitas; margens de córregos, de rios e lagos; aterros sanitários, lixões, faixa de domínio de rodovias e ferrovias dentre outros:

Aglomerado subnormal - É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas, etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e/ou densa. A identificação dos aglomerados subnormais é feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuir pelo menos uma das seguintes características: • urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou • precariedade de serviços públicos essenciais, tais quais energia elétrica, coleta de lixo e redes de água e esgoto. Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período (IBGE, 2010, p. 18).

Estes dados refletem alguns dos problemas urbanos contemporâneos, desafios para as políticas públicas, para as políticas educacionais e para todos os envolvidos com a educação. Para estes, em especial, a questão é mais delicada, uma vez que o Estado adota uma política voltada para resultados, responsabilizando a escola pelo êxito e insucesso dos alunos e professores, além de atribuir novas funções à escola, além da função pedagógica, a escola passa a cumprir a função de proteção social.

A aprendizagem é o foco da escola, mas, para que ocorra a aprendizagem, outros requisitos são essenciais como, por exemplo, currículo, professores qualificados, gestão capacitada, sistema de avaliação, condições humanas, físicas, materiais e financiamento.

Questões e dilemas relacionados com a aprendizagem deveriam ser de interesse de todos. Entretanto, não é assim. Desta maneira, o papel da escola pode ter várias configurações, dependendo da concepção de quem estiver discutindo sobre o assunto. Um olhar mais crítico sobre o papel da escola irá perceber que existe uma escola do conhecimento para ricos e uma escola de integração para os pobres, conforme aponta Libâneo (2012).

O filme documentário “O Mundo global visto do lado de cá”, encontro com Milton Santos, de Silvio Tendler, mostra que o contexto atual, caracterizado como globalizado, é fruto de um longo período, marcado por fatos históricos: o processo de ocupação territorial, a fragmentação dos territórios, a revolução tecnológica, o desmonte do estado de bem estar social, o humanismo substituído pelo consumismo, dentre outros.

O mundo global mostrado neste documentário é perverso, e aos olhos das autoridades, a única crise é a crise financeira. Grandes empresas escapam do controle dos governos e ocupam vários territórios, de forma que, para fabricar um equipamento, as peças vêm de vários países, em especial de países onde a exploração da mão de obra é permitida. E, assim, estas grandes empresas, detentoras dos meios de produção, não têm responsabilidade sociais para com trabalhadores e nem com os espaços urbanos e territórios que ocupam para realizarem suas produções.

Percebe-se neste filme, a luta de povos de diversos países, defendendo a não privatização da água, apoiada pelo Banco Mundial. O mesmo Banco que financia muitos projetos educacionais no mundo inteiro. Diante disto, pode-se questionar: que Educação é esta? Atenderá aos interesses de quem? No caso brasileiro, o Estado prioriza a universalização do fundamental, por quê? Por que secundarizar a educação na fase em que os agentes se tornam mais críticos? São vários os questionamentos que podem ser feitos.

Este também mostra que a mídia nem sempre é fiel na exposição desta perversidade, salvo algumas exceções como, por exemplo, os documentários em estudo, os trabalhos científicos divulgados, isto porque as agências nacionais e internacionais de informação estão muito ligadas com a classe dominante, detentora dos meios de produção.

O lado perverso da educação é também mostrado neste documentário, quando tira os sujeitos, as crianças de suas realidades para moldá-las através duma educação que molda conforme parâmetros estabelecidos quase sempre pela classe dominante, pelo sistema de produção que não considera suas relações, seu habitat, seus costumes.

O programa “Todos pela Educação” (2013) demonstra que são palpáveis as desigualdades brasileiras referentes ao processo de formação:

Um dos maiores desafios da Educação brasileira - no curto, médio e longo prazos – está, sem dúvida, relacionado à formação de professores e, em especial, à valorização da carreira do magistério... O Brasil tem ainda uma escola do século 19, um professor do século 20 e um aluno do século 21 (BRASIL, TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2013, p. 94 e 95).

Os documentários e documentos estudados oferecem um alerta sobre problemas contemporâneos. Nos últimos anos, muito foi falado sobre globalização. Na atualidade muito estamos ouvindo sobre internacionalização universitária e escolarização universal. No campo da educação, os desafios são tantos, desde econômicos, estruturais, até de atitudes, posturas. Precisa-se cada vez mais refletir e debater sobre qual educação é almejada. Para que? , por quê? E ainda como educar? Como lidar com as especificidades de cada sujeito.

Neste sentido, Souza (2010) ressalta que, no Brasil, em alguns movimentos sociais, como o MST (Movimento dos Sem Terra) já apresentam esta preocupação com a formação de seus integrantes. Estes grupos lutam por uma educação do campo coerente com suas realidades, por uma educação feita em conjunto com os povos dos movimentos e não um currículo comum tanto para a educação urbana quanto do campo dentre outras reivindicações. Os estudos desta autora também mostram algumas conquistas deste Movimento. Percebe-se que a luta dos integrantes do MST não se limita à luta pela posse da terra, eles lutam para que seus filhos tenham acesso à escola com currículo voltado à sua realidade, bem como por políticas públicas que os beneficie.

Percebe-se que no contexto dos espaços urbanos os territórios são diversos, com problemas e desafios variados, porém, os desafios para a qualidade da educação são recorrentes e enfrentados por todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se discutir e refletir de modo amplo sobre as contribuições das teorias de diversos autores estudados, assim como, a articulação destas teorias com os documentários aqui analisados e discutidos. As reflexões sobre o tema estudado, em especial sobre o foco de estudo, permitem várias considerações.

Defende-se que os processos de formação humana deveriam ser promovidos pelo Estado, em escolas com qualidade, em igual condição de acesso a todos, desde a educação básica até os níveis mais elevados do ensino, conforme os pressupostos teóricos embasados em Marx, de forma multilateral, portanto, plena, capaz de preparar o cidadão para a vida, física, espiritual, social e também profissional, proporcionando assim, uma formação integral, para a vida, possibilitando compreensão da realidade, dos processos de ensino-aprendizagem, sobretudo, que fosse capaz de valorizar os saberes prévios dos povos e suas realidades culturais, bem como seria capaz de se alinhar com as rápidas transformações sociais.

Desta maneira, considera-se que a escola é o coração da aprendizagem, conforme os dizeres de Libâneo (2012), e que esta seja vista de maneira não isolada, que haja intersetorialidade com outras instituições ao seu redor, almejando o construir juntos, conforme reivindica alguns movimentos sociais, em especial o apresentado por Souza (2010).

Considera-se esta uma das melhores maneiras de rupturas, concretas, no sistema de ensino engessado, oferecido no Brasil. Defende-se também que as políticas públicas precisam manter esta intersetorialidade, pois os problemas socioeconômico da maioria dos brasileiros refletem diretamente no sistema educacional. Acredita-se que o Estado não pode transferir para a Escola papeis que são de outros órgãos.

Quanto ao ensino técnico e profissionalizante, seus avanços e retrocessos permitem perceber como os problemas desta modalidade de

ensino são históricos, e que esta modalidade de ensino atende aos interesses do capitalismo, dos donos dos meios de produção. Entretanto, considera-se que, mesmo que o ensino seja profissionalizante, se docentes e discentes estiverem abertos às reflexões, ao diálogo, a aprenderem e a ensinarem juntos, haverá formação de conhecimento, muito além da simples informação dada sobre técnicas operacionais e competências.

Considera-se que a política educacional carece de mudanças mais profundas e menos incrementais na área da educação profissionalizante. O Estado precisa valorizar mais o cidadão e preparar políticas educacionais capazes de atendê-los de forma mais satisfatória. Estas políticas devem ser capazes de preparar ou capacitar os agentes da educação, para construírem currículos e projetos pedagógicos apropriados para os problemas contemporâneos, para as realidades vividas pelos brasileiros.

O aluno, ao concluir o ensino médio, técnico, tecnológico ou superior deve ser capaz de perceber a realidade, os problemas vivenciados, deve ser capaz de reflexão crítica e de problematizar e articular formas de mudar as condições postas. Defende-se que o aprendizado adquirido seja concreto, capaz de proporcionar autonomia ao aluno, para que este possa gerir seu projeto de vida, conforme nos ensina sabiamente Paulo Freire.

É emblemático que os problemas urbanos e dos territórios sejam tantos e considere-se que a não reflexão e o não debate sobre este assunto contribuem para que as políticas continuem sendo incrementais e assistencialistas. O debate instiga novos olhares e posturas, assim como está acontecendo, no exemplo citado por Souza (2010), com os movimentos sociais mais organizados, as respostas e caminhos estão surgindo, juntamente com conquistas, com novas percepções e posturas.

Apresentamos a seguinte pergunta problema: Existe uma formação ideal diante das rápidas transformações em todos os espaços, e de nosso processo histórico de educação e ainda frente à tendência ao imediatismo da atualidade? Ela, então, é respondida com as considerações de que: não devemos buscar soluções imediatas para problemas históricos. E ainda que o processo de formação é dever do Estado, da família e também da sociedade. Portanto, todos são agentes no processo de mobilização em prol de melhorias no sistema de ensino.

Assim, os avanços tecnológicos devem ser aproveitados como ferramentas capazes de contribuir com a construção de novos conhecimentos e não apenas como entretenimento, que muitas vezes tiram o foco da aprendizagem. O processo ensino-aprendizagem deve ser recíproco, e neste, o diálogo deve prevalecer. O professor mediador, motiva o aluno na construção de um aprendizado, mas também aprende com o aluno, com suas experiências, com seu modo de perceber e problematizar as realidades.

O processo de formação para o docente deve ser continuado, assim como para os demais integrantes da escola, para que estes não fiquem desalinhados das realidades, conforme Ramos mencionou no Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2013, “uma escola do século 19, docente do século 20 e aluno do século 21”.

O Estado precisa fazer sua parte de Estado Necessário e tratar para que a Educação seja de qualidade, para que os recursos da educação sejam realmente aplicados da melhor forma possível e de acordo com os interesses e necessidades dos cidadãos e não de acordo com exigências internacionais ou de interesses da classe produtora ou de alguns corruptos.

Faz-se necessário refletir sobre os valores que estão sendo passados para as gerações futuras. A cultura do consumismo é uma tendência, entretanto, precisa ser revista e ou tratada, pois para alguns chega a ser um transtorno. Valores tradicionais de preservação e sustentabilidade precisam ser vivenciados e aplicados na atualidade, não se pode esquecer que gerações futuras virão, esta é uma questão de responsabilidade.

O conhecimento empírico precisa ser trabalhado, novos olhares e reflexões são capazes de transformar o conhecimento, antes empírico em conhecimento crítico, capaz de transformações em modos de vida, modos de aprendizagem, modos de consumo e assim uma nova sociedade mais consciente pode historicamente começar a ser construída.

Todos têm saberes, conhecimentos, limitações e possibilidades e conforme Paulo Freire (2011) sabiamente nos diz: “Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre”. E acreditando nisto, nossa resposta à pergunta problema é sim, existe um processo de formação ideal e

este processo deve focar a formação humana e assim buscar superar os diversos desafios que surgem com as rápidas transformações sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2013*. Todos pela Educação. Editora Moderna. Brasil. 2013.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm >. Acesso em: jan. 2014.

BRASIL. *Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008*. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008.

BRAZIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

CALDAS, T. A., WASSEM, J., PEREIRA, E. M. A. *Formação profissional, básica ou geral: o que pensam estudantes da Unicamp*. Revista Ensino Superior nº 10. Junho-setembro 2013. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/formacao-profissional-basica-ou-geral-o-que-pensam-estudantes-da-unicamp>. Acesso em: Jan. 2015.

BACK, Carol (Direção). *Escolarizando o mundo*. Filme. Produzido em 2012. disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/alo-professor/intervalo/2014/01/escolarizando-o-mundo>. Acesso em outubro 2014.

COCCO, Giuseppe. *Trabalho e Cidadania: produção e Direitos na Crise do Capitalismo Global*. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COELHO, Ricardo, C. *Estado, governo e mercado*. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração. UFSC, 2012.

DOURADO, Luiz, F. *Reorganização dos Sistemas Públicos e Privado da Educação Superior no Brasil*. Linhas Críticas, Brasília, v. 11, n. 20, p. 103 -117, jan/jun. 2005.

FRANÇA, Robson L, SCOCUGLIA Afonso C. C. *O discurso e a Educação Profissional de Nível Técnico e Tecnológico*. In: SCOCUGLIA Afonso C. C. et al. (Org.). *O controle do trabalho no contexto da reestruturação produtiva do capital*. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2011.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

FRIGOTTO, G. *Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora*. Perspectiva, Florianópolis: CED/UFSC, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463/7770>. Acesso em: 01 abr. 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIVATTA, Maria. *Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado?* Trabalho, Educação e Saúde [online]. 2003, vol.1, n.1, pp. 45-60. ISSN 1981-7746.

GOMES, V. C. *O ajuste das políticas educacionais às determinações do capital em crise: considerações iniciais sobre os rumos na América Latina*. In: BERTOLDO, E., MOREIRA, L. A. L. JIMENEZ, E. (Org.). Trabalho, educação e formação humana frente a necessidade histórica da revolução. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

IBGE. *Censo Demográfico 2010. Aglomerados subnormais. Informações Territoriais*. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf. Acesso em 05 de março de 2015.

IBGE. *Censo demográfico 2010*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais_informacoes_territoriais/informacoes_territoriais_tab_pdf.shtm. Acesso em Jan. 2015.

LIBÂNIO, José C. *O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres*. Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 38, p. 13-28, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323>. Acesso em. 03 de março de 2015.

LIMA, Antônio, B; FREITAS, Dirce, N. T. (Org.). *Políticas sociais e educacionais: cenários e gestão*. Uberlândia: EDUFU, 2013.

LOMBARDI, José C. Modo de Produção, Transformações do Trabalho e Educação em Marx e Engels. In: LOMBARDI, José C.; LUCENA, Carlos; PREVITALLI. (Orgs.). *Mundialização do Trabalho, Transição Histórica e Reformismo Educacional*. Edição Eletrônica. Campinas, SP. Librum Editora, 2014.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos-filosóficos, 1844. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. *Trabalho estranhado e propriedade privada*. Tradução Jesus Ranieri. Disponível em: http://www.giovannialves.org/Manuscritos_TrabalhoEstranhado.pdf. Acesso em: 01 abr. 2014.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. 1º Livro, v.1. Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. Ed. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia alemã*. Editorial Boitempo. Brasil, 2007.

RUA, Maria, G. *Políticas Públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, UFSC, 2012.

SANTOS, Maria Paula, G. *O Estado e os problemas contemporâneos*. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração. UFSC, 2012.

SOBARZO, O. Reflexões sobre a cidade e o urbano: [...]. In: *Revista cidades – a cidade e o urbano: uma busca conceitual*. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004, V. 6, n. 10, p. 359-379.

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação, escola e povos do campo: práticas educacionais em questão*. In: Leôncio Soares et.al. Convergência e tensões no campo de formação e do trabalho docente. Belo Horizonte, Autêntica, 2010, p. 441-459.

SROUR, R. H. Poder, cultura e ética nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

TENDLER, Silvio. *Globalização Milton Santos - O mundo global visto do lado de cá*. Filme de 2002. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM. Acesso em 2014.

SOCIALIZAR PARA RESSOCIALIZAR: POR UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS APENADOS NO SISTEMA PRISIONAL MINEIRO

Álvaro de Souza Vieira¹⁹
Prof. Dr. Marcelo Pessoa²⁰

RESUMO: O objetivo do presente artigo é apresentar e descrever as políticas públicas de ressocialização propostas pela Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS, do Estado de Minas Gerais, desempenhadas por intermédio da Subsecretaria de Administração Prisional – SUAPI, vislumbrando a real importância do aspecto individualizador do cumprimento de pena, haja vista que parte da população carcerária nunca fora em tempo pretérito, apresentada aos jeitos socializadores aceitos pelas convenções éticas e morais promovidas pelo Estado brasileiro no que tange à convivência social. Ainda, analisam-se aspectos da efetividade da ressocialização desenvolvida pela Superintendência de Atendimento ao Preso – SAPE e suas diretorias específicas, bem como as dificuldades ao processo de reintegração do apenado e egresso à vida socialmente aceita. Alguns dos dados que fomentam o presente artigo foram dispensados pelas superintendências subordinadas à SUAPI/SEDS.

PALAVRAS-CHAVE: Ressocialização, Socialização, Apenado, Egresso, Políticas Públicas.

ABSTRACT: The aim of this paper is to present and describe the public policy of rehabilitation proposed by the State Department of Social Protection - SEDS, the State of Minas Gerais, performed through the Prison Administration Secretariat - SUAPI, seeing the real importance of individualizing aspect of serving a sentence, given that part of the prison population had never been in past tense presented to socializing ways accepted by ethical and moral conventions promoted by the Brazilian government regarding the social coexistence. Still, we analyze aspects of the effectiveness of rehabilitation developed by the Office of Customer Service Back – SAPE and their specific boards, and the difficulties the reintegration process of the convict and egress to life socially acceptable. Some of the data that foster this article were waived by the Superintendence subordinate to SUAPI/SEDS.

KEYWORDS: Rehabilitation, Socialization, Convict, Egress, Public Policies.

¹⁹ Especialista em Gestão Pública pela FaPP – Faculdade de Políticas Públicas “Tancredo Neves”, Unidade da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.

²⁰ Orientador do Programa de Pós-Graduação da FaPP. Docente na UEMG, Unidade Frutal. Possui Bolsa de Professor Orientador – BPO. Desenvolve Projeto de Pesquisa com o apoio da UEMG e do Estado de Minas Gerais, via prêmio de fomento à pesquisa docente obtido por meio do Edital PAPq 08/2015.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo traz um estudo sobre os constantes desafios enfrentados por um órgão pertencente à administração direta vinculada à SEDS – Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais. Trata-se da SUAPI – Subsecretaria de Administração Prisional, no que tange à implantação, desenvolvimento, aplicação e análise de políticas públicas inerentes ao aspecto da ressocialização²¹ e reinserção do indivíduo apenado²² sob custódia do Estado, bem como o egresso²³, por meio das bases estruturais, como: inserção da política de atendimento ao preso, inserção do ensino e profissionalização, do atendimento psicossocial e à saúde, trabalho e produção e CTC – Comissão Técnica de Classificação.

É sabido que parte relevante dos custodiados não se adaptam aos periódicos²⁴ impostos pela Subsecretaria e pelo poder Judiciário, acarretando – em termos de gestão – certa frustração nos objetivos da execução das políticas públicas oferecidas. Além disso, tal nuance acaba por não colaborar com a reinserção do indivíduo à sociedade, lema central da subsecretaria.

Embora haja políticas públicas em ressocialização, tal fator pode estar diretamente ligado a um aspecto percebido, mas, muitas vezes, pouco abrangido no bojo individual: o apenado nunca fora antes socializado²⁵. Logo, identificada tal problemática pontual, não há o que se falar ou promover à ressocialização do indivíduo, uma vez que o sujeito apenado nunca fora apresentado a aspectos como habilidades e sentimentos socializadores, ainda mais em se tratando de alguém que juridicamente lesou a sociedade e está pagando por isso.

²¹ Aqui, tornar-se sociável aquele que está desviado das regras morais e/ou costumeiras da sociedade; trazer de volta à socialização, ao convívio social.

²² Conforme o dicionário trata-se do “indivíduo que foi condenado a cumprir alguma pena; que foi punido ou castigado (adj.)”.

²³ Conforme a LEP – Lei de Execução Penal, considera-se egresso o liberado definitivo, pelo prazo de 1 (um) ano a contar da saída do estabelecimento e o liberado condicional, durante o período de prova.

²⁴ Publicações geralmente publicadas em intervalos de tempo regulares, tratando-se de assuntos específicos do órgão ensejado.

²⁵ Aqui, entende-se por “socializar” a ideia geral de desenvolver no indivíduo um conjunto de habilidades e sentimentos para torná-lo apto a viver em sociedade.

Então, se é esta a premissa, como querer ressocializá-lo, ou, como agenciar o custodiado, apresentando-o e inserindo-o às políticas públicas de ressocialização presentes no imaginário coletivo ou àquelas disponibilizadas pelo Estado? Deve-se pensar na promoção da funcionalidade do custodiado e do egresso ao devolvê-lo ao seio social, sobretudo porque efetivamente essa é a grande finalidade da imposição da pena.

Isto posto, pretende-se aqui apresentar um estudo à real e iminente necessidade de se estimular o desenvolvimento no custodiado e no egresso das questões básicas para a vivência em sociedade, numa busca de identidade, aguçando a capacidade interpretativa, analítica e crítica, em conformidade com os valores de conduta e ética de uma sociedade pós-moderna. O reconhecimento de tais valores proporcionará ao reeducando a possibilidade de transformá-lo em um indivíduo reflexivo, responsável e consciente de seus atos, capaz de refletir e diferenciar as gradações de um meio estritamente penal e um meio social. Também, o aspecto socializador não é executado, embora a assistência ao apenado seja algo previsto no ordenamento jurídico, sobretudo na LEP – Lei de Execução Penal, considerada uma das mais bem elaboradas e modernas do mundo.

Na Penitenciária Industrial de Guarapuava/PR, em 14/10/2014, presos principiaram um movimento de subversão que culminou em uma eminente rebelião. Dados da Secretaria Estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná apontaram que a Unidade estava com 239 presos matriculados, para um total de 240 vagas existentes. Além disso, os detentos denunciaram o descaso com que estão sendo tratados no cumprimento de suas penas. Por conseguinte, possivelmente o fator superlotação definitivamente não foi o estopim, e sim só a ponta do *iceberg*.

A denúncia de descaso remete à necessidade de possibilitar na *práxis* um atendimento individualizado da pena. Uma expressão dita pelo Secretário de Segurança Pública, Leon Grupenmacher, após os atos, é passível de análise, momento em que o mesmo citou que desconhecia a causa da rebelião, sobretudo porque não havia superlotação e a ressocialização existia ali, pois os custodiados têm aula e trabalho. Segundo o *site* da “Rede Globo de Televisão”,

conforme disse a vice-presidente do Sindarspen²⁶, a unidade já foi exemplo de penitenciária para o país²⁷.

Sapori (2011) apontou que de 2003 a 2010 em Minas Gerais, com investimentos feitos na área de segurança pública, houve um decréscimo de 40% da criminalidade, sobretudo pelo fato de ter assumido a questão prisional, onde a população carcerária duplicou em seis anos:

Os bons resultados da política de segurança pública em Minas Gerais, desde 2003 (...), são reconhecidos nacionalmente. Os projetos de prevenção social da criminalidade como o Fica Vivo, Mediação de Conflitos e Acompanhamento de Penas Alternativas (...). A questão prisional tem sido abordada de forma corajosa (...), algo impensável há dez anos (...). Os níveis de criminalidade violenta em Minas Gerais entre 2003 e 2010 foram reduzidos em mais de 40 % (SAPORI, 2011, p. 14).

Em síntese, para o desenvolvimento do estudo descrito neste artigo, faz-se necessário conhecer e reconhecer o perfil do custodiado e as impressões perante as políticas públicas oferecidas pela Subsecretaria, a fim de estabelecer uma análise cognitiva das políticas públicas de ressocialização.

2. BREVE EXPLANAÇÃO SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO

2.1. Pela história

Em conformidade com Miotto (1992), o direito penitenciário resultou do desenvolvimento da ciência penitenciária. Com o tempo, o segmento penitenciário passou a ser regido pela égide da ciência normativa e regulamentar, acrescentando-se padrões jurídicos, passando-se a pensar mais nos direitos dos custodiados, sobretudo pós Revolução Francesa (1789-1799).

Anteriormente, a origem da prisão possuía um caráter cautelar, análogo ao padrão prisão-pena comungado na atualidade, mas, a prisão em si, só

²⁶ Primeiro Sindicato dos Agentes Penitenciários no Paraná, o SINDARSPEN, um dos maiores e mais atuantes sindicatos de representação de servidores públicos do estado.

²⁷ Na citada penitenciária, só adentravam presos interessados em ressocializar-se por meio de uma seleção. Não há mais critérios, onde indivíduos perigosos conseguem disseminar a revolta entre os outros detentos se algo não os agrada.

passou a acontecer após o encontro da sociedade com o instrumento da privação de liberdade, conforme escreveu Foucault (1997):

Pode-se, portanto, falar em um excesso ou uma série de excessos do encarceramento em relação à detenção legal do “carcerário” em relação ao “judiciário”. Ora, esse excesso é desde muito cedo constatado, desde o nascimento da prisão, seja sob a forma de práticas reais, seja sob a forma de projetos (...). A grade maquinaria carcerária está ligada ao próprio funcionamento da prisão. Podemos ver o sinal dessa autonomia nas violências “inúteis” dos guardas ou do despotismo de uma administração que tem os privilégios das quatro paredes. Sua raiz está em outra parte: no fato, justamente, de que se pede que à prisão seja “útil”, no fato de que a privação de liberdade – essa retirada jurídica sobre um bem ideal – teve, desde o início, que exercer um papel técnico positivo, realizar transformações nos indivíduos (FOUCAULT, 1997).

Nessa época, o caráter vingativo da pena tinha um apelo religioso-divino²⁸, impondo aos errantes normas e condutas de castigo rigorosas. Tal conduta estendeu-se até os dias da justiça contemporânea, e a punição tornou-se circunstância esperada por parte relevante da sociedade ativa, desejosa de que os tribunais e juízes incorporassem o direito divino num formato generalizado.

O direito canônico assimilou e adaptou o direito romano às condições sociais, o que colaborou para a relevante humanização do direito. As penas passaram também a ter uma conotação regenerativa, levando o criminoso ao arrependimento, embora historicamente isso tenha acontecido mais durante a Inquisição, e isso, paradoxalmente, fortalecia o poder público.

Vale ressaltar que a Igreja era contra a pena de morte²⁹ (NORONHA, 1991). Porém, devido a heranças deste segmento social contaminaram o sistema prisional, do modo como o conhecemos hoje, tanto que os locais destinados ao emprego dos castigos eram e ainda são chamados de “penitenciários”, destinados ao cumprimento de penitências, onde os sentenciados ficavam aguardando o momento de se dirigirem à fogueira.

Contudo, antes da Revolução Francesa, começaram a aparecer as primeiras prisões legais, destinadas aos pequenos delinquentes. Vale ressaltar

²⁸ O direito e o poder emanavam de Júpiter, considerado o deus criador e protetor do universo. Dessa divindade provinha o poder dos reis e em seu nome se procedia à imposição do castigo.

²⁹ Com isso, acabou recebendo influências diretas do Cristianismo, pavimentando o princípio da consagração e da moral, objetivando a regeneração do errante.

que os primeiros presídios eram voltados mais para o trabalho do que para a correção propriamente dita, a fim de fomentar a nova era industrial alavancada naquele século. Esse é o modelo que serviu de inspiração para a pós-modernidade.

2.2. Sistema penitenciário brasileiro

Os principais pilares existentes para o efetivo cumprimento de pena dos errantes do sistema carcerário brasileiro baseiam-se tão somente em pressupostos legais movidos pela ciência do direito, respaldados na necessidade de integrar os direitos humanos adquiridos em tratados internacionais e na preservação da integridade física, moral e psíquica do apenado. Assim, com o passar do tempo, a prisão passou a ser não só instrumento de castigo e expiação, como também um reenquadramento sociocultural do errante.

Faziam parte do Código Criminal do Império as seguintes penas: morte, prisão com trabalho, banimento, prisão simples, multa, entre outras. Em 1927, as penas foram divididas e orientadas em principais e acessórias. Num formato progressista, no Código Penal de 1940, a pena de reclusão passou a não ser superior a 30 anos e a de detenção não superior a 03 anos, denominadas penas privativas de liberdade, predominantes na atualidade.

Em tempo pretérito, a pena possuía um caráter de retribuição³⁰, momento em que o Estado incorporava o papel de efetivamente aplicar certa sanção imposta, num patamar de monopólio. Tal demanda foi alterada após a reforma do Código Penal, em 1984, haja vista a presunção de existência de um Estado Democrático de Direito, incorporador de um regime retributivo-preventivo³¹.

Com a aprovação da Constituição de 1988, a pena de caráter perpétuo manteve-se vedada, ocasião em que a progressão para regimes de cumprimento de pena mais brandos viabilizou a ideia da reintegração do indivíduo ao seio social. Com isso, a Justiça brasileira adquiriu um viés

³⁰ O crime cometido pelo agente precisa ser reprimido com rigor pelo Estado, de forma que o delinquente não reincida ao erro.

³¹ Sendo infringida a norma legal, o Estado atuará com o mesmo rigor sobre o agente.

ressocializador. Além disso, com a reforma do Código Penal Brasileiro, a LEP – Lei de Execuções Penais foi promulgada, garantindo, entre outros direitos, em seu Artigo 10, o fato de que “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (BRASIL, 1984).

Tabela 1- Maiores populações carcerárias

	Estados Unidos	China	Brasil	Rússia
Países com maior população carcerária	2.228.424	1.701.344	711.463	676.400

Fonte: DMF/CNJ, 2014

Também, a deterioração do Sistema Carcerário Brasileiro é algo que se impulsionou nos últimos 20 anos. Quase nada renovável, muitas vezes, a oferta de surgimento de vagas ou transferências é o método assistencialista imediato. Segundo apresentou Foucault (2000):

Uma coisa, com efeito, é clara: a prisão não foi primeiro uma privação de liberdade a que se teria dado em seguida uma função técnica de correção; ela foi desde o início uma ‘detenção legal’ encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação dos indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal. Em suma, o encarceramento penal, desde o início do século XIX, recobriu ao mesmo tempo a privação de liberdade e a transformação técnica dos indivíduos (FOUCAULT, 2000, p.197).

No Brasil, o sistema penitenciário baseia-se nos modelos *filadélfico*, de 1790, (isolamento celular); *auburniano*, de 1818, (trabalho coletivo e absoluto silêncio); os sistemas progressivos, como o modelo *inglês* (isolamento em cela diuturnamente, trabalho e liberdade condicional), *irlandês* (trabalhos noturnos e ao ar livre).

Uma forma alternativa de cumprimento de pena, instituiu-se com o denominado método APAC – Associação de Proteção e Assistência aos

Condenados³², criada no ano de 1972, em São José dos Campos, por um grupo de voluntários cristãos.

3. A SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL – SEDS

A Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS foi criada em 2003, a partir da Lei Delegada nº 56, do Decreto 43.295/2003, possuindo como principais objetivos a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, em substituição às Secretarias de Segurança e Justiça. A criação da SEDS vai além da junção dessas duas Secretarias, ela representa o início do delineamento de uma Política Estadual de Segurança Pública. Hoje, a secretaria é regida pelas Leis Delegadas nº 179, de 1º de janeiro de 2011, e 180, de 20 de janeiro de 2011, e do Decreto 46.647/2014.

A característica principal do antigo modelo era o “gerenciamento de crises”. Trabalhava-se com desarticulação e improvisação. Já o novo modelo é de “gestão por resultados”, ou seja, é específico para o combate à criminalidade. Consiste no acompanhamento intensivo das atividades planejadas segundo ciclo composto por quatro etapas: Planejamento, Execução, Monitoramento e Avaliação (PDCA).

Uma das principais inovações do novo modelo foi a criação do Colegiado de Integração de Defesa Social, instância deliberativa máxima do Sistema de Defesa Social. Com participação efetiva, os responsáveis de cada corporação que compõe o Sistema de Defesa Social (Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiro, Defensoria Pública³³ e SEDS) planejam e deliberam ações conjuntas.

Compõem a Secretaria de Estado de Defesa Social as Subsecretarias de Políticas sobre Drogas; de Promoção da Qualidade e Integração do Sistema de Defesa Social; de Administração Prisional (SUAPI); de Atendimento às Medidas Socioeducativas (SUASE) e; de Inovação e Logística do Sistema de

³² Atualmente, estão distribuídos pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Maranhão, Paraná e Espírito Santo. Nessas unidades, a metodologia aplicada conta com a participação da família e da comunidade, a valorização do ser humano, o incentivo à espiritualidade, a colaboração entre detentos e o trabalho. A APAC é uma entidade sem fins lucrativos, opera como parceira do Poder Judiciário e do Executivo na execução penal e na administração das penas privativas de liberdade, no regime fechado, no semiaberto e no aberto.

³³ A Defensoria Pública não faz mais parte do Sistema de Defesa Social mineiro.

Defesa Social (SULOG), além da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade.

3.1 A Subsecretaria de Administração Prisional – SUAPI

A Subsecretaria de Administração Prisional – SUAPI foi criada em 2003, e, desde o seu surgimento, tem atuado na assunção de cadeias públicas, até então administradas pela Polícia Civil, promovendo logística na ampliação de vagas em unidades prisionais, sobretudo empenhando-se na busca de melhoria da qualidade de atendimento aos presos, com a modernização e humanização do Sistema Prisional.

A SUAPI é responsável por 92% da administração da população carcerária de Minas Gerais, isto é, cerca de 150 unidades prisionais assumidas até o ano de 2014 (57,5 mil custodiados), conforme tabela abaixo:

Tabela 2 - Evolução da População Carcerária em Minas Gerais

	2004	2009	2012	2014
População Carcerária	23.156	46.925	51.598	<u>57.498</u>

Fonte: Superintendência de Articulação Institucional e Gestão de Vagas SUAPI/SEDS, Departamento Penitenciário Nacional INFOPEN/MJ, 2012 e 2014

Em conformidade com o Artigo 164, do Decreto 46.647/2014, a SUAPI tem por finalidade gerenciar as políticas do sistema prisional, adequando-se às diretrizes impostas pela SEDS, a saber:

- I - participar do planejamento e execução da política prisional do Estado;
- II - assegurar a aplicação da legislação e diretrizes vigentes referentes à administração da execução penal e ao tratamento do indivíduo privado de liberdade;
- III - responsabilizar-se pelas atividades de atendimento e assistência ao preso, bem como pelas atividades de segurança e disciplina nas unidades prisionais sob sua responsabilidade;
- IV - proceder ao registro dos presos sob sua responsabilidade e à sua movimentação entre as unidades prisionais;

- V - exercer atividades de inteligência prisional destinadas ao levantamento e à disponibilização de informações que auxiliem as ações governamentais na área de segurança pública;
- VI - disponibilizar informações estatísticas e gerenciais acerca das atividades de sua área de competência, incluindo dados a respeito dos indivíduos privados de liberdade;
- VII - gerenciar os sistemas de informação sob sua responsabilidade;
- VIII - estabelecer, em conjunto com a SULOG, as diretrizes para a construção de unidades prisionais para atendimento à demanda de vagas, bem como à manutenção da estrutura física das unidades prisionais existentes;
- IX - executar e coordenar atividades de gestão administrativa, financeira e patrimonial de suas unidades prisionais e centrais, conforme orientações da SULOG;
- X - coordenar e executar atividades de administração de pessoal de suas unidades centrais e prisionais, conforme diretrizes da SULOG;
- XI - estabelecer, em conjunto com a Escola de Formação da SEDS, o perfil de pessoal para lotação nas unidades centrais e prisionais da Subsecretaria, bem como as diretrizes para seleção, formação e capacitação de pessoal;
- XII - participar e colaborar com atividades necessárias à integração dos órgãos do Sistema de Defesa Social;
- XIII - articular a elaboração de parcerias com entidades públicas e privadas, visando à melhoria do tratamento dado ao preso e à segurança de unidades prisionais, ainda que sob a responsabilidade de outros órgãos;
- XIV - estabelecer e acompanhar as ações relativas à Gestão Estratégica do Sistema Prisional – GESPRI;
- XV - estabelecer, acompanhar e monitorar os indicadores de resultado definidos pela GESPRI;
- XVI - propor ações que visem à redução de custos, ao melhor aproveitamento dos recursos financeiros e que proporcionem maior celeridade às rotinas de trabalho das Unidades Prisionais; e
- XVII - analisar e emitir parecer conclusivo em relação à prestação de contas de recursos repassados pela SEDS, por meio da SUAPI.

Como pudemos observar, a SUAPI subdivide-se em superintendências e diretorias subordinadas. Por isso, o presente estudo se prenderá especificamente no organograma da Superintendência de Atendimento ao Preso – SAPE, objeto fim, sendo composta por: Diretoria de Trabalho e Produção; Diretoria de Ensino e Profissionalização; Diretoria de Saúde e Atendimento Psicossocial; Diretoria de Articulação do Atendimento Jurídico e Apoio Operacional e; Assessoria da Comissão Técnica de Classificação. Tais diretorias serão esmiuçadas e especificadas no decorrer do artigo.

4. O CONCEITO DE RESSOCIALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Compõe o conceito histórico de ressocialização o ato de reintegrar, reinserir, devolver o indivíduo à sociedade, constituindo um conjunto de medidas a partir das quais o sujeito possa tornar-se útil para si mesmo e para o outro à luz do conceito de Ética existente no imaginário coletivo, promovendo, assim, uma interação sociocultural. Mais importante do que isso, é proporcionar condições de reestruturação de valores, a fim de que o apenado não retorne à prática delinquente, fator legal e preponderante de sua punição.

Parafraseando Émile Durkheim (1987), o processo educativo é inerente à construção do homem, adstrito às diferenças culturais, familiares e de classe, constituindo-se num sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem em nós o sentimento de grupo. Destarte, o indivíduo apenado-egresso é devolvido à sociedade de tal forma que os riscos de reincidência sejam minimizados ou amenizados na perspectiva técnica.

A dignidade da pessoa humana pode ser considerada como o fundamento primeiro e último do Estado brasileiro, sobretudo na interpretação e aplicação da Carta Magna, bem como na atuação de todos os poderes públicos componentes. O Estado, desse modo, existe para garantir e promover a dignidade de todas as pessoas, aprofundando-se na universalidade do princípio da dignidade humana e dos direitos humanos, decorrentes de todos os demais direitos.

5. O SISTEMA PRISIONAL FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS E À LEI DE EXECUÇÃO PENAL

Uma das maiores conquistas da Declaração Universal dos Direitos Humanos³⁴ são as garantias atribuídas à pessoa humana, bem como o princípio de igualdade, liberdade, paz e justiça.

Em conformidade com a LEP – Lei de Execução Penal, a questão da assistência aos presos é dever do Estado, em caráter preventivo e curativo.

³⁴ Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris em 10 de Dezembro de 1948, estabelece a proteção universal dos direitos humanos.

As garantias da Declaração Universal dos Direitos Humanos são igualmente recuperadas, documento em que se inscreve que o Estado deverá prover um sistema de tratamento reeducativo, frisando os instrumentos do tratamento penal, pois parcela dos apenados foi marginalizada pela sociedade no bojo cultural, econômico e social, fatores que talvez expliquem os números preocupantes da reincidência:

Um dos objetivos da política criminal integrada na política social será tentar a transformação da instituição penitenciária em escola de alfabetização e profissionalização do preso (...). A administração penitenciária tem o dever de ofertar ao preso todas as possibilidades de instrução escolar e formação profissional (ALBERGARIA, 1987, p. 41).

Também, a questão do trabalho deverá ser vislumbrada como uma das iniciativas mais eficazes ao apenado no cumprimento de sua pena. É a forma de reiteração ao meio social que o espera, aguçando o caráter produtivo e educativo. Aos olhos da LEP, o Sistema Carcerário possui seu caráter punitivo, sobretudo na questão da privação de liberdade. No entanto, a função do Estado nesse paradigma está legalmente estabelecida e é conhecida, cabendo-lhe proporcionar meios à reinserção do apenado à sociedade.

Promulgada em 11 de julho de 1984, a Lei de Execução Penal pauta-se nos princípios dos Direitos Humanos, objetivando efetivar os dispositivos legais da pena, além da promoção da cidadania e inclusão social dos apenados, egressos e seus familiares, trazendo a sociedade civil organizada para “dentro do cárcere” (Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, universidades, iniciativa privada, setores de saúde, educação, assistência social, instituições religiosas).

6. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL MINEIRO E SUA GESTÃO

Quando se pressupõe o estudo e análise nos ordenamentos jurídicos, concebe-se que a questão do trabalho constitui um direito e um dever ao apenado, sobretudo pelo fato da Carta Magna trazer o conceito de trabalho como um dos pilares da sociedade na conquista dos valores sociais, juntamente com a dignidade da pessoa humana. Logo, são indissociáveis.

No Artigo 28 da LEP, é apresentada a função social do trabalho, como formato de reinserção do indivíduo ao seio social, dever social, sendo uma finalidade educativa e produtiva. Portanto, os estabelecimentos prisionais devem garantir instrumentos necessários para que isso ocorra, implementando efetivamente a atividade. Não se deve encarar o trabalho como uma fórmula de apenas remir a pena, mas, sim, pelo seu fim educativo e produtivo, preparando o indivíduo para o seu retorno à sociedade.

Em Minas Gerais, as políticas de ressocialização partiram do chamado “Choque de Gestão”³⁵, a partir de 2003, quando se lavrou um “Acordo de Resultados”³⁶. Com isso, houve uma verificação na padronização institucional nos trabalhos da SEDS, ocasião em que foram estabelecidas normas, critérios, procedimentos e responsabilidades. Tais procedimentos estão a cargo da SAPE – Superintendência de Atendimento ao Preso.

6.1. A Superintendência de Atendimento ao Preso – SAPE

Para assuntos relacionados às políticas de ressocialização ao apenado, foi instituído na SUAPI, por meio da Lei Delegada nº 56/2003, a SAPE – Superintendência de Atendimento ao Preso, sendo revogada pelo Artigo 14, da Lei Delegada nº 117/2007, regida na atualidade pelo Decreto 46.647/2014.

A SAPE está subdividida em diretorias, a saber:

a) Diretoria de Trabalho e Produção: responsável pelo controle e supervisão da produção artesanal, industrial e agropecuária nos Estabelecimentos Prisionais. Destaca-se o programa “Trabalhando a Cidadania”. Ao fim de 2014, existiam 244 parcerias de trabalho com empresas privadas³⁷.

³⁵ Num primeiro momento, tratou-se da redução de despesas, promovendo o desenvolvimento, reorganização e modernização do aparato institucional do Estado, vislumbrando novos modelos de gestão.

³⁶ Visando maior eficiência e efetividade, por meio de indicadores e metas, estabeleceram-se os compromissos a serem entregues por entidades do Poder Executivo Estadual.

³⁷ Dados fornecidos pela Diretoria de Trabalho e Produção.

Tabela 3- Evolução histórica de quantitativo de presos trabalhando 2006 a 2014

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Presos Trabalhando	1.800	2.750	3.368	4.200	9.280	11.500	12.232	12.667	<u>13.760</u>

Fonte: Diretoria de Trabalho e Produção SAPE/SUAPI/SEDS, 2014

b) Diretoria de Ensino e Profissionalização: estabelecem diretrizes e normas concernentes à propagação da educação e ensino profissionalizante na massa carcerária. Trabalha também na proposição e desenvolvimento de técnicas e métodos, vislumbrando a formação educacional e profissional, sobretudo na política do atendimento individualizado da pena. A Diretoria de Ensino e Profissionalização é a responsável por estabelecer critérios e técnicas para a seleção e indicação dos presos para a participação em cursos profissionalizantes, articulando parcerias com órgãos públicos e instituições privadas. Dentre vários projetos³⁸, o “Arte para Todos” consiste na realização de atividades socioculturais com o objetivo de desenvolver capacidades e habilidades intelectuais, sociais e culturais.

Tabela 4 – Presos estudando na SUAPI

	Alfabetização	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Total
Presos Estudando	695	1.355	3.193	1.092	53	<u>6.388</u>

Fonte: Diretoria de Ensino e Profissionalização SAPE/SUAPI/SEDS, 2014

³⁸ Olimpíada Brasileira de Matemática de Escolas Públicas, Olimpíadas Esportivas, Concurso de Leitura, Fazendo Arte na Escola, Semana da Escola, Projeto Sustentabilidade, Concurso de Desenho-Ambientação, Projeto Consciência e Juventude, Projeto Real Liberdade, Projeto Grupo de Orientação Familiar.

c) Diretoria de Saúde e Atendimento Psicossocial: responsável pela implantação e execução de políticas relativas à saúde e ao atendimento psicossocial dos indivíduos reclusos em unidades assumidas pela SUAPI. Supervisiona também os núcleos de saúde e de atendimento das Unidades penais, bem como o melhor desenvolvimento dos atendimentos médicos, ambulatoriais, odontológicos, farmacêuticos, hospitalar, social e psicológico. Além disso, promove o contato com órgãos públicos e privados, a fim de estabelecer parcerias para proporcionar um melhor atendimento ao custodiado.

d) Diretoria de Articulação do Atendimento Jurídico e Apoio Operacional: órgão responsável pelo acompanhamento jurídico dos apenados, possuindo bases nas Unidades Prisionais da SUAPI. Viabiliza a implantação, análise e execução de diretrizes e normas na garantia do atendimento ao preso, por intermédio de núcleos jurídicos públicos, de entidades privadas e até mesmo com a Defensoria Pública de Minas Gerais.

e) Assessoria da Comissão Técnica de Classificação – ACTC: é um corpo composto por técnicos do sistema prisional³⁹, responsáveis pela análise sobre o levantamento de informações sobre o custodiado, bem como assessorar, coordenar, planejar e supervisionar as Comissões Técnicas de Classificação implantadas e em funcionamento nas unidades prisionais da SUAPI, com o intuito de promover a individualização da pena, com vistas à reinserção social. Uma das competências da Comissão Técnica de Classificação – CTC⁴⁰ é a de elaborar, dirigir, orientar, coordenar, analisar e acompanhar o desenvolvimento do Programa Individualizado de Ressocialização – PIR, uma das ferramentas mais eficazes em prol da ressocialização do preso, sobretudo pela individualização do sentenciado e análise dos métodos viáveis ao cumprimento da pena. Eis o tratamento individualizado, e para que haja concretização, faz-

³⁹ Baseado na LEP, tal comissão deve ser composta por no mínimo um Presidente (Diretor Geral da Penitenciária ou outro diretor por ele designado), um Psiquiatra, um Enfermeiro, um Assistente Social, um Psicólogo, um Pedagogo, o Analista Técnico Jurídico ou Defensor Público, o Diretor de Segurança, o Gerente de Produção e um Capelão, quando houver. A partir de 2013, a figura do Assessor de Inteligência passou a fazer parte do corpo da comissão.

⁴⁰ A Comissão Técnica de Classificação – CTC foi instituída com base na Lei de execução Penal (Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984, artigos 5º, 6º, 7º, 8º e 9º).

se necessário a observação de procedimentos específicos para a concretização do trabalho da CTC, como: a Acolhida (esclarecimento ao preso sobre os seus direitos, deveres e normas existentes na Unidade Prisional, além da apresentação dos serviços de atendimento oferecidos durante sua permanência ali); Classificação (o preso deverá ser classificado em conformidade com seus antecedentes e personalidade, como forma de orientação na individualização da pena); Evolução (atendimentos que devem ocorrer ao longo do cumprimento da pena, em conformidade com a programação do PIR) e a Avaliação da Evolução. Dessa forma, é possível compor um Programa Individualizado de Ressocialização.

f) Coordenadoria de Assistência Religiosa e Políticas Sobre Drogas: proporcionar o contato religioso nas Unidades Prisionais, ampliando o desenvolvimento da espiritualidade e das políticas sobre drogas, apoiando-se primordialmente nas manifestações religiosas e da consciência sobre drogas estabelecidas no plano de trabalho. Além disso, existem os chamados “Atendimentos para Reintegração”, seis meses antes da possível saída do pré-egresso da Unidade Prisional. Subdivide-se em Acompanhamento Penal, Jurídico, Saúde, Classificação (para elaboração de prontuários), Psicossocial (prestado por psicólogos e assistentes sociais), Religioso e Educacional (formação escolar e profissional).

6.1.1. Parcerias através do Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PRESP

Ainda que não haja subordinação direta com a SUAPI, necessário se faz abrir um parêntese à política desempenhada pela Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade – CPEC, a partir do Núcleo de Alternativas Penais, no que tange aos pré-egressos e egressos do sistema prisional.

Responsável pela implementação de políticas públicas relacionadas à prevenção criminal, o CPEC contribui para a redução da violência e dos índices de criminalidade. Dentre os programas, destaca-se o Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional – PRESP, incluído pelo Decreto Estadual nº 43.295/2003, tendo como público-alvo os indivíduos que passaram

pelo processo de criminalização e cerceamento de liberdade. Volta-se para firmamento de políticas que diminuem as exclusões e estigmas, proporcionando meios de retorno do egresso ao meio social, resgatando as nuances de cunho social, econômico, cultural e político. Trata-se de uma medida paliativa relevante às causas sociais, sobretudo enquanto eclodirem os estigmas sociais face ao egresso, fatores que esbarram no processo de reintegração.

7. AS DIFICULDADES E DESAFIOS NO FATOR RESSOCIALIZAÇÃO

É sabido que a implantação de políticas públicas que visem a equacionar as disparidades do Sistema Prisional é de suma importância. Tais ações pediriam investimentos que apontariam para uma reformulação no Sistema de Defesa Social, condição que revela que, ao se investir em programas consistentes, deixa-se de promover gastos em outras áreas, como, por exemplo, a redução nos aparatos da justiça criminal, estruturando-o ainda para que de fato se consolide o fim pelo qual o Sistema Prisional deva existir: ressocializar.

Quando há meios e recursos, a tendência é a de que o apenado e o egresso entendam na íntegra o fator ressocializador, minimizando as possibilidades de reincidência, viabilizando maior controle social e criminológico. Embora exista a percepção de que o Sistema Prisional Mineiro seja referência e modelo a ser seguido, ainda existe uma discrepância quanto à gestão no cumprimento de pena dos sentenciados, situação recorrente em todo solo brasileiro. Aquilo que o texto legal traz não é viável à consecução, haja vista uma série de problemas, a começar pela superlotação das unidades penais. Com isso, ainda que existam investimentos oriundos dos governos federal e estadual, os mesmos são sempre aquém do necessário.

Se não há infraestrutura física coesa, que dirá de investimentos de ordem técnica-especializada, psicossocial e jurídica em tais estabelecimentos. Não se pode pular essa etapa. Aponta-se então, que, embora haja investimentos e estudos em políticas públicas – ainda que com certo descaso por parte do governo e da sociedade civil –, existe a possibilidade real do risco da não ressocialização e reintegração do preso ou egresso. O atendimento e

cumprimento individualizado da pena tornam-se inviáveis, impossibilitando conhecer de forma particular o indivíduo apenado, fatores que o levaram a cometer este ou aquele delito, abordagem do contexto social e familiar, entre outros.

O crescimento considerável da população carcerária mostrou-se bem maior do que a capacidade do Estado em gerir as reais demandas do Sistema Prisional, mostrando em alguns casos uma incapacidade gerencial gradativa, espaço social em que prevalece a política ideológica de se fomentar a segurança das unidades prisionais em despeito a priorizar investimentos em ressocialização, análise, desenvolvimento e execução de políticas que visem recuperar o indivíduo, fazendo-o novamente um cidadão. Além disso, o apenado acaba por não ser mais um indivíduo, recebe uma matrícula e passa a se engajar em uma engrenagem institucional cheia de deveres não apresentados no processo de socialização.

Em Minas Gerais, por meio da SUAPI/SEDS, observam-se iniciativas que, sem deixar de atender à finalidade punitiva da pena, promovem a humanização das prisões, no paradigma de se evitar a reincidência no crime, permitindo a recuperação do preso. Entretanto, como apresentado em itens anteriores concernentes ao trabalho em prol de ressocializar, alguns poucos estabelecimentos penais apresentam condições materiais e humanas adequadas para a realização do trabalho e ensino, prejudicando em partes o processo. Diante disso, percebe-se o temor da sociedade quando se vê próxima da rotina prisional, circunstância que, ao invés desta participar do processo de reintegração do preso, adequa-se a uma postura de distanciamento assistencialista, desconhecendo, muitas das vezes, a existência efetiva de políticas de ressocialização custeadas pela tributação compulsória.

O Estado assume no ambiente carcerário uma postura de omissão e negligência perante o indivíduo, ainda antes de o mesmo cometer o delito que o encarcerou, pelo fato de não o ter proporcionado os direitos legalmente constituídos.

7.1 A reincidência⁴¹

Entender a motivação de indivíduos retornarem a delinquir é algo necessário para posteriores análises e pressupostos. Um dos aspectos que poderiam ser levados em conta é o fato de que a figura do reincidente é preteritamente confeccionada no interior dos estabelecimentos penais, produzindo a delinquência institucionalizada. Logo, a finalidade pela qual se destinam os estabelecimentos penais não cumpre com a proposta, não reintegra ou recupera tal parcela. Um ambiente hostil como a das prisões brasileiras não deveria, na prática, receber números consideráveis de reincidência.

Baseado em tal premissa, existe a reflexão de que as relações extramuros podem ser fatores determinantes. É preciso especular em que condições os egressos – de uma metodologia complexa e por vezes ineficiente – são devolvidos ao seio social. O contrário também é verdadeiro. Abalizado no que escreveu Foucault (2008), tem-se o espectro de que o Estado não alcança os objetivos perpetuados e poderá contribuir para a reincidência:

A detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, se tem mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são em proporção considerável antigos detentos. [...] A prisão, conseqüentemente em vez de devolver à liberdade indivíduos corrigidos, espalha em meio à população, delinquentes perigosos (FOUCAULT, 1997, p. 221).

Em Minas Gerais, não é diferente. Dados do CNJ – Conselho Nacional de Justiça demonstram que cerca de 70% dos egressos do Sistema Prisional Mineiro reincidem na criminalidade. Paralelamente a isso, nas APACs, os mesmos dados ficam em torno de 15%. Curioso é que maioria dos estabelecimentos penais do Estado possui algum tipo de política pública voltada à ressocialização e ao atendimento do custodiado e, ainda assim, os números da delinquência tendem a aumentar. O fato é que a dignidade no cumprimento da pena e incentivo à profissionalização são pilares nesse processo.

⁴¹ Entende-se por reincidência quando o agente comete novo crime após trânsito em julgado de sentença que o tenha condenado por crime anterior (Código Penal Brasileiro).

Mas, a culpa não pode ser totalmente atribuída à institucionalização da pena. A sociedade corrobora para que os índices do aspecto *reincidência* alavanquem, sobretudo quando, ao ser o indivíduo reinserido em sociedade, ao ter sua pena decretada como cumprida ou “paga”, o mesmo ainda é visto como errante, carregando o estigma de alguém que ainda continua “lesando” ou “devendo” a sociedade. Com isso, as chances de reinserção ao trabalho digno, à posição de respeito como cidadão, entre outros, ficam alarmantemente restritas, assim como a pena restritiva de direitos.

Adorno e Bordini (1986), num estudo comparativo sobre o perfil social de reincidentes e não reincidentes em São Paulo, concluíram que não existe uma “natureza” ou “alma reincidente”. Se os reincidentes continuam na prática do crime, não é virtude de seus atributos pessoais, sociais ou jurídico-penal, necessariamente. O desenvolvimento de tal personalidade estaria ligado às práticas arbitrárias de punição estabelecidas no interior das prisões, no formato institucionalizado, condições que ofereceriam um reforço informal à continuidade criminosa.

8. SOCIALIZAR PARA RESSOCIALIZAR

8.1 Aspectos da socialização

Neste ponto, perguntamo-nos: pode o indivíduo acometido de delinquência, inserido compulsoriamente em políticas de reintegração (ainda que seja uma forma de punição pela lesão) que funcionam para uma massa homogênea, ter êxito na ressocialização, sabendo-se que ao mesmo não foram apresentadas em tempo pretérito iniciativas, práticas e reflexões sobre temas que o construiriam como ser social?

Nesse âmbito, não podemos desprezar a obra de Lukács (1979) sobre os pressupostos de Marx, literatura em que o mesmo define que o ser social é o produto das condições sociais determinadas historicamente. Os fatores o tornarão um ser condicionado, social, interdependente. Consubstanciado por meio de sua atividade no interior das relações sociais, vai se compondo como um ser específico e imprimindo algo de seu às circunstâncias herdadas, modificando-as na medida em que prossegue.

Embora GIDDENS (1989) atribua às ações humanas em sociedade como intencionais e dotadas de consciência, podemos direcionar a perspectiva de que o indivíduo, por si próprio, não possui a capacidade de concepção de forma isolada.

Na perspectiva prisional, para o apenado que não teve contato com elementos socializadores, genericamente, não é a prisão ou o cumprimento da pena institucionalizada que promoverá a ressocialização do indivíduo. Embora as políticas públicas de ressocialização concebidas pelo governo mineiro, via subsecretaria, esforcem-se por de fato cumprir de forma notável o que a letra da Lei ordena, elementos de ordem subjetiva, seja pela negligência do Estado, sociedade ou da família na formação do indivíduo social poderão ser diagnosticados tardiamente – quando o são –, significando um retrocesso no conceito de ressocialização e reintegração sadias.

A partir do momento em que o apenado – socializado ou não – passa a fazer parte da comunidade carcerária, se faz necessário o claro estabelecimento de uma parceria entre Estado, indivíduo e sociedade. Numa perspectiva neoliberal, retributiva – não humanista – e compensatória, nota-se que as políticas públicas são elaboradas para um público-alvo pré-estabelecido, distorcidos do ordenamento da individualização penal, flertando com os paradigmas de um acordo por resultados numa roupagem travestida de controle social.

Percebe-se a existência e a resistência por uma política assistencialista somente, administrada gradativamente conforme as lideranças do poder. Tais configurações podem ser, em determinados grupos, postuladas como vindas do meio externo e interno, tendo o poder um patamar vislumbrado como fundamental, mesmo quando são manifestadas através de relações, nesse caso, organizadas.

Segundo BOURDIEU (2007), a dominação possui sempre uma dimensão simbólica. Partindo desta concepção, pode-se pressupor que os indivíduos se encontram submetidos ao controle de estruturas da sociedade sobre o bojo de estruturas dominantes (Estado), macroestrutura a partir da qual são coagidos a reproduzirem as orientações dela emanadas, mesmo sem ter conhecimento lúcido disso.

O aspecto educação, como ente socializador, deve ser lembrado. Para Durkheim (1987):

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto, e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se define (DURKHEIM, 1987, p. 41).

Com isso, a educação seria premissa para delinear o controle social no indivíduo em sua constituição como ser social, haja vista que a ideia do sistema de representação emana da sociedade.

Colateralmente, Berger e Luckmann apresentaram um modelo de socialização denominada “secundária”, a partir da qual é atribuído ao indivíduo o conceito totalitário de trabalho e sua distribuição social e familiarização. Paralelamente, tal sistemática aplica-se ao apenado, pois, se houveram as percepções concernentes aos agentes socializadores em tempo pretérito, o processo de ressocialização torna-se viável e acatável, num formato de realidade natural, sobretudo nas ditas Instituições Totais⁴².

8.2. Ressocialização – capacidade transformadora

Em diversos casos, as relações de poder estudadas se tornam decisivas na determinação das relações em sociedade, sobretudo pela aquisição dos capitais⁴³, valendo-se dos métodos de percepção, apontando para a aquisição de um poder simbólico⁴⁴. As ações e políticas públicas estabelecidas perante o público prisional requerem um processo racional e não necessariamente e puramente mecânico ou natural. Nesse caso, a interação entre apenado e a

⁴² Apresentado por Erving Goffman em sua obra *Manicômios, Prisões e Conventos*, trata-se do lugar de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos, colocados numa mesma situação, cortados do mundo exterior por um período relativamente longo, levam em conjunto uma vida reclusa segundo modalidades explícita e minuciosamente regulamentadas.

⁴³ Bourdieu entende mais especificamente o capital econômico (renda, salários, imóveis), o capital cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos), o capital social (relações sociais que podem ser revertidas em capital, relações que podem ser capitalizadas) e o capital simbólico (prestígio e/ou honra).

⁴⁴ Segundo Bourdieu, os sistemas simbólicos exercem um poder estruturante na medida em que são estruturados, uma forma transformada e legitimada de outras formas de poder.

estrutura ocorre num processo de reprodução e produção, afirmando, assim, a sua capacidade transformadora.

Em conformidade com a criminologia Marxista, parafraseando, efetivamente, vemos que só haverá a real ressocialização para reintegração quando houver mudanças nas relações sociais, domínio em que é imprescindível que ambos os lados, ressocializando e órgão ressocializador entendam a norma moral do termo e ainda percorram com paridade para o fim pleiteado legalmente, embora estejam em lados diferentes. Tal postura poderá ser vislumbrada como um coerente método ressocializador e não somente relações díspares entre as partes a fim de requerer a submissão pelo período de cumprimento de pena.

Pressupõe-se que, enquanto o indivíduo for objeto da pena, através das práticas legais e políticas públicas ofertadas pelo Estado, que o mesmo percorra o caminho para que seja devolvido ao meio social em época oportuna, exercitando, por meio das políticas públicas ministradas, o processo de interação dele para com a sociedade. Isto posto, se faz coesa a participação efetiva da sociedade na execução do apenado e do egresso.

A Secretaria de Estado de Defesa Social tem apresentado aspectos que caminham para uma preocupação que caminha no sentido de oferecer meios para a adequação e reformulação de suas políticas públicas prisionais, baseando-se no pressuposto da individualização da pena. Averigua-se que os espaços de atendimento existentes em unidades regidas pela SUAPI foram expandidos e a construção de novas unidades prisionais teve que atender ao padrão estabelecido pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI.

Consoante, há uma preocupação em fomentar políticas públicas que possam garantir o retorno do egresso ao seio social, como é o caso do PRESP. De fato, é um desafio o processo ressocializador, proposta que é depositada na “conta do Estado” a empreitada de apresentar uma ressocialização viável a quem não entrou em contato com a socialização ou a desprezou por motivos variados. Assim, o estudo e o trabalho são incentivados via parcerias ou convênios com empresas públicas ou privadas com objetivo da formação profissional dos condenados.

Entende-se, nesse contexto, que o estudo é uma atividade laborativa intelectual. Mas, nesse bojo, tais políticas são somente a engrenagem em caráter temporal. Por isso, é necessário compreender de forma afetiva o valor da educação, único veículo capaz de transformar o viés transgressor do preso, mecanismo responsável pela descoberta dos reais valores, competências e habilidades.

E quem são os educadores? Nesse ínterim, todas as partes envolvidas nesse processo ressocializador, sejam gestores (técnico, administrativo ou operacional), família e apenados, orientados de forma uníssona, viabilizando o processo de forma consciente.

9. CONCLUSÃO

Nos pressupostos aqui abordados, entendemos que se faz necessária uma abordagem individualizada no cumprimento da pena, não só de forma teórica como também na prática, sobretudo pelo fato de que alguns indivíduos apenados não possuem registro de antecedentes socializadores no estágio de formação pessoal, profissional, cultural, como abordado.

Dessa forma, ressocializar alguém em estado de delinquência, sem ao menos questionar ao mesmo tempo o conjunto social normativo ao que se pretende incorporá-lo, significa pura e simplesmente aceitar como perfeita a ordem social vigente do “anseio social”, sem questionar ou adaptar nenhuma de suas estruturas, nem sequer aquelas relacionadas ao delito cometido.

Em conformidade com o pensamento de Guy Debord (1997), os processos de formação humana estão determinados, comprometidos com o formato adotado pela Sociedade do Espetáculo⁴⁵, organizada pelo modo de produção capitalista que reverbera nas condutas, promovendo a alienação dependente ao Estado. No caso em epígrafe, pode-se apontar, portanto, que as críticas e ideais de ressocialização não se dirigem somente contra a ressocialização como tal, senão também contra o meio empregado para consegui-la: o tratamento penitenciário.

⁴⁵ Nesse caso, Debord traça uma luta acirrada contra a perversão da vida moderna e tudo que leve o homem a aceitação passiva perante os valores preestabelecidos pelo capital.

No entanto, se as causas atenuantes que levaram o apenado ou egresso ao cárcere não forem particularmente acometidas, não há o que se promover quanto à verdadeira ressocialização. Serão somente números acordados por uma política eleitoreira temporal fetichizada⁴⁶ por controle social. E, com isso, a população carcerária tenderá a aumentar os investimentos em infraestrutura física e material também, bem como os problemas voltados à criminalidade e à sociedade, causando um rombo moral, econômico e de gestão.

Também, direta ou indiretamente, existe no meio estritamente carcerário o desenvolvimento de uma sociedade dita paralela, num formato de reconfiguração do Estado, uma subcategoria: uma cidade dentro das Cidades⁴⁷.

Ali, são alargadas as condições, normas e leis pré-estabelecidas, numa expectativa real de sobrevivência intra-cárcere na obtenção de um poder simbólico, conforme Pierre Bourdieu expôs. Na perspectiva da ressocialização, se os aspectos não forem captados, se a pena não obtiver o caráter individual/assistido, o pré-egresso ou egresso entrará num processo atenuante de reprodução e produção – nesse caso, do cárcere para o da sociedade –, como abordados anteriormente.

Embora seja sabido que a maioria dos estabelecimentos prisionais não possua estrutura material e humana para a efetiva ressocialização, percebe-se a iniciativa do governo mineiro em apresentar formas alternativas de minimizar tal rombo como, por exemplo, o método APAC e, numa outra esfera, o PRESP, como fator complementar na fase egressa. Entretanto, o Estado destoia, contradiz. Desentoa quando incorre no risco de promover todos os processos de ressocialização pactuados, mas, apresenta a seus presos extrema precariedade nas condições de cumprimento da pena, além da falta de um corpo técnico especializado e comprometido com a ressocialização: a ponta do *iceberg* da parte introdutória do artigo.

⁴⁶ Karl Marx apresenta o termo como forma de desprezar as relações sociais entre os indivíduos, mediadas pela questão mercadológica, uma desumanização.

⁴⁷ Aqui, refere-se ao conceito estipulado por PARK (1976), onde a cidade deveria ser algo mais do que uma aglomeração de pessoas, deveriam ser os costumes, os hábitos e as práticas sociais dos habitantes, ser compreendida não a partir de suas formas física e funcional, mas como um espaço “vivo”, dotado de um “espírito” próprio.

Conclui-se, então, que as políticas efetivas de ressocialização em Minas Gerais têm buscado promover aquisição do conhecimento aos apenados, seja de forma laboral, educativa ou psicossocial, sensibilizando a importância de se adquirir uma nova comunhão social, aspecto esse que incidirá na capacidade intelectual do preso, na tomada de decisões perante aos desafios atuais e do porvir, o que poderá⁴⁸ coibir a delinquência e a reincidência criminal, fazendo-o acrescentar em sociedade pelo fator (re)formador, tornando-o peça na engrenagem, não necessariamente e prioritariamente na engrenagem institucional das políticas públicas permeadas por Acordos de Resultados movidas pela cosmovisão das relações de lucro, mas sim na esperança de proporcionar ao ressocializando meios de promover o enfrentamento à aspectos socializadores, aperfeiçoando o processo de transformação de um ser social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S.; BORDINI, E. *Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo: 1974 a 1985*. RBCS, v. 9, n. 3, p. 70-94, fev. 1986.

ALBERGARIA, Jason. *Comentários à lei de execução penal*. Rio de Janeiro: AIDE, 1987.

BERGER, Peter L. *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 17. Ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. 1930 - Violência simbólica e lutas políticas. In: *Meditações pascalianas*. Pierre Bourdieu. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p.199-230.

BRASIL. *Lei de execução Penal*. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984.

DEBORD, G. *A Sociedade do espetáculo e Comentários sobre a sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto Editora, 1997.

Disponível em <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28296-cnj-recomenda-expansao-das-apacs-para-a-reducao-da-reincidencia-criminal-no-pais>. Acessado em 09 de fevereiro de 2015.

Disponível em <http://cnj.jusbrasil.com.br/noticias/2999482/metodo-apac-reduz-reincidencia-criminal>. Acessado em 23 de fevereiro de 2015.

Disponível em <http://g1.globo.com/pr/campos-gerais-sul/noticia/2014/10/presos-rebelados-de-quarapuava-libertam-mais-um-agente-penitenciario.html>. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

⁴⁸ Afinal, o simples fato de se vigorar uma regra ressocializadora não a torna aplicável, mesmo na individualização da pena.

Disponível em https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=282&Itemid=115. Acessado em 23 de fevereiro de 2015.

Disponível em https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=341&Itemid=165. Acesso em 25 de fevereiro de 2015.

Disponível em https://www.seds.mg.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=27&Itemid=167. Acesso em 03 de março de 2015.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1987, p. 43.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. São Paulo: Saraiva. 2000, p. 207-208.

GIDDENS, Anthony. *Elementos da teoria da estruturação*.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

LUKÁCS, Gyögy. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.

MINAS GERAIS. Decreto nº 46.647 de 11/11/2014: *Dispõe sobre a Organização da Secretaria de Estado de Defesa Social*.

MINAS GERAIS. Lei Delegada nº 56: *Dispõe sobre a Secretaria de Estado de Defesa Social*.

MINAS GERAIS. Lei Delegada nº 117 de 25/01/2007: *Dispõe sobre a estrutura orgânica básica da Secretaria de Estado de Defesa Social – SEDS*.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. PG.GP.01.02 – *Procedimento de Gestão para Ressocialização*.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Defesa Social. Portaria nº 031, de 30 de maio de 2006 da Secretaria de Estado de Defesa Social. *Indica composição mínima para implantação de Comissões Técnicas de Classificação nas Unidades da Subsecretaria de Administração Penitenciária*.

MIOTTO, Armida Bergamini. *Temas penitenciários*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992, p. 18.

NORONHA, E. Magalhães. *Direito penal: introdução e parte geral*. 29 ed., v. 1. São Paulo: Saraiva, 1991.

ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Disponível em: www.un.org. Acessado em 21 de fevereiro de 2015.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (Org.). *Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SAPORI, I. f. *Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. Disponível: [http://www.opiniãopública.ufmg.br/emdebate/\(2\)Artigo_Luis_Sapoti%5B1%.pdf](http://www.opiniãopública.ufmg.br/emdebate/(2)Artigo_Luis_Sapoti%5B1%.pdf). Acessado em 22 de novembro de 2014.

VILHENA, R.; Guimarães, T. et al. *O Choque de Gestão em Minas Gerais*. Políticas da Gestão Pública para o desenvolvimento. Minas Gerais: Editora UFMG. 2006.